

1º Fórum Nacional de Museus

A imaginação museal: os caminhos da democracia

RELATÓRIO

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura

Gilberto Passos Gil Moreira

Secretário Executivo

João Luiz Silva Ferreira

Presidente do Iphan

Luiz Fernando de Almeida

Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais

José do Nascimento Júnior

Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

Dalmo Vieira Filho

Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial

Márcia Genesis de Sant'Anna

Diretora do Departamento de Planejamento e Administração

Maria Emilia Nascimento dos Santos

Procuradora-chefe

Tereza Beatriz da Rosa Miguel

Coordenadora-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural

Thays Pessotto Zugliani

Coordenadora-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência

Lia Motta

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento de Museus e Centros Culturais

1º Fórum Nacional de Museus

A imaginação museal: os caminhos da democracia

RELATÓRIO

Salvador, 13 a 17 de dezembro de 2004

Equipe do Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan

Adriana Bandeira Cordeiro
Alejandra Saladino
Ana Paula de Lima Freire
Andressa de Lima Faislon
Atila Bezerra Tolentino
Bárbara Froener de Almeida
Cecília Tavares Neves
Cícero Antônio F. de Almeida
Claudia Maria Pinheiro Storino
Edna June Morley
Eneida Braga Rocha de Lemos
Érika Winge
Flavia Mello de Castro
Gustavo de Sousa Vasconcelus Góes
Isabella Verleun
Joana Regattieri da Silva
Letícia de Oliveira
Lidiane Rodrigues Araujo
Marcelo Helder Maciel Ferreira
Marcio Ferreira Rangel
Marina Byrro Ribeiro
Mário de Souza Chagas
Osmar dos Santos Oliveira
Rose Moreira de Miranda
Rosilene do Espírito Santo Carvalho
Vinicius Adalberto de Souza Barcelos
Viviane de Moraes Pinheiro
Zenaide Fernandes de Carvalho

Estagiários e bolsistas

Carolina Duarte de Oliveira
Clarissa Leite Ferreira
Erich César Frota D'Abreu
Giselle Nunes
Gláucia Assenção Soares de Souza
João Marcelo Torelly
Newton Fabiano Soares
Paulo José Nascimento Lima
Rafael Farias da Silva
Rita Gama Silva
Sônia Alice Monteiro Caldas

Departamento de Museus e Centros Culturais

SBN - Q02 - Ed. Central Brasília - 2º andar
70040-094 - Brasília - DF
Tel: (61) 3414.6167
demu@iphan.gov.br

Coordenação Técnica do Demu

Palácio Gustavo Capanema
Rua da Imprensa, 16, sala 701
20030-120 - Rio de Janeiro - RJ
Tel: (21) 2220.8485
ct.demu@iphan.gov.br

Sumário

Apresentação	7
PAINEL DE ABERTURA	
O rumo da Política Nacional de Museus	11
José do Nascimento Júnior	
A contemporaneidade da Política Nacional de Museus: um olhar de além-mar	13
Mário Moutinho	
PALESTRAS	
Política Portuguesa de Museus	19
Manoel Bairrão Oleiro	
A Rede Portuguesa de Museus	27
Clara Camacho	
Os museus da América Latina	37
Georgina De Carli	
PROGRAMA	47
MINICURSOS	51
RESULTADO DOS GRUPOS DE TRABALHO (GTs)	53
1º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE MUSEOLOGIA (Enemu)	67
MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES	69
RELATÓRIOS DOS OBSERVADORES	71
LISTA DE PARTICIPANTES	91

A imaginação museal: os caminhos da democracia

Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan/MinC

Desde a implantação da Política Nacional de Museus, em maio de 2003, o Ministério da Cultura apontava no sentido de reconhecer a centralidade dos museus no plano das políticas públicas na área da cultura. Um amplo debate se estabeleceu no país para que fossem identificados os pontos fundamentais que deveriam estar incluídos e sistematizados na Política, ocasião em que foram identificados sete eixos essenciais, amplamente divulgados.

A mobilização dos diversos setores envolvidos com a Museologia no Brasil, através de reuniões, distribuição do texto base das discussões, debates entre setores das diversas esferas públicas, entre associações de classe, entre entidades privadas, entre outras, consolidou uma atmosfera extremamente favorável para a implantação da Política Nacional de Museus, pois era notório que há muito o debate sobre o tema estava latente, esperando a hora certa para frutificar. Nesse sentido, fazia-se necessário que o Ministério da Cultura assegurasse a manutenção permanente dos canais de debate, instituindo não só na teoria, mas especialmente na prática, tudo que se sonhou em princípios de 2003.

A discussão do papel dos museus na sociedade contemporânea extrapola o simples território da preservação de nossos bens culturais, ou do desenvolvimento técnico/científico das instituições museais, ou mesmo do fomento de projetos na área. Estamos falando da consolidação do projeto democrático brasileiro, e enxergando os museus como agências

de inclusão cultural, de afirmação identitária de grupos variados, de reconhecimento da diversidade, de desenvolvimento econômico. A idéia corrente de que os museus – conforme se configuravam até meados dos anos de 1960 – estavam próximos do esgotamento de suas possibilidades, especialmente pelo fato de não corresponderem às expectativas da sociedade como um todo, e pelo fato de não acompanharem as demandas do mundo contemporâneo, não se confirmou. Desde a consolidação dos primeiros museus que temos notícias nunca houve uma fase tão promissora, tão criativa. Os museus são hoje instituições inteiramente adaptadas à contemporaneidade, estabelecendo poderosas pontes entre culturas, entre o passado, o presente e o futuro.

Foi pensando na vitalidade museal brasileira que o Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan/MinC idealizou o I Fórum Nacional de Museus, realizado em Salvador (BA) entre os dias 13 e 17 de dezembro de 2004. Para se ter uma idéia da receptividade do evento, o fórum acolheu mais de 450 profissionais de museus, entre docentes dos cursos de graduação do país, especialistas de instituições públicas e privadas, além de estudantes de Museologia, que realizaram paralelamente o I Encontro Nacional de Estudantes de Museologia. Cabe destacar que os inscritos representavam todas as unidades da Federação, uma participação inédita em eventos no campo da Museologia, que bem espelha o momento em que vivemos. Fortalecendo a capilaridade museal

e a troca de experiências, o fórum também acolheu uma delegação com as mais importantes instituições museológicas portuguesas, cuja participação foi vital para o fortalecimento das relações institucionais e para o delineamento de ações comuns no campo da Museologia. Lembramos que em novembro do mesmo ano o Demu havia organizado e realizado a 1ª Jornada Brasil-Espanha de Museus.

O programa do fórum buscou atender à diversificação do debate museológico contemporâneo, incluindo – além das conferências e palestras –, a realização de seis minicursos, a constituição de sete Grupos de Trabalhos abordando tipologias específicas de museus, além do I Encontro de Estudantes de Museologia, já referido acima. A convite do Demu, o fórum contou com a participação de observadores, cuja função era a de fornecer informações sobre o desenvolvimento e a pertinência dos trabalhos, especialmente para a configuração de um novo fórum, programado para 2006.

A grandeza do encontro e a complexidade de sua organização envolveram o apoio e o patrocínio de diversas instituições. Destacamos como patrocinadores a Caixa Econômica Federal e a Petrobras, e como apoiadores a Associação de Amigos do Museu Histórico Nacional, o Conselho Federal de Museologia (Cofem), da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, da Prefeitura Municipal de Salvador, do Programa Monumenta, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), da Universidade Federal

da Bahia (UFBA), do Conselho Internacional dos Museus (Icom), do Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES) e da Telos. A produção local do Fórum ficou a cargo da empresa Portte Eventos. Registramos também a participação decisiva da professora Maria Célia Teixeira Moura Santos e o inestimável papel de articulador exercido pelo professor Manoel José Ferreira de Carvalho, que na ocasião ocupava as funções de pró-reitor de Extensão da UFBA. Não poderíamos deixar de destacar o apoio e a participação direta no Fórum do ministro da Cultura, Gilberto Gil. Na ocasião, o ministro foi condecorado com a Ordem do Mérito Museológico, concedida oportunamente pelo Conselho Federal de Museologia, homenagem também estendida a outros profissionais de instituições do campo da Museologia.

A publicação de conferências, palestras, resultados dos grupos de trabalho, moções e recomendações e os relatórios finais dos consultores, relativos ao I Fórum Nacional de Museus torna-se um imperativo neste momento, já que estamos às vésperas da realização do II Fórum. Dessa forma, esperamos prestar contas do nosso esforço e de nossos investimentos, através do registro dos passos e das trilhas percorridas pela Museologia no Brasil. Esperamos continuar a contar com o apoio das instituições, dos governos, de profissionais e de estudantes, do Brasil e do exterior, além de nossos patrocinadores e apoiadores, pois sem a ajuda de todos não seria possível a realização do evento.

Junho de 2006



Painel de Abertura

Nestes dois anos à frente do Ministério, temos tentado levar uma mensagem em torno da nossa cultura e, ao mesmo tempo, uma mensagem mais universal, em torno daquilo que nos congrega, nos unifica no mundo inteiro. Tem sido dois anos de plantio, de garimpo nesse campo. Ao deixarmos o Ministério, estou certo de que deixaremos um feito significativo no sentido de ampliar a presença brasileira nos recantos do mundo, fazendo com que a voz brasileira seja ouvida, com que a semântica brasileira seja traduzida.

É muito importante e simbólico o fato de que tantos jovens brasileiros presentes aqui tenham escolhido uma carreira ligada aos museus. Trata-se de uma demonstração eloqüente dessa capacitação que o Brasil vem conseguindo alcançar com relação ao seu futuro. Mas aponta também para a magnitude da tarefa que temos pela frente: sociedade e governo, mundo produtivo brasileiro, enfim, organizações da vida brasileira, no sentido de continuar provendo essa possibilidade. Que os jovens venham a assumir, cada vez mais, comandos variados das diversas dimensões que envolvem a vida brasileira.

Trechos do discurso do ministro da Cultura Gilberto Passos Gil Moreira, proferido na cerimônia de abertura dos trabalhos do I Fórum Nacional de Museus. Salvador/BA, 14 de dezembro de 2004.



1



2



3

1. Apresentação do grupo Ilê Aiyê com a participação do ministro Gilberto Gil.
2. Sessão plenária de encerramento.
3. Assinatura dos convênios.

O rumo da Política Nacional de Museus

José do Nascimento Junior

Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu) do Iphan

Dividirei o tema da minha palestra em três tópicos, na tentativa de enfrentar o desafio conceitual, sem adjetivos de novo ou velho, pois essa díade não nos ajuda a resolver e entender os dilemas atuais que nos atingem referentes aos museus e suas práticas.

Museu e *respublica*

Como é amplamente sabido, existem diferentes acepções, entendimentos, definições e imagens associadas ao termo “museu”. Os museus podem ser concebidos como “gabinetes de curiosidade”, “universidades do objeto”, “templos”, “fóruns”, “teatros de memória”, “laboratórios”, “centros de convivência” etc. Gostaria de destacar o papel do museu como um espaço privilegiado da *respublica*.

Museu como *res pública* remete-nos à idéia de *agora*, praça pública *locus* do interesse coletivo, dos debates e das escutas. Essa idéia me remete a outro conceito, de Clifford Geertz, da cultura como rede de significados. Cultura é apenas o que existe na cena pública, ou seja, trata-se de um conjunto de códigos socialmente aceitos e reconhecidos como tal.

Os museus do mundo contemporâneo, sejam particulares, públicos, municipais, estaduais ou federais, todos são, ou deveriam ser, espaços privilegiados da *res pública*. Essa compreensão do significado do museu é fundamental. Não estou falando da República como história, trajetória ou algo perdido no passado. Estou falando da República como o nosso desafio, um desafio que se coloca aqui e agora para os nossos museus.

Pensar os museus como espaço da *res pública* significa também compreendê-los como *locus* de direito e cidadania, de inclusão cultural e de resistência e combate aos preconceitos de toda ordem, sejam

religiosos, raciais, sexuais, sociais etc. Um museu *res pública* não é destinado aos príncipes e suas coleções, aos curadores e especialistas e suas ilustrações, aos detentores do poder econômico ou aos diretores de instituições. O museu *res pública* destina-se aos cidadãos e faz parte do exercício do direito à memória, à história, à educação etc.

No artigo “Museus populares”, de 1938, Mário de Andrade, abordando a importância das coleções de reproduções técnicas, assinala que muito mais importante que as transformações técnicas são as transformações morais dos museus. Entre essas transformações morais, ele inclui o caráter de coisa pública. Creio que ainda temos muito que fazer nesse campo.

André Malraux, no livro *O museu imaginário*, indica que o “museu é um dos locais que nos proporcionam a mais elevada idéia do homem”. Ele arremata dizendo, mas “os nossos conhecimentos são mais extensos do que os nossos museus”. E é bom que seja assim. Essas duas referências nos ajudam a pensar a possibilidade de diferentes museus, museus plurais.

Museologia no plural

No esforço de produzir imagens que permitissem uma aproximação do conceito de museu imaginário, André Malraux afirma, em certa altura de seu livro, que esse museu é “uma assembléia de obras de arte”.

Aqui neste fórum, gostaria de pensar que temos uma “assembléia de museus”, museus de diferentes tipologias, construindo distinções e compondo identidades.

Esses diferentes museus sugerem também que temos diferentes museologias, e tal diversidade é enriquecedora. Nosso desafio é não tentar reduzir tudo

à mesmice de algo único. Nosso desafio é garantir a expressão de diferentes vozes, é a prática de uma museologia inclusiva.

A museologia no plural pressupõe um museu dialógico que possibilita múltiplas interpretações, que tem no visitante um sujeito do processo museológico, das poéticas do espaço de Bachelard, um museu como espaço de fusão de horizontes.

A museologia plural necessita de um museu cuja visita seja pautada na chamada “experiência museal”, ou seja, no conhecimento que nos é transmitido pelos sentimentos. Necessita de um museu que seja espaço da expressão das emoções (indignação, repulsa, paixão, saudade, enamoramento), mas nunca da indiferença, pois aquele que visitar um museu e não sair modificado não o visitou realmente.

O museu tem que imprimir marcas, levantar questões, diferenças, diversidade, conflito. Não se trata de um museu ou uma museologia nova ou velha, mas sim de uma museologia contemporânea, da supermodernidade. Conforme defende Marc Auge, essa museologia posiciona o indivíduo no centro das ações. É uma museologia da alteridade. Esse é o caminho da ressignificação museal.

Superar o dilema da crise dos museus significa torná-los cada vez mais vivos e parecidos com as sociedades onde vivemos. Esse é o museu que constrói identidade pelos contrastes, essa é, de fato, nossa diversidade museal.

A museologia trabalha no contexto da floresta de símbolos Baudelairiana na qual estamos inseridos, essa é uma museologia no plural.

No dia 17 de dezembro vamos lançar a nossa Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia. Trata-se de um anseio antigo, sem dúvida, que agora ganha corpo, materializa-se. Mas o que quero destacar é que não falamos em Musa, mas em Musas. Essa noção da convivência necessária entre a diversidade e a unidade é importante para o mundo dos museus. Existe uma especificidade do campo, mas, dentro do campo, há uma pluralidade de atores.

O campo museal é um campo de tensão, sem dúvida, mas nele há espaço para múltiplas práticas, múltiplas abordagens, diferentes enfoques. Nosso

desafio no campo é garantir o exercício cidadão, as práticas democráticas. Sempre que um ator quer impor na força o pensamento único, quem mais fica ameaçada é a democracia.

A imaginação museal: os caminhos da democracia

A imaginação museal brasileira está passando por um momento de renovação, e o lançamento da Política Nacional de Museus, em maio de 2003, constituiu-se em um momento singular nesse contexto. Ao longo da história do Brasil, podemos destacar os seguintes momentos: a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil; o governo de Pedro II; a era Vargas; o regime militar iniciado em 1964 e o momento atual.

A diferença do momento atual em relação aos outros é sua abertura à participação, é o seu caráter democrático. Nesse sentido, o caminho da democracia nos museus passa pelos seguintes vieses:

- democratização do acesso aos bens culturais;
- democratização da ferramenta museu;
- democratização da produção de museus;
- democratização das gestões dos museus;
- respeito à diferença;
- valorização das ações educativas e culturais;
- direito à memória das comunidades populares.

Enfrentamos alguns problemas e já demos passos decisivos. A Política de Editais colocou em circulação mais de R\$15 milhões em 2004. Nosso desafio na atualidade está no campo da produção de conceitos e práticas museológicas sintonizados com a Política Nacional de Museus.

No governo Lula e na gestão do ministro Gilberto Gil, precisamos solucionar a seguinte questão: qual é a cara dos museus brasileiros? Responder a essa pergunta é, em nossa perspectiva, encontrar e trilhar os caminhos da democracia e ressignificar os museus. É isso o que desejamos com este fórum, ressignificar os museus, garantir seu caráter de espaço privilegiado da res pública, praticar e respeitar a museologia plural, tudo isso vinculado aos processos democráticos, fundamentais para o desenvolvimento social do Brasil.

A contemporaneidade da Política Nacional de Museus: um olhar de além-mar

Mário Moutinho

Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), Lisboa, Portugal.

A Política Nacional de Museus (PNM) e o agora recém-criado Sistema Brasileiro de Museus (SBM) são certamente dois marcos fundamentais do pensamento e da prática da museologia contemporânea. São dois marcos que nasceram no seu tempo, expressando a realidade e os desafios do seu tempo. E isso é muito raro.

Deixem-me, então, apresentar três reflexões que podem testemunhar essa raridade e que, por isso mesmo, nos obrigam a olhar essas orientações políticas de forma cuidadosa.

Um novo sentido para o lugar dos museus

Uma nova política de museus pressupõe, naturalmente, novas idéias ou, pelo menos, um novo olhar sobre as idéias que, há mais de 30 anos, percorrem o mundo da museologia. Esse novo olhar encontra-se no texto de criação do SBM de forma tão simples que quase se corre o risco de passar por cima sem lhe dar o devido destaque.

Referimo-nos ao momento em que se caracterizam as instituições museológicas como sendo aquelas que disponibilizam acervos e exposições ao público, objetivando a ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e de novas oportunidades de lazer.

E mais ainda, aquelas instituições que desenvolvem programas, projetos e ações utilizando o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social, assumindo, assim, que a compreensão de patrimônio como recurso leva a refletir sobre a relação museologia/patrimônio.

Patrimônio não aparece mais como um fim em si, mas como instrumento da mudança social. Aquilo que até agora se projetava nas Declarações de Santiago do Chile (1972), Oaxtepec (1984) e Caracas (1992), todas formuladas na América Latina, assume um novo significado quando a essência desses documentos sustenta agora uma nova política para os museus do Brasil.

Dizia-se na declaração de Santiago:

Que o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na acção (...), engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais (...)

E dizia também:

Que a transformação das actividades dos museus exige a mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus assim como das estruturas das quais eles dependem (...)

Agora, ao lermos a PNM e a fundamentação do SBM percebemos que estamos declaradamente a falar de “museus para”, deixando para trás os “museus de”. Declaradamente, estamos a falar de museus que têm por acervos os problemas e os desafios da sociedade brasileira, que buscam o seu lugar num mundo

melhor. Mundo este que, no momento, tem por horizonte apenas a globalização do empobrecimento do planeta, as novas guerras da colonização e a pilhagem dos recursos naturais e humanos por todo o lado.

Não creio que haja uma visão do além-mar, pois tanto lá como cá as nossas sociedades dividem-se entre os que estão acomodados e os que não se conformam com os destinos que lhes querem dar. Declaradamente, estamos a alargar o âmbito da intervenção museal para além do trabalho de coletar, conservar e divulgar as coleções que recheiam a maioria dos museus.

No entanto, trabalhar com problemas é bem mais complexo que trabalhar com objetos, raros ou correntes, caros ou baratos, pilhados ou oferecidos. Por isso, essa nova definição obriga o renovar das programações dos museus, das mentalidades dos museólogos, dos perfis de formação e de competências humanas e profissionais dos envolvidos no mundo da museologia.

Aquilo pois, que poderia caracterizar os museus brasileiros, não seria mais a importância dos seus acervos (sobretudo, apenas a importância dos seus acervos), mas principalmente os programas, projetos e ações que utilizam o património (como é sua especificidade) como recurso educacional e de inclusão social.

Por outras palavras, a modernidade dos museus brasileiros deverá ser aferida pela sua capacidade de intervir, com substância, nos desafios que vêm se acumulando na sociedade brasileira. Nesse sentido, algumas questões prementes têm a ver com o papel que os museus podem exercer na sociedade atual, qual sejam:

- na defesa dos direitos humanos;
- na alfabetização e no sucesso escolar;
- no combate à doméstica;
- na luta contra o HIV;
- na relação do Brasil com o FMI;
- no Programa Fome Zero;
- em relação à invasão do Iraque;
- em relação aos recursos naturais e às questões da sustentabilidade.

A lista de desafios não tem fim e não é exclusividade do Brasil. Pelo contrário, pode sustentar a ati-

vidade dos museus por todo o planeta, inclusive nos países usurários, onde as desigualdades, o desemprego e o analfabetismo marginalizam cada dia novos setores das sociedades.

Uma tentação conscientemente rejeitada

O SBM não caiu na tentação do exercício do poder que lhe daria o arbítrio da exclusão. E nos tempos atuais isso também é muito raro. Por isso, não basta apenas fazer alusão, não basta subentender. Por isso, é necessário dizer claramente que, para além dos museus formais, é essencial a participação das organizações sociais, dos museus comunitários, dos ecomuseus e dos grupos étnicos e culturais que mantenham ou estejam desenvolvendo projetos museológicos.

Também se reconhece o lugar e a importância das escolas e universidades oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação que mantêm cursos relativos ao campo museológico e de outras entidades organizadas vinculadas ao setor museológico.

A museologia só será de fato um recurso para a inclusão social se for obra aberta a todos, (de diferentes formas, feitios ou cores), para quem a luta pela dignidade humana é o objetivo e destino de vida. Não é por acaso que o documento que lançou a PNM (e que foi fruto de um amplo e rico debate que atravessou vários setores da sociedade brasileira) introduz, da forma mais realista possível, a urgência de repensar as questões de formação.

Para uma crítica da definição do Icom

Quanta riqueza de idéias em tão poucas linhas, sobretudo se as compararmos com a definição do Icom, que persiste em salientar o mais elementar, o óbvio e aquilo que decorre da simples classificação. Reconhecendo no entanto a importância que essa definição tem tido no desenvolvimento da museologia em geral.

Mas, na verdade, a definição do Icom, ao acentuar que a ação dos museus se centra sobre os testemunhos materiais do homem (expressão que manifesta uma forma de atavismo que confunde a humanidade com o gênero masculino), reconhece

implicitamente que o essencial dos museus são as suas coleções, os seus objetos. São essas que, em última instância, definem o ato expositivo de cada museu. Por outro lado, a definição do SBM, ao caracterizar as instituições por meio dos objetivos que a elas são conferidos, abre as portas para a reorganização dessas instituições.

É tempo de rever o documento do Icom à luz do trabalho e da reflexão museológica que tem sido desenvolvida no Brasil nestes últimos meses. Sem esquecer, naturalmente, todo o pensamento autônomo e crítico desenvolvido particularmente nos últimos 30 anos. Trata-se de duas posturas essencialmente diferentes. Por um lado, a definição do consenso e, por outro, uma proposta voltada para os desafios e para a mudança social.

Conclusão

No último quartel do século XX, as práticas museológicas e os seus conceitos sofreram alterações profundas. Esse processo procurou adaptar as instituições museológicas às mudanças da própria sociedade, para levar os museus a participarem ativamente das sociedades que lhes davam e dão vida.

Isso não significa que todos os museus tenham sido sempre sensíveis aos contextos de mudança. Hoje, encontramos museus que se auto-excluíram dos processos de participação e, na verdade, vegetam lamentavelmente, sem que neles se vislumbre o

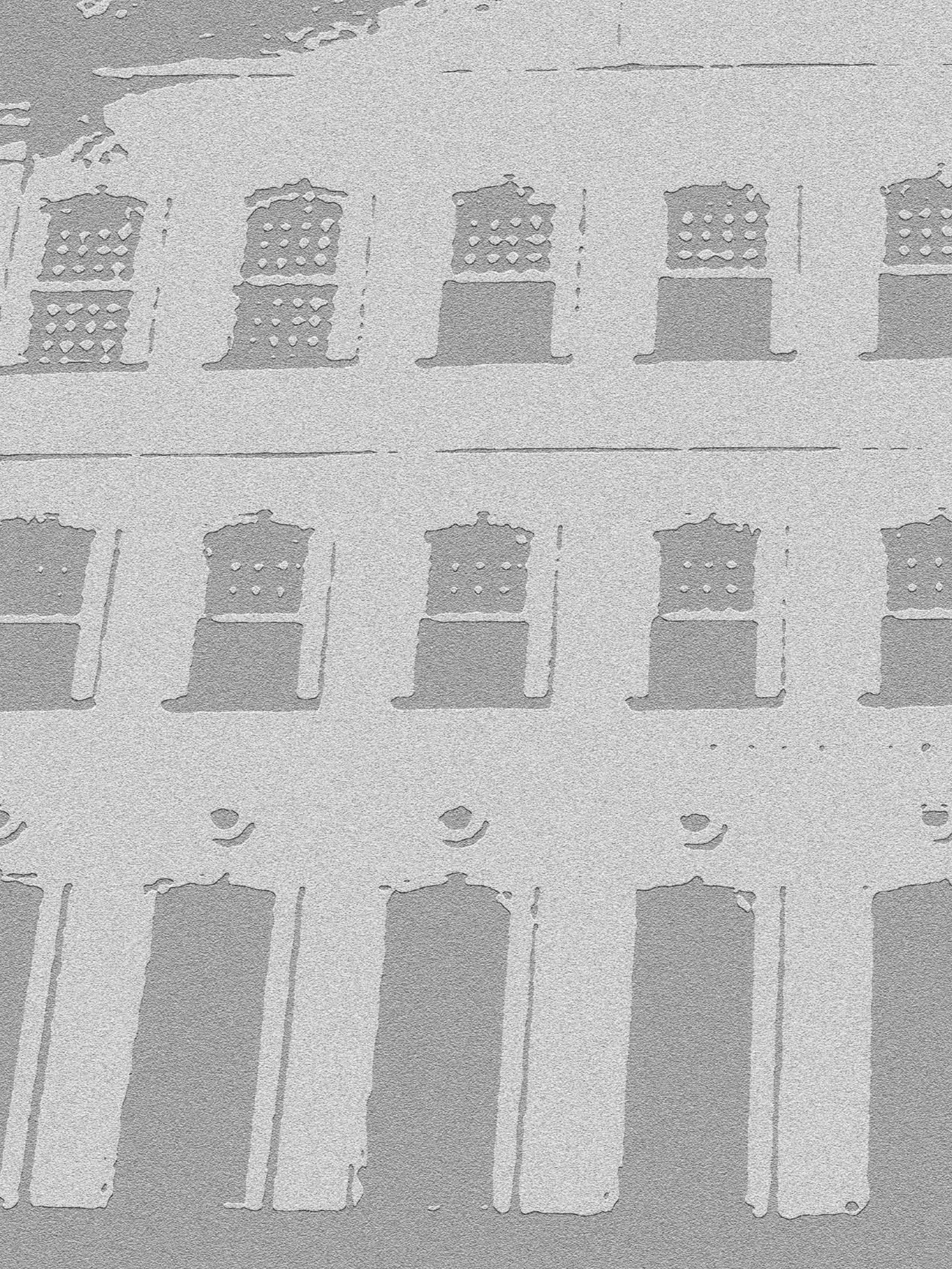
exercício de qualquer utilidade para com o resto da sociedade. São museus alheios ao desenvolvimento, sorvedoiros de recursos financeiros, fechados sobre as suas coleções que, na maior parte dos casos, deterioram-se ao ritmo dos anos.

Por isso, esses museus reduzem geralmente a sua atividade à manutenção de uma exposição permanente sem idéias, sem rumo, de puro exibicionismo, como diria Hugues de Varine, e que, por isso mesmo, envelhecem ainda mais rapidamente.

Não tenhamos ilusões. A museologia, tal como pensada nesses dois importantes documentos, é grande demais para ser deixada apenas aos museus formais. Essa museologia faz parte da “alfabetização para todos” do século XXI.

Por isso, a PNM tem a qualidade de interpelar a sociedade brasileira e a comunidade internacional para a necessidade de enveredarmos por novos rumos. Esses rumos passam pelo direito de participação e de decisão aberto a todos. Passam pela reorganização dos grandes museus, certamente, mas também e, sobretudo, pelo reconhecimento dos pequenos museus, que nasceram e nascem das consciências dos cidadãos, da sua vontade de criar, organizar, intervir no lugar onde vivem e trabalham.

São museus que manifestam a relação do dia-a-dia de cada um com a memória, o esquecimento, o patrimônio, a vontade de assumir o direito de cidadania e de querer mudar o mundo.





Palestras



Autoridades presentes na abertura do Iº Fórum Nacional de Museus , da esquerda para a direita:
Manoel Bairrão Oleiro (*Diretor do Instituto Português de Museus*),
Mário Moutinho (*Vice-Reitor da Universidade Lusófona*),
Eugenio D'Àvila Lins (*Superintendente da 7ªSR/Iphan*),
Clara Camacho (*Coordenadora da Rede Portuguesa de Museus*),
Manoel José Ferreira de Carvalho (*Pró-Reitor de Extensão da UFBA*),
Georgina De Carli (*Presidente do Instituto Latino-Americano de Museus*) e
Heitor Reis (*Diretor do Museu de Arte Moderna da Bahia*).

Política Portuguesa de Museus

Manoel Bairrão Oleiro

Diretor do Instituto Português de Museus

É uma grande honra poder apresentar a política museológica portuguesa e o Instituto Português de Museus (IPM). É a primeira vez que estou no Brasil, e é uma satisfação muito grande que o motivo da minha vinda corresponda a um encontro com colegas e amigos de museus. Sinto-me em casa e estou muito satisfeito com isso. Espero também que a apresentação da política museológica portuguesa possa contribuir para a eficácia dos trabalhos do fórum, mas também para ampliar o debate e as interrogações sobre as políticas dos museus no mundo.

Minha palestra está dividida em três tempos diferentes: o passado, o presente e o futuro. Isso porque há uma série de semelhanças entre a política museológica portuguesa e a política museológica no Brasil. Penso que será útil lembrar o caminho que nós, em Portugal, fizemos para traçar novos caminhos e, agora, podemos ganhar também com a experiência do caminho que o Brasil está trilhando.

Passado por quê? Porque há 12 anos, em 1992, não existia ainda o Instituto Português de Museus. Existia um instituto muito grande que dirigia o patrimônio cultural em sua totalidade. Esse instituto tinha um Departamento de Museus e Fundações, tal como tinha um Departamento de Bibliotecas, um Departamento de Arquivos, um Departamento de Patrimônio Arquitetônico. Essa forma de organização que o Estado português adotava tornava os museus apenas uma parte do patrimônio cultural – e não uma parte tão importante quanto outros setores do patrimônio cultural. Por isso, os museus não eram prioritários na política cultural de Portugal.

Por que a criação do IPM? Porque o governo de Portugal, em 1992, entendeu que os museus são uma

realidade autônoma e que têm de ser tratados com a mesma dignidade com que são tratadas outras parcelas do patrimônio cultural. Entendeu que os museus têm de ser parte de uma estratégia de desenvolvimento do patrimônio cultural, do desenvolvimento social e também do desenvolvimento econômico. Entendeu que era necessário definir uma política museológica.

Como eixos dessa política museológica, foram definidas várias linhas estratégicas: a primeira obrigava a modernização dos museus nacionais.

Os museus nacionais, isto é, museus que dependem do IPM, são apenas 29, mas são os mais importantes museus portugueses. Dentro dessa linha de modernização dos museus nacionais, foram feitas obras de ampliação e modernização, valorizando as exposições permanentes, criando áreas de exposições temporárias onde não existiam, melhorando as reservas que precisavam, e muito, ser melhoradas, instalando lojas e cafeterias nos museus – tentando assim encontrar respostas para a sustentabilidade dos museus; ou ajudar na sustentabilidade dos museus, criando projetos de conservação e restauro nos mais importantes museus, equipando os museus de meios informáticos para os funcionários ou para controle dos ingressos dos visitantes, para saber melhor quem é o público, para investir naquele público que ainda não visitava os museus.

Uma outra linha estratégica do início do IPM dizia respeito a dar maior visibilidade aos museus nacionais como forma de conquistar mais públicos, mas também como forma de reforçar a atenção que os museus devem exercer por parte dos poderes políticos. Esses têm uma agenda própria e evidentemente

buscam resultados visíveis. Por isso, os museus têm que ter visibilidade também. Essa visibilidade foi assegurada por meio de exposições de grande importância quer em Portugal, quer no restante da Europa, nos Estados Unidos e no Japão.

Com essas exposições, marcamos também o início da publicação de catálogos, nos quais são apresentados os estudos feitos para cada exposição. Como resultado, as equipes dos museus passaram a se sentir motivadas porque viam seus trabalhos divulgados para o público. Dessa forma, os poderes políticos nacionais e locais perceberam melhor a importância dos museus, quer como fatores de identidade nacional ou local, quer como elementos de desenvolvimento cultural e social, quer ainda como fator estratégico de afirmação de Portugal e da sua riqueza patrimonial perante os públicos estrangeiros.

Essa fase inicial do IPM ficou registrada ainda por uma forte intervenção na gestão técnica e administrativa em cada um dos 29 museus, melhorando a uniformização dos procedimentos e de gestão dos museus dirigidos pelo instituto.

Passados seis, sete anos, era o momento de perguntar se estava tudo bem. E a resposta que, internamente, nos demos foi a de que nem tudo estava bem. A visibilidade dos museus era de fato outra, a importância dos museus perante os poderes públicos tinha ganhado uma afirmação notável, mas havia áreas de trabalho onde o IPM não tinha conseguido encontrar respostas ainda.

Por um lado, havia, como é natural, todo um processo de mudança. Havia resistência às mudanças, resistências dentro dos próprios museus. Era preciso alterar hábitos de trabalho, imprimir uma nova dinâmica, uma nova forma de relacionamento com as comunidades e com o público. E isso não se fazia sem resistência.

Por outro lado, havia algumas linhas estratégicas que não tinham encontrado respostas por falta de recursos humanos e orçamentários. Para citar apenas uma, talvez a mais importante, o IPM não deveria apoiar apenas 29 museus, e sim apoiar tecnicamente todos os museus portugueses. E, a esta altura, não foi capaz de fazer isso.

Cabe aqui referir que Portugal tem mais ou menos mil museus, ou pelo menos mil instituições que se definem como museus. Uma parte delas é formada, de fato, por museus; a outra parte é formada por aquilo que designamos de coleções visitáveis. Não são de fato museus – poderão ser, se assim o quiserem e se vierem a cumprir alguns requisitos necessários para se tornarem museus. Poderão continuar sendo coleções visitáveis, estando no seu perfeito direito.

Como parte do conjunto desses mil museus, para além dos 29 museus do IPM, Portugal tem museus em outros ministérios, por exemplo, os museus da Marinha, do Exército, da Força Aérea. Assim como tem os museus das universidades, geridos por elas; os museus de prefeituras – que são, aliás, a maioria de museus em Portugal –; e tem ainda museus de fundações; de associações; de empresas públicas ou privadas.

Depois da revolução de 1964 e da implantação da democracia em Portugal, o número de museus cresceu imensamente. Até então, existiam cerca de 200 museus. Todos os outros, cerca de 800, foram criados depois da revolução, com o sentido de afirmação da identidade local, de participação das comunidades na defesa de suas memórias, dos seus testemunhos presenciais. Essas duas linhas estratégicas foram, talvez, as mais importantes, e o IPM não foi capaz de cumpri-las.

Outro aspecto que não conseguimos resolver, e que deveríamos ter buscado uma solução a esta altura, foi a questão da formação do pessoal de museus. Não existia curso de formação para conservador desde um pouco depois de 1964, e, no começo de década de 1990, não havia ainda nas universidades portuguesas mestrados ou pós-graduações em museologia. Não havia, assim, qualquer tipo de formação para os profissionais dos museus, e, nesse aspecto, o IPM, em sua fase inicial, também não foi capaz de resolver.

A despeito disso, o balanço da criação do IPM foi claramente positivo. Pela visibilidade das questões museais no discurso político e porque todos os poderes verificaram e perceberam que os museus tinham um lugar importante de afirmação identitária

e de desenvolvimento nas suas várias componentes. Assim, o IPM ganhou capacidade e força para propor outras ações ao Ministério da Cultura que permitiam reforçar as suas competências e desenvolver as linhas estratégicas que, a princípio, não tinha conseguido desenvolver.

Passando para o presente do IPM, há sete grandes áreas essenciais de trabalho neste momento. São áreas que estão auferidas na imagem do IPM e são algo mais que áreas de trabalho. A primeira tem a ver com a modernização dos espaços museológicos e a valorização das coleções por meio da renovação desses espaços. Trata-se de uma atuação que envolve a reabilitação dos edifícios de museus, que têm uma carga patrimonial muito importante; e a atualização dos recursos museológicos, com a instalação de equipamentos e infra-estruturas de acolhimento ao público, visando torná-los mais acolhedores e verdadeiros marcos de referência nas comunidades onde se inserem.

Essa linha de trabalho permitiu desenvolver competências internas no instituto, uma vez que temos um conjunto de arquitetos especialistas em intervenções em museus, que podem, e dão, apoio técnico a outros museus que não apenas os museus do IPM.

Uma segunda linha de trabalho é a do inventário, que envolve o registro, o estudo e a gestão das coleções. Trabalhamos no sentido da informatização desses registros para disponibilizar as informações na internet, naturalmente respeitando os campos que não devem ser de conhecimento geral, mas disponibilizando informações mais consistentes sobre as principais coleções dos museus nacionais.

Hoje, no site da IPM, é possível consultar informações sobre cerca de 25 mil peças de museus nacionais das mais importantes coleções que já estão informatizadas. Essas informações estão disponíveis ao público e, naturalmente, a todos os museus do mundo, o que facilita muito também as exposições, os pedidos de empréstimo de peças entre museus.

A área de divulgação das coleções continua a ser uma preocupação constante. Entendemos que a programação dos museus é essencial para captar novos públicos. Não é possível captar novos públicos – pelo

menos lá em Portugal essa é a experiência que temos – sem investir em uma programação regular, contínua e que também incluía programações temporárias. É por isso uma constante preocupação a organização de exposições e a publicação de roteiros e catálogos dos museus.

Nesse aspecto, da elaboração de roteiros, catálogos e guias de museus, os museus portugueses tinham um atraso muito grande. Não existem, ainda, catálogos de todos os principais museus portugueses. Neste momento, estamos trabalhando com as equipes dos museus a fim de publicar esses catálogos e guias, que são instrumentos essenciais para a divulgação dos museus e das coleções. No caso português, esses catálogos são normalmente publicados em português e em inglês, uma vez que a maior parte dos turistas que nos visitam vêm de países anglófonos, ou pelo menos têm um contato regular com o inglês. Não havendo a possibilidade de produzir os catálogos em várias línguas, concentramos nossos esforços nesses dois idiomas.

Da mesma forma, fizemos um esforço muito grande para de utilizar a internet como um meio privilegiado de divulgação dos museus e das coleções. Onze dos museus do IPM têm *sites* próprios. Estamos trabalhando na criação dos sites dos museus restantes para que todos os 29 museus do IPM possam ter presença na internet e possam, assim, ser mais facilmente conhecidos no estrangeiro.

Os resultados dessa linha de ação têm sido bastante positivos. Um número significativo de visitantes chegam nos museus a partir de pesquisas realizadas na internet e escolhem visitar o museu pelo que os *sites* apresentam. Portanto, é para nós uma forma de divulgação muito importante.

Por dentro dos museus de Portugal

A seguir, vou citar alguns exemplos de iniciativas do IPM pela valorização dos museus, seja no âmbito das restaurações; seja na produção de catálogos, roteiros e sites para uma melhor divulgação dos museus; seja na criação de lojas para buscar a sustentabilidade. Enfim, com as informações a seguir, vocês poderão conhecer um pouco mais de nossos museus.

O Museu do Porto foi ampliado, foram criadas zonas de exposições temporárias que podem abrigar grandes exposições. Esse é um museu sobretudo de pintura, escultura, e tem também uma boa coleção de cerâmica.

O Museu Dom Vasco tem uma coleção de pintura notável e foi totalmente remodelado por um grande arquiteto português, Eduardo Souto Moura, em um projeto que terminou recentemente, em maio deste ano. Já o Museu Nacional de Tecnologia, em Lisboa, teve suas áreas de reserva totalmente melhoradas e ganhou uma biblioteca. Esse museu tem um conjunto vastíssimo de documentação fotográfica, fonográfica, registros sonoros de trabalhos de campo de antropólogos feitos em Portugal e nas antigas colônias de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde. O museu tem um fundo documental muito importante.

O Museu Nacional do Azulejo conta com uma igreja. Todo o patrimônio da igreja, a talha, as pinturas, os azulejos, foi objeto de uma grande intervenção de conservação e restauração pelo IPM – que só foi possível de realizar com o apoio de uma grande empresa portuguesa.

O Museu de Bragança não é um museu nacional, mas depende do IPM. O museu foi recentemente modernizado e dotado de espaços para exposições permanente e temporária. É um museu com uma coleção muito variada de pintura, mas também uma forte componente etnográfica e arqueológica nas suas coleções.

O programa Matriz foi utilizado pelos museus nacionais para o registro das suas coleções. Foi desenvolvido pelo IPM e tem sido utilizado nos 29 museus cadastrados, permitindo a descrição completa ou registro, associando a bibliografia a cada uma das peças e também às imagens fotográficas que se associam ao registro da peça.

Um aspecto importante é o número de doações que têm sido feitas aos museus do IPM, que tem a ver também com a questão da visibilidade que os museus têm alcançado. As comunidades locais sentem os museus como seus. Não sentem os museus como espaços fechados, apropriam-se deles e que-

rem ver-se presentes nos museus. Portanto, estão disponíveis para fazer doações de peças suas ou que pertenciam às suas famílias aos museus. É importante essa relação que se vai estabelecendo, de confiança e participação entre os museus e as comunidades.

Uma coleção que foi recentemente divulgada no Museu Nacional de Etnologia foi feita a partir da colaboração de um antropólogo brasileiro. A coleção fez um grande sucesso porque as peças são, de fato, belíssimas.

Temos a ressaltar também alguns exemplos de divulgação dos museus ou de catálogos. São catálogos de exposições que vão sendo desenvolvidas e apresentadas. A cada exposição corresponde sempre um catálogo que reflete a investigação e o estudo feito para a própria exposição.

Em maio deste ano, produzimos um roteiro geral dos museus, com o apoio da União Europeia. Além dos 29 museus do IPM, a publicação contempla 120 museus. São museus que integram a Rede Portuguesa de Museus. Aqui começa a haver a divulgação de todo um universo de museus portugueses.

Queremos publicar neste ou no próximo ano outros catálogos de coleções dos museus, de forma a permitir um contato mais fácil com o público. Nos museus nacionais não há visitas guiadas para o público habitual, só há visitas organizadas pelo setor educativo, para escolas ou grupos que pretendam uma visita acompanhada.

Também queremos nos direcionar para o público infante-juvenil. Para isso, temos publicado roteiros que apresentam as coleções com uma linguagem própria para crianças e adolescentes. Isso facilita o trabalho dos pais e das escolas quando levam as crianças aos museus.

A partir do *site* do IPM, é possível ter acesso aos *sites* dos 29 museus cadastrados no instituto; é possível ter acesso ao *site* da Rede Portuguesa de Museus (uma parte do IPM com *site* próprio); é possível ter acesso ao *site* Matriz net, onde estão as imagens e informações sobre as coleções nacionais; e é possível obter informações de ordem geral sobre cada um dos museus, os horários, os preços de ingresso, coleções e exposições.

O Matriz net reúne informações sobre as coleções dos museus nacionais e suas respectivas imagens. Tem duas formas de pesquisa, uma para o público em geral e uma para investigadores, que permite fazer associações e cruzamentos de informação. Alguém que queira saber, por exemplo, quais são os museus onde existem pinturas de José Malhoa, pode fazer a pesquisa que o Matriz net dará as informações sobre o artista, vai mostrar em quais museus existem obras suas. Isso é possível para qualquer autor, qualquer tipo de obra, é possível fazer pesquisas de ordem cronológica ou temática, enfim, pesquisas várias.

Alguns museus do IPM já têm seus próprios *sites*. Optamos por dar essa liberdade para cada museu escolher como quer se apresentar ao público. Não há nenhuma uniformização imposta pelo instituto. Há um esqueleto comum de informações que todos os *sites* têm, que todos os museus têm. Mas a forma como apresentam, como desenvolvem o *site* é de total iniciativa dos museus. Esses *sites* têm imagens gráficas muito diferentes, têm formas de apresentação também muito diferentes, assim como níveis de informação muito diversos.

Os museus portugueses, somente com as receitas oriundas de visitas, não são auto-sustentáveis, dependem do orçamento do governo, da prefeitura ou de empresas, de apoio de mecenas.

Com a criação de lojas em cada um dos museus, procuramos fazer com que a receita aumentasse e que a sustentabilidade fosse mais possível. Procuramos também tirar proveito para a divulgação do patrimônio cultural. As lojas dos museus do IPM só têm à venda réplicas de produtos de acervos, das coleções ou de peças criadas expressamente para aquela loja a partir das coleções do museu, num desafio que é lançado aos criadores contemporâneos. Cada loja vende apenas produtos exclusivos. Portanto, não há uma confusão entre as lojas dos museus e os outros tipos de loja. Este ano, criamos também uma loja no aeroporto de Lisboa. Está funcionando como teste para vermos se vale a pena prosseguir.

Temos feito uma aposta muito forte na criação de condições de trabalho dos serviços educativos dos museus. Achamos que é muito importante a ligação

entre os museus e as escolas, embora os serviços educativos não trabalhem apenas com escolas. Temos feito um trabalho de articulação com professores no sentido de preparar visitas aos museus e desenvolver ateliês, organizar oficinas e desenvolver outras atividades próprias para esse público. Durante dois ou três anos, fizemos um encontro de museus e educação que juntou os museus portugueses e também foi uma oportunidade para refletirmos sobre a forma como os museus encaram o trabalho dos serviços educativos e conseguir algumas linhas de trabalho comuns para os museus portugueses.

Outra área que o IPM tem investido é na definição de normas de registro das coleções. Essa é uma competência específica do instituto, mas é útil para a totalidade dos museus portugueses: ter um conjunto de normas que podem ser utilizadas no registro das suas coleções. Temos contado com a colaboração de consultores e museólogos dos museus nacionais para definir e preparar essas normas, que são disponibilizadas à comunidade museológica portuguesa. É uma das áreas de trabalho em que se sente mais o apoio que o IPM pode dar aos outros museus num aspecto que é essencial à atividade dos museus.

Também este ano começamos a publicar a coleção Temas de museologia. Com a publicação, divulgamos boas práticas, normas e princípios que podem ser úteis a qualquer conservador, qualquer museólogo, qualquer pessoa que tem a responsabilidade de gerir coleções e museus. Os primeiros números foram sobre dois temas importantes para os museus portugueses. Um foi sobre a circulação de obras de arte. Abordamos todos os problemas que envolvem a atividade, desde a embalagem, os furos, o transporte, o que é preciso discutir com as seguradoras, com quem faz as embalagens, com as transportadoras, como deve fazer um *courrier*, o que deve confirmar com relação às seções dos museus para quem a peça é emprestada, como se deve fazer o controle das condições ambientais, como se deve controlar a desembalagem e a reembalagem das peças.

O outro número foi sobre museus e a acessibilidade. Neste ano é comemorado o ano internacional das pessoas com deficiência, e existe uma lei por-

tuguesa que obriga os edifícios públicos a adaptarem sua circulação a pessoas com deficiência, que se deslocam em cadeiras de rodas ou têm dificuldades de locomoção e deslocação em espaços públicos. Quisemos também trabalhar o tema e dar orientações úteis para os arquitetos que estão pensando em projetos de museus; para arquitetos e museólogos que estão preparando projetos de exposições. Chamamos a atenção para as dimensões necessárias nos circuitos, nos percursos dentro dos museus, as vantagens de se ter tabelas e informações em linguagem braile, a possibilidade de haver outros tipos de exposições, com réplicas que permitam às pessoas cegas poderem tatear para perceberem como são as coleções que não podem ver.

Esses foram os dois primeiros temas que publicamos. Estamos trabalhando agora outros quatro temas: montagem de exposições; princípios básicos de conservação preventiva; organização e gestão de reservas; e incorporação de bens culturais móveis. Em 2005, teremos esses títulos publicados e teremos todo gosto de fazê-los chegar ao Iphan para que sejam disponibilizados para consulta de museólogos brasileiros.

Ainda sobre dificuldade de acessibilidade, devo dizer que uma grande parte dos museus portugueses não está ainda adaptada para permitir a circulação de pessoas com deficiência porque estão instalados em edifícios patrimoniais onde não é possível nem simples fazer as adaptações necessárias. É um processo que está demorando mais tempo do que seria desejável, mas que precisa ser feito.

Uma das outras competências e responsabilidades do IPM tem a ver com o tombamento de peças. Existe um registro das peças classificadas pelo Estado português, pelo Ministério da Cultura. O IPM tem a responsabilidade de propor a classificação das peças, manter atualizada e fazer verificações sucessivas dessas peças, de seu estado de conservação, do seu paradeiro, quem são seus proprietários, enfim, acompanhar essas peças que são muito importantes para o patrimônio cultural do país.

A questão de circulação dos bens culturais móveis é essencial para nós, e, para implementá-la, temos que aprender a lidar com uma dificuldade que os

museus portugueses têm. Por razões financeiras do Ministério da Cultura, não temos conseguido substituir os profissionais dos museus que se aposentam. Assim, há um saber que não está sendo transmitido de geração a geração. É preciso registrar por escrito os procedimentos para, depois, transmitir quando há esses intervalos entre as pessoas que saem e as pessoas que entram.

Esse eixo de qualificação dos museus portugueses é, talvez, o mais importante do IPM agora e no futuro. No ano de 2000, o instituto montou o que nós chamamos de uma “estrutura de missão”, uma “estrutura de projetos”, uma Rede Portuguesa de Museus, para ultrapassar as dificuldades que falei a pouco do IPM não conseguir apoiar outros museus além dos 29. Achemos que aquele era no ano para dizer basta. Tínhamos que encontrar uma solução para apoiar outros museus, outras tutelas, de outras dependências. Criamos, então, essa rede.

Amanhã, haverá uma intervenção sobre, mas quero deixar claro que a Rede Portuguesa de Museus e o apoio à modernização, à qualificação dos museus portugueses, é uma área estratégica fundamental para o IPM, é uma área que, futuramente, nos obrigará a desenvolver ainda mais e melhor o nosso trabalho.

A última linha estratégica do IPM é a questão da internacionalização dos museus portugueses. Temos boas coleções, bons museus, que podem mostrar suas coleções no estrangeiro. Mas temos alguma dificuldade em fazer isso, em considerar nossos museus com a importância e a qualidade internacionais necessárias para serem apresentados no estrangeiro. Queremos desenvolver atividades de parceria, exposições e intercâmbios com museus estrangeiros e queremos, também, desenvolver uma linha de trabalho que até agora não foi possível desenvolver: a cooperação com os países de língua portuguesa.

Essa é, aliás, uma área de trabalho que tenho pensado não só para o IPM, mas para o Iphan também, ambos têm possibilidade de estabelecer boas parcerias para apoiar museus de países africanos que querem ter apoio em língua portuguesa, em formação, na criação de condições para apresentar as suas coleções, querem

ter apoio para recolher novas coleções. Portanto, é uma área na qual temos que desenvolver um trabalho, aprofundar o que tem sido feito.

Não posso também deixar de me referir ao fato de que, em agosto deste ano, foi publicada a Lei dos Museus Portugueses. Essa lei vem fortalecer os museus, vem dar mais importância à política museológica nacional e vem ampliar as possibilidades do IPM. A lei foi aprovada por unanimidade no Parlamento português. Isso me dá grande satisfação, significa que há um largo consenso na sociedade portuguesa sobre a importância dos museus e não há divergências em relação àquilo que deve ser feito para reafirmar a importância dos museus no país. Essa lei define os princípios da política museológica nacional, e é importante que esses princípios sejam definidos pelo Parlamento, e não apenas pelo governo. Essa lei foi preparada pelo IPM e pela Rede Portuguesa de Museus com grande colaboração de museólogos, associações de museólogos, conservadores de museus nacionais e museus da prefeitura. Foi um trabalho de equipe que deu bons resultados. Os princípios da política museológica nacional, definidos por essa lei, são sinteticamente os seguintes:

- o princípio da promoção da cidadania por meio da valorização das pessoas;
- o princípio do serviço público prestado pelos museus, obrigando que os museus estejam abertos e acessíveis ao público;
- o princípio da coordenação por meio da articulação com outras políticas culturais, como as

políticas educativas, científicas, do turismo, de proteção do ambiente e do ornamento do território;

- o princípio da informação por meio da divulgação de dados sobre os museus;
- o princípio da supervisão por meio da identificação de boas práticas;
- o princípio da descentralização por meio da valorização dos museus de prefeitura e de seu papel no acesso das comunidades à cultura;
- o princípio da colaboração internacional, cujo convênio assinado entre os ministros da Cultura do Brasil e de Portugal sobre os museus e as propostas dos museus são já um bom exemplo.

A lei define também os conceitos de museus e de coleção visitável, identifica as funções museológicas e determina que os museus têm que as cumprir. A lei institucionaliza a Rede Portuguesa de Museus, o que é muito importante pela força que dá ao movimento dos museus em Portugal, e cria um processo de certificação dos museus portugueses. Pela primeira vez, existe uma lei desse tipo em Portugal, uma lei para os museus. Pela primeira vez, também, existe um processo de certificação dos museus, e esses resultados se devem muito à criação do IPM, em 1992. Os resultados foram, de fato, muito positivos, mas devem ser analisados em longo prazo e não no curto prazo. As questões do patrimônio, como todos nós sabemos, têm um prazo longo para se desenvolverem.

A Rede Portuguesa de Museus

Clara Camacho

Coordenadora da Rede Portuguesa de Museus

Apresentar a Rede Portuguesa de Museus perante a comunidade museológica do Brasil é uma honra, um prazer e um desafio que tentarei levar a cabo, trazendo até vocês as principais linhas orientadoras e as concretizações que têm marcado esse projeto, criado há quatro anos.

A análise, o balanço e a reflexão sobre um projeto que, apesar de recente, é complexo e pleno de elementos propiciadores da mudança do panorama museológico em Portugal implica um esforço de síntese. Isso me levou a concentrar esta palestra em seis tópicos que me pareceram de maior interesse para uma audiência que, à distância de um oceano, poderá encontrar utilidade no conhecimento e no debate da presente experiência.

Contexto

No final dos anos de 1990, a necessidade de afirmação de uma política de Estado relativamente aos museus em Portugal tornou-se evidente. Só a essa altura o Instituto Português de Museus (IPM) encontrava-se em condições para exercer uma atuação com referência aos museus fora da sua órbita tutelar. Ao contrário de outros países europeus (que já tinham evoluído para sistemas de organização e de articulação entre museus, nos quais, entre outros aspectos, a legislação específica para o setor museológico e a certificação de museus surgem como importantes instrumentos de qualificação), até então, Portugal não tinha desenvolvido um sistema nacional de coordenação ou de certificação da realidade museológica. E isso em um período em que, paralelamente, desenrolava-se um movimento de mudança sem precedentes na História da Museologia portuguesa, na

seqüência das mudanças políticas e sociais decorrentes da instauração da democracia em 1974.

O panorama museológico do final do século XX em Portugal caracterizava-se pelo aumento exponencial de museus; pela forte capacidade de iniciativa de diversas tutelas (onde se destacam as autarquias, mas também algumas instituições privadas); pela circulação de correntes de pensamento de renovação da Museologia; pela disseminação de experiências locais de extensão patrimonial dos museus pelos respectivos territórios; pelo reforço dos serviços educativos; pelo papel concedido à documentação das coleções e à informatização dos inventários (por parte dos museus do IPM); e pelo crescente papel das universidades na formação de profissionais em Museologia. Nesse quadro, é lançada, em 1997, por meio de decreto-lei, a idéia de uma Rede Portuguesa de Museus.

Às necessidades específicas de uma política para o setor museológico, deve acrescentar-se por parte do Ministério da Cultura uma orientação genérica de criação de redes de equipamentos culturais, criada em 1987, com o lançamento da Rede de Bibliotecas Públicas; continuada em 1998 com a Rede de Arquivos Municipais; e, no ano seguinte, com a Rede Nacional de Teatros e Cine-teatros.

Inserida numa orientação política global do Ministério da Cultura e proporcionada pela vontade dos dirigentes do IPM, a rede que se tencionava criar para os museus era inicialmente uma incógnita. Em primeiro lugar, pela própria falta de definição do termo “rede” – na moda, mas sem qualquer reflexão precedente sobre a sua adequação ao contexto museológico português. Em segundo lugar, pela dificuldade

em adaptar aos museus o modelo, fortemente normalizador, já testado para as bibliotecas e para os arquivos, dadas as diferentes natureza e complexidade inerentes às instituições museológicas, relacionadas à diversidade de seus bens culturais.

Conscientes das dificuldades para implementar uma nova política que se desejava incidente sobre toda a realidade museológica portuguesa, os dirigentes do IPM começaram por promover o conhecimento aprofundado dessa realidade. Em 1998, foi efetuado um Inquérito aos Museus de Portugal, em cooperação com o Observatório de Atividades Culturais, um outro órgão do Ministério da Cultura.

Aplicado a 530 unidades museológicas, o estudo traçou um retrato seguro da realidade museológica do país. Entre outros aspectos, o levantamento revelou: a acentuada juventude da maioria dos museus, criados depois de 1974 e, em particular, nos últimos dez anos; a desequilibrada distribuição geográfica dos museus, massivamente concentrados no litoral, em especial nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, e bastante escassos no interior; a multiplicidade das entidades de tutela, quer públicas, quer privadas; a heterogeneidade de seus patrimônios e das suas coleções. O inquérito revelou também as principais necessidades dos museus, como recursos financeiros, pessoal, instalações, conservação, formação e equipamentos de informática.

Diante desses resultados, o IPM deu, em 2000, o primeiro passo efetivo para a concretização de uma Rede Portuguesa de Museus (RPM), por meio da criação de um projeto, cuja principal finalidade era estudar e propor o modelo da rede. Ao tomar essa medida, o instituto abria-se, pela primeira vez, à efetivação de uma política global para os museus do país, qualquer que fosse a sua dependência administrativa.

Funcionamento

O modelo de funcionamento orgânico escolhido – a criação de uma “Estrutura de Projeto”, com uma missão específica – remetia, a princípio, a possíveis vantagens e inconvenientes.

As vantagens, por oposição a outros serviços já instalados na administração pública, foram as de

conceder à nova estrutura maior autonomia, capacidade de constituir uma equipe enxuta (formada por oito pessoas), atribuição clara de competências em relação ao cronograma definido para sua execução (três anos, prorrogáveis por mais cinco anos).

As competências atribuídas foram as seguintes: conceber o modelo da RPM; criar programas de apoio a museus; promover ações de formação; e estabelecer formas de articulação com outras entidades.

Os potenciais inconvenientes do modelo relacionam-se à possibilidade de sobreposição de competências já estabelecidas em outros serviços; à necessidade de uma articulação muito estreita com a direção do IPM para propiciar fluidez de comunicação e de informação e acertar políticas e estratégias similares de atuação; à dependência total da decisão política quanto à continuidade do projeto e à sua estruturação futura e a conseqüente imagem pública de “trabalho a prazo”, sem certezas de institucionalização.

Ao longo dos últimos quatro anos, tornou-se evidente a predominância das vantagens nesse trabalho, que contribuíram para a afirmação da imagem de um serviço novo, com relevante capacidade de intervenção, dotado de grande flexibilidade e com uma equipe técnica disponível para permanentemente se comunicar com os profissionais dos museus portugueses.

No fim do ano 2000, ao iniciar a sua atuação, a equipe de Estrutura de Projeto tinha por missão conceber o modelo da rede. Começamos por efetuar um primeiro estudo, seguindo duas linhas de pesquisa: uma que contextualizou a matéria em Portugal – na história da Museologia portuguesa (antecedentes, tentativas de implementação de outras políticas, razões do fracasso) e na realidade dos museus portugueses – com base nos dados do referido inquérito; e outra que situou internacionalmente a problemática no plano da museologia contemporânea (políticas de outros países, levantamento de leis de museus e de sistemas de certificação).

Um documento inicial foi produzido, sendo amplamente divulgado e debatido com profissionais do

setor museológico em cinco encontros realizados descentralizadamente em diferentes pontos do país, nos quais participaram mais de 500 pessoas. A equipe de Estrutura de Projeto registrou as contribuições decorrentes da plenária de debates e recebeu, ainda, contribuições por escrito, resultando na revisão do documento inicial e na publicação, em março de 2001, da obra Linhas Programáticas da Rede Portuguesa de Museus – que rege até hoje a nossa atuação.

O arranque do funcionamento da Rede Portuguesa de Museus, envolvendo a participação daqueles que, direta ou indiretamente, intervêm nos museus – administrações e tuteladas, diretores, técnicos e profissionais, docentes e estudantes de Museologia –, foi determinante para a aquisição de um capital de confiança no meio museológico.

Em paralelo, foi criado um Grupo de Trabalho – constituído por cinco profissionais que não pertenciam à equipe da Estrutura de Projeto – que funcionou como uma consultoria ao longo de dois anos. Concomitantemente, foram estabelecidas formas de cooperação institucional com outras entidades do Estado que intervêm na área de museus, mantidas até hoje.

O espírito de trabalho por projeto, de cumprimento de objetivos e de metas, a noção de urgência na sua concretização, a flexibilidade e a mobilidade no terreno continuam a marcar a atuação da Estrutura de Projeto Rede Portuguesa de Museus. Esse modo de funcionamento se refletiu no próprio funcionamento do sistema de museus, como veremos a seguir.

Conceito e programa

A concepção do modelo da Rede Portuguesa de Museus – primeira atribuição que nos tinha sido passada pelo ministro da Cultura – teria que partir de uma noção que constituísse a matriz de toda a estratégia programática a ser desenvolvida. Ao contrário das outras redes do Ministério da Cultura, voltadas apenas aos equipamentos, logo se tornou evidente para nós que a rede que pretendíamos criar para os museus não poderia reduzir-se a essa tarefa. Deveria

também incluir a componente da comunicação, tão presente em outras estruturas reticulares, de caráter mais informal e menos institucional. Além desse pressuposto, na definição da nova noção levamos também em conta características de abertura, reciprocidade, articulação e estruturação, que caracterizam os sistemas organizados em rede.

Com base nesses princípios, foi definida a noção de Rede Portuguesa de Museus como “um sistema de mediação e de articulação entre entidades de índole museal, tendo por objetivo a promoção da comunicação e da partilha, com vista à qualificação da realidade museológica portuguesa”. Essa conceitualização imprime à noção de “rede” um amplo espectro de conteúdos, ao englobar duas vertentes que se revestem da maior complementaridade: as vertentes de “rede de informação” e de “rede física”.

Tendo como referentes principais o conceito que acabamos de enunciar e os resultados, os problemas e as necessidades evidenciados no Inquérito aos Museus, foram definidos três grandes eixos estruturantes das linhas de ação da Rede Portuguesa de Museus: Informação, Formação e Qualificação, de onde emanam programas específicos que começaram a ser desenvolvidos de forma regular a partir de 2001.

O eixo da Informação tem por objetivo promover a divulgação sistemática e regular das ações da Rede Portuguesa de Museus e das atividades dos museus nela integrados. Para a execução desses objetivos, foram criados dois instrumentos de informação entre os museus: o *site* e o boletim.

Concebido inicialmente como um canal fundamental de divulgação da RPM e das suas atividades, o *site* <www.rpmuseus-pt.org> tem progressivamente incorporado informação referente aos museus integrados à rede, por meio da inserção *on-line* de fichas de caracterização de cada instituição museológica com informações úteis sobre acervos e serviços disponíveis ao público. Outros conteúdos referentes às atividades dos museus, às possibilidades de linhas de apoio e à divulgação de encontros têm sido também acrescentados, com significativa repercussão no aumento do número de consultas do *site*.

O boletim da RPM é outro canal privilegiado de comunicação entre os museus, em especial os da RPM, mas, de maneira mais ampla, estendendo-se a todo o meio museológico português, para os quais tem se tornado uma referência. Não havendo em Portugal nenhuma revista de Museologia, e considerando que os únicos boletins existentes são os das associações profissionais (Apom, Icom, Minom), editados com irregularidade, torna-se compreensível o interesse despertado por essa publicação de rigorosa periodicidade trimestral, tendo chegado ao seu 14º número em dezembro. Suas rubricas incluem a divulgação do programa de ação da RPM, a par de artigos sobre temas museológicos e de notícias referentes às atividades promovidas pelos museus que integram a rede, revelando enorme dinamismo.

O eixo da Informação tem também contribuído para a atualização constante de dados sobre os museus portugueses, por meio de levantamento contínuo, efetuado pelo Observatório de Atividades Culturais – instituição com a qual o IPM mantém uma estreita cooperação, o que nos permite ter um diagnóstico atualizado da situação existente.

Ainda neste eixo foi editado no ano passado o Roteiro de Museus da RPM, logo esgotado e a reeditar no próximo ano. Trata-se também de uma obra de atualização de dados sobre os museus portugueses, na continuação do Inquérito aplicado em 1998. Outra linha de trabalho nesse eixo é a edição de materiais promocionais do Dia Internacional dos Museus e a difusão conjunta das atividades dos museus da RPM para assinalar a data.

O eixo da Formação foi traçado com base nas necessidades detectadas no Inquérito e nas lacunas existentes quanto à promoção de ações por parte de outros organismos portugueses. Na realidade, não existe em Portugal resposta para a formação contínua, sendo muito escassa a promoção de ações de formação regulares e de atualização de conhecimentos dirigidas ao pessoal dos museus. Tal situação contrasta com o protagonismo das universidades na promoção da formação acadêmica ao nível das pós-graduações e dos mestrados em Museologia. Face a esse panorama, e sendo uma das competências atri-

buidas à Estrutura de Projeto, a Rede Portuguesa de Museus tem promovido um programa regular de formação, verificando em avaliações posteriores que o eixo tem se revelado bastante adequado às necessidades do setor.

Anualmente revisto e atualizado com novas temáticas, esse programa inclui, a título de exemplo, ações sobre os seguintes temas: introdução às práticas de conservação preventiva; embalagem e transporte de bens museológicos; edições e divulgação em museus; programação e produção de exposições; papel social dos museus e intervenção comunitária; museus e acessibilidades. À exceção de uma ação sobre museus e coleções etnográficas, promovida pelo Museu Nacional de Etnologia, todas as outras são transversais às diferentes coleções dos museus e incidem sobre as funções museológicas, realizando-se sempre de forma descentralizada, muito raramente na capital, em parceria com diferentes museus do país.

Ainda no âmbito desse eixo, outro passo importante foi a abertura ao público de um centro de documentação especializado em Museologia, em instalações improvisadas na própria Estrutura de Projeto. Aberto à visitação pública duas tardes por semana, com possibilidade de consulta *on-line* no *site* da RPM e de empréstimos a distância, o Centro contribui para a formação e a atualização de conhecimentos dos profissionais dos museus e para a formação de estudantes de pós-graduações e mestrados em Museologia e outras áreas disciplinares e científicas.

A qualificação dos museus por meio de medidas e programas de apoio concebidos para atender às necessidades de melhoria técnica das instituições museológicas portuguesas constitui o papel central do eixo programático da Qualificação.

Essa linha de atuação baseia-se em dois programas, um de apoio financeiro aos museus da RPM, o Programa de Apoio à Qualificação de Museus; e outro de apoio técnico aberto a qualquer museu, esteja ou não integrado na RPM, o Programa de Apoio Técnico.

Em Portugal, o Programa de Apoio à Qualificação dos Museus é o primeiro programa de apoio

financeiro emanado do Ministério da Cultura e dirigido a museus não dependentes da administração central. Divide-se em quatro áreas: programação museológica; investigação e estudo de coleções; conservação preventiva; e ações de comunicação. Para melhor ilustrar, citamos, a seguir, um resumo de projetos mais freqüentemente apoiados pelo programa: estudo de coleções; estudo de patrimônio afim à vocação do museu; edição de catálogos e publicações didáticas; aquisição de equipamento de monitorização das condições ambientais; aquisição de mobiliário e equipamento apropriado para reservas; desenvolvimento de oficinas pedagógicas, de projetos educativos destinados a pessoas com deficiência, imigrantes e públicos familiares; e produção de *sites* dos museus.

Mediante o Programa de Apoio Técnico a Museus, a Estrutura de Projeto presta também aconselhamento técnico, com a colaboração de consultores especializados, a museus, integrados ou não na RPM, em funcionamento ou em processo de criação. As áreas temáticas mais solicitadas são a conservação preventiva, a arquitetura de museus, o inventário e a área educativa.

Tem também uma grande expressão no trabalho cotidiano da Rede Portuguesa de Museus a apreciação de processos de candidatura de novos museus ou de remodelação de museus existentes a financiamento do Programa Operacional da Cultura, programa de fundos comunitários da União Européia com aplicação específica na área da cultura, gerido pelo Ministério da Cultura. O parecer técnico sobre a pertinência museológica dessas candidaturas é da competência do IPM, delegado na Estrutura de Projeto – o que nos confere também um grande conhecimento no terreno da evolução do panorama museológico.

Sistema

Desde o arranque desse novo projeto, a configuração do sistema que viria a constituir a Rede Portuguesa de Museus foi uma questão central. Como organizar esse sistema? Que entidades o constituiriam? Como aquilatar da condição de museu dessas entidades?

Como proceder? Avançar de imediato com a preparação de um instrumento legislativo? Criar um sistema de credenciamento?

As opções tomadas encaminharam-nos no sentido da construção progressiva da Rede Portuguesa de Museus, alicerçada na adesão voluntária das entidades museológicas, em um espírito de inclusão, com base em conjunto de parâmetros baseados nos grandes pilares que definem a condição de museu, ajustados às variações de escala e de dimensão dos museus e aplicáveis à sua diversidade. Como sabemos, muitas entidades que se autodenominam museus não cumprem requisitos básicos, que, embora baseados no conceito de museu veiculado em âmbito internacional pelo Icom, variam de país a país. No nosso caso, em um primeiro momento, optamos por adotar o conceito de museu do Icom na formatação da adesão à Rede Portuguesa de Museus, tomando-o como referência para a apreciação das candidaturas.

Desse modo, a partir de 2001 foi preparado e aplicado um Regulamento de Adesão à Rede Portuguesa de Museus, com o objetivo de apreciar as propostas de candidatura à integração na rede. A linha orientadora principal consistiu em verificar se as entidades candidatas se enquadram na mencionada definição, ou seja, refletem e cumprem, na sua essência, as funções museológicas e se desempenham o respectivo papel social.

Com base nesses pressupostos, as seguintes vertentes são consideradas essenciais no processo de adesão à Rede Portuguesa de Museus: cumprimento da função social do museu; observância dos cuidados de preservação e de valorização das coleções e dos acervos; e condições de sustentabilidade. Cada um desses parâmetros subdivide-se em diferentes requisitos essenciais para avaliar a condição de museu dos candidatos.

O sistema de museus construído teve como universo de partida o conjunto dos 28 museus tutelados pelo Instituto Português de Museus, a que acrescentaram, por protocolo, os 14 museus dependentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, nossos arquipélagos atlânticos. A esse grupo inicial juntaram-se, progressivamente, os museus que se

candidataram à Rede Portuguesa de Museus num processo iniciado em abril de 2001 – aberto a todo tipo de museu, independentemente da sua tutela, do seu campo temático, das suas coleções e do seu âmbito territorial.

Nesse processo, a constituição dos dossiês de candidatura assumiu, por si só, uma forte vertente didática e de auto-reflexão sobre o desempenho do respectivo museu, sendo assistida de reuniões, contactos e visitas por parte da Estrutura de Projeto.

Como resultado da metodologia adotada, o sistema de museus foi-se formando, com entradas anuais por ocasião do Dia Internacional de Museus. Atualmente, é constituído por 120 museus, que caracterizaremos brevemente a seguir.

Quanto à dependência administrativa, os museus da Rede Portuguesa de Museus são, majoritariamente, museus públicos, entre os quais avultam os dependentes dos municípios (42%). Entre os museus da administração central (30%), têm maior expressão os 28 museus tutelados pelo próprio Instituto Português de Museus, que incluem museus nacionais como o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Nacional de Arqueologia ou o Museu Nacional dos Coches. O lugar ocupado pelos museus dependentes de outros ministérios é ainda diminuto, destacando-se por enquanto dois museus universitários e um museu dependente do Ministério da Defesa.

Tendo presente tal contextualização histórica, é facilmente explicada a predominância de museus municipais no contexto da Rede Portuguesa de Museus, correspondendo à própria realidade museológica portuguesa e evidenciando a vivacidade e a capacidade de iniciativa na preparação das respectivas candidaturas. São museus de tipologias e coleções muito diversas, que incluem designadamente museus de território como o Ecomuseu Municipal do Seixal e o Museu de Mértola; museus temáticos como o Museu da Olaria, o Museu do Trabalho, o Museu da Pedra ou o Museu do Papel; e museus de arte como o Museu Municipal Amadeo Sousa Cardoso. Predominam, no entanto, os museus com coleções mistas, especialmente as de arqueologia, etnografia e arte, sendo também visível o papel crescente do patrimô-

nio industrial, como se verifica, entre outros, com o Museu Municipal de Portimão e o Museu da Pólvora Negra.

Quanto à distribuição geográfica, os museus da Rede Portuguesa de Museus localizam-se predominantemente na região Norte do país (32%), seguida por Lisboa (27%), enquanto os restantes valores de distribuição regional correspondem, genericamente, à própria distribuição demográfica do país, muito mais concentrada no litoral que no interior.

Quanto ao tempo de existência dos museus que integram a Rede Portuguesa de Museus, é de salientar que mais de metade dos museus foram criados depois de 1974, dos quais 29 foram criados nos últimos 10 anos – o que reforça a característica de juventude dos museus portugueses.

Em resumo, a diversidade impera no sistema museológico da RPM, que tanto inclui os internacionalmente reconhecidos Museu Gulbenkian e Museu de Arte Contemporânea de Serralves como o pequeno museu associativo do interior português, o Museu da Casa Grande de Freixo de Numão ou o pequeno Museu Escolar de Marrazes.

Resultados

Ao cabo destes quatro anos de trabalho, quais os resultados atingidos, que balanço se pode fazer desse projeto? Para responder, ainda que brevemente, a essa questão, apresentamos alguns indicadores de ordem quantitativa. Adiante, analisaremos alguns impactos qualitativos da ação da RPM de 2000 a 2004.

Não querendo reduzir a avaliação dos resultados da RPM a questões quantitativas, é incontornável, evidenciar o cumprimento dos objetivos a que inicialmente nos propusemos, quando as Linhas Programáticas foram editadas, em março de 2001 – fato que o quadro anterior demonstra.

Fazendo agora a avaliação do modelo de funcionamento da RPM como um sistema de museus, saliente-se que este, além de basear-se nos eixos programáticos já referidos, baseia-se também na produção constante de idéias de “trabalho de projeto”, de “construção”, de “passo-a-passo”, de incorporação da experiência.

Eixo programático	Principais indicadores
Adesão	Criado o Regulamento da Adesão à RPM
	120 museus integrados na RPM
	Realizado um fórum internacional
	Realizados quatro encontros anuais com os museus da RPM
Informação	Criado o <i>site</i> da RPM (incluindo fichas dos 120 museus)
	13 números publicados do boletim trimestral
	Três obras publicadas: Linhas Programáticas da RPM; Atas do Fórum; e Roteiro de Museus
	Dados sobre os museus constantemente atualizados – parceria com o Observatório de Atividades Culturais
Formação	33 ações de formação realizadas
	659 participantes nas ações de formação
	Aberto um centro de documentação especializado em Museologia
Qualificação	Criado o Programa de Apoio à Qualificação de Museus
	329 projetos apoiados financeiramente
	67 museus apoiados financeiramente
	2 milhões de Euros atribuídos a museus
	87 entidades apoiadas tecnicamente

Ao avaliar o impacto da RPM entre os museus portugueses, julgamos que este se pode medir não apenas diretamente pelos indicadores referidos, mas também de uma maneira mais ampla e indireta. Com efeito, o primeiro fator a destacar é o reconhecimento público da rede, avaliável desde logo pelos elevados índices de procura/candidatura à entrada na rede e a associação a um capital de prestígio e de qualidade. Por outro lado, o lugar que a comunicação social lhe tem conferido, contribui, de modo geral, para maior afirmação e visibilidade dos museus no próprio meio museológico e nas respectivas administrações dos museus, e, futuramente, espera-se, junto das comunidades e dos públicos.

Quanto ao segundo vetor a realçar, a qualificação, resulta, a nosso ver, não apenas diretamente dos apoios técnicos e financeiros mencionados, mas também de uma maior sensibilização das respectivas entidades de tutela no sentido da dotação dos

recursos necessários para essa qualificação. Assim, a influência da RPM é visível na progressiva inserção e clarificação orgânica dos museus; na maior dotação de recursos humanos e financeiros; no progresso na informatização do inventário; e no reforço da ação educativa. Alguns dados muito recentes, levantados pelo Observatório das Atividades Culturais (que serão publicados no início do próximo ano) evidenciam fatores de melhoria dos museus no período de 2000 a 2003.

Em terceiro lugar, salientamos o papel da Rede Portuguesa de Museus como instrumento de coesão entre os museus de Portugal, contribuindo para a criação de um espírito de corpo e de um ambiente de cooperação que procura integrar todo tipo de museu, não apenas os mais frágeis, mas também os de maior reconhecimento e visibilidade.¹

Não podemos também deixar de constatar que, na estrutura de relações estabelecida até o momento

¹ Cf. a este propósito Augusto Santos Silva, *As Redes Culturais...*

no interior da Rede Portuguesa de Museus, o aspecto mais frágil tem sido a fraca expressividade do estabelecimento de relações entre os próprios museus que a integram. A ausência de interação e da promoção de experiências conjuntas desenvolvidas em espírito de parceria e de colaboração é, sem sombra de dúvida, uma das etapas a cumprir.

Da parte da Estrutura de Projeto o trabalho desenvolvido até agora com esse objetivo inclui a divulgação de boas práticas, contrariando a idéia de que cada museu trabalha individualmente, tanto por meio dos instrumentos formais já referidos, o boletim, o *site*, e os encontros anuais dos museus da RPM, como pela presença no terreno das visitas a museus, da divulgação das experiências levadas a cabo em museus vizinhos ou da mesma área disciplinar, da mediação e das diligências para colocar em contato diferentes museus. Sendo a RPM alimentada da relação entre os museus que a compõem e enriquecida pela diversidade das relações entre os mesmos, é da potencialização desses atributos que dependerá uma saudável evolução da rede.

De igual modo, temos incentivado e apoiado iniciativas dos museus da RPM, de trabalho em rede, tais como sucedeu com os museus da RPM da cidade do Porto, mediante uma ação conjunta de divulgação no 18 de Maio deste ano e da tentativa de preparação de projeto educativo conjunto, a decorrer. Outro exemplo foi o das casas-museu da RPM, que tiveram a iniciativa de constituição de um grupo de trabalho e de reflexão, que resultou, posteriormente, em encontro nacional de casas-museu. Nessa linha de trabalho, assume especial importância a iniciativa dos próprios museus e, da parte da RPM, a capacidade de resposta aos projetos que surjam.

Perspectivas

Passamos agora a apresentar as principais perspectivas de evolução e de consolidação da RPM. Tal como foi referido na comunicação do Dr. Manuel Bairrão Oleiro, a recente publicação da Lei Quadro dos Museus Portugueses constitui o fulcro da atual política museológica, com significativas repercussões na evolução da Rede Portuguesa de Museus.

O forte envolvimento que tivemos na preparação da projeto de lei, ao longo de 2003 e 2004, inseriu-se na atuação da RPM que sempre incorporou dois planos: o plano das concretizações e o plano da reflexão sobre os padrões de qualidade para os museus na senda da preparação de medidas estruturantes para o setor. A preparação da lei constituiu também uma etapa natural na evolução da RPM no espírito de construção progressiva, numa primeira fase baseada na experiência e numa segunda fase de criação de instrumentos seguros e perenes de mudança.

Com a publicação dessa Lei, que perspectivas e novas responsabilidades se abrem à RPM?

Desde logo, salientamos como crucial a própria institucionalização da Rede Portuguesa de Museus, com a correspondente criação do sistema de credenciação de museus. Tal aspecto traz conseqüências; em primeiro lugar, na evolução do atual sistema de adesão à RPM para o novo sistema de credenciamento. A Lei Quadro dos Museus Portugueses preconiza que os museus atualmente pertencentes à RPM terão um prazo de dois anos para se adaptarem à nova realidade, período que deve ser criteriosamente acompanhado por esta Estrutura de Projeto.

Em segundo lugar, a criação do sistema de credenciamento implica a preparação, difusão e aplicação de instrumentos legislativos e reguladores da lei, que permitam abrir candidaturas para integração de novos museus na RPM.

O novo enquadramento legal direciona, assim, a atividade da Estrutura de Projeto, a curto prazo, para a conclusão da concepção das propostas de um conjunto de diplomas de regulamentação da Lei Quadro e para a preparação das condições que permitam o início da sua aplicação. Tratando-se de um período fortemente marcado pela regulamentação legislativa, não podem, contudo, ser esquecidas outras vertentes do trabalho que contribuam para o aprofundamento das potencialidades da RPM, designadamente nos domínios da descentralização e da transversalidade.

Com base nesses pressupostos, as perspectivas de atuação da Estrutura de Projeto Rede Portuguesa de Museus irão se centrar no aprofundamento dos três

eixos programáticos que a fundamentam – Informação, Formação e Qualificação –, a que se juntam dois novos eixos estruturadores – Credenciamento e Articulação e Cooperação. Este último eixo, a que atribuímos a maior importância, inscreve-se nas linhas da transversalidade e da articulação de recursos entre os museus da RPM. Tratando-se de uma área crucial de atuação, que poderá vir a desenvolver-se muito fortemente no futuro, em 2005, serão dados alguns passos iniciais para estimular formas concretas de articulação entre os museus que constituem a RPM.

Nesse sentido, e no âmbito do novo Programa de Apoio a Museus (eixo da Qualificação), é criada uma nova área de apoio a projetos em parceria entre museus da RPM nas áreas da investigação, das exposições, das edições e dos projetos educativos. Com esta nova linha de apoio, procura-se estimular os museus a promover projetos multidisciplinares, envolvendo diferentes ordens de recursos e destinados a abranger diversos públicos. Por outro lado, esse novo eixo da cooperação abre também portas, pela primeira vez, à cooperação com outros países, designadamente os de língua oficial portuguesa, em particular o Brasil.

Em médio prazo, a grande aposta de estruturação e descentralização da RPM passará pela criação de “núcleos de apoio a museus”, instalados em museus nacionais e em outros museus da RPM que se destaquem pela qualidade dos serviços prestados em determinadas áreas disciplinares ou temáticas. Esses núcleos terão por objetivo apoiar tecnicamente os museus da mesma área temática ou geográfica e

promover entre esses a cooperação e a articulação, designadamente a constituição de redes temáticas ou geográficas, contribuindo para o desenvolvimento e o dinamismo dos locais e das regiões onde serão instalados. A criação desses núcleos, que constituirão os futuros nós da malha da RPM, ficou consignada na Lei Quadro dos Museus Portugueses, cabendo-nos pugnar futuramente pelos meios e recursos para a sua instalação.

Finalmente, importa salientar que todo o trabalho desenvolvido em prol da melhoria de condições dos museus portugueses tem sempre como finalidade a melhoria da comunicação com os públicos e com as comunidades, a democratização da cultura e o desenvolvimento da sociedade, sendo este o propósito que, em última instância, desafia-nos.

O trabalho efetuado a partir de 2000 por esta Estrutura de Projeto desenvolveu-se numa união constante entre o plano dos quesitos, de onde emanam parâmetros e padrões de qualidade para os museus, e um segundo plano de ação, inerente a uma política de articulação e de apoio que contém os instrumentos necessários para atingir os padrões desejados.

Tendo presentes as características dos museus da RPM, espera-se que esses museus possam aprofundar e desenvolver sua atuação e sejam exemplos de boas práticas que se repercutam e ramifiquem nas restantes iniciativas de natureza museológica do país. Este projeto constitui uma etapa inicial de um longo caminho que, em conjunto, os museus portugueses e os organismos atuantes na área da Museologia terão de percorrer para melhor cuidar dos patrimônios à sua guarda e para melhor atuar socialmente.

Os Museus da América Latina

Georgina De Carli

Presidente do Instituto Latino-Americano de Museus

Agradeço ao Departamento de Museus do Iphan pelo gentil convite para participar como expositora no Fórum Nacional de Museus.

Estimados e estimadas colegas, pretendo aqui compartilhar com vocês algumas considerações sobre a situação dos museus na América Latina e os novos cenários que estão se abrindo na região, a partir da ótica do Instituto Latino-americano de Museus (Ilam).

O Ilam tem uma longa trajetória na região. Fundado em 1997, é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, sediada na Costa Rica, cuja missão é oferecer, através da pesquisa, comunicação e capacitação, um apoio concreto aos museus e parques da América Latina, permitindo que essas instituições sejam agentes de mudança e desenvolvimento das comunidades às quais atendem.

Na América Latina, o patrimônio cultural e natural é um contínuo inseparável, bem como o resultado de uma relação permanente e intensa entre os seres humanos e seu meio. A partir desta visão integradora, o Ilam estabelece uma classificação de instituições museológicas, no entendimento de que todas elas preservam, pesquisam e divulgam o patrimônio, têm as mesmas necessidades, enfrentam os mesmos problemas e precisam de soluções semelhantes.

Classificação das Instituições Museológicas

Patrimônio Cultural:

Museus de Arte

Museus de Antropologia

Museus de História

Museus de Ciência e Tecnologia
Monumentos e Sítios

Patrimônio Natural:

Museus de Ciências Naturais

Parques Nacionais (“museus verdes”)

Aquários, Zoológicos e Jds. Botânicos

Patrimônio Cultural-Natural:

Museus Generalizados

Museus - Comunidade

Sítios Arqueológicos ou Históricos

em parques ou reservas

Como todos sabemos, o patrimônio latino-americano, tanto o natural quanto o cultural, tangível e intangível, encontra-se hoje seriamente ameaçado. Os museus, portanto, devem levar sua prática para além da instituição, para o âmbito da proteção do patrimônio integral, e compartilhar com a comunidade a responsabilidade que lhes cabe na preservação do seu patrimônio.

As instituições museológicas latino-americanas não podem nem devem se alhear desse processo. O papel que devem desempenhar nesses momentos é crucial, qual seja o de concentrar-se em reunir, valorizar e dar à sua comunidade acesso à memória cultural e aos recursos patrimoniais, próprios dela mesma, e tornar partícipe deste conhecimento a comunidade nacional e internacional, fomentando assim a compreensão e o respeito à diversidade cultural.¹

1 Ilam: Instituto Latino-americano de Museus – Justificação. No site do Instituto: www.ilam.org.

Por isso no Ilam buscamos diversas formas e caminhos tais que nos permitam ser coadjuvantes nesse processo, tendo como eixos fundamentais de nossas ações:

- possibilitar para a comunidade museológica latino-americana a “visibilidade” de seus museus e parques, bem como a “vinculação” de seus profissionais; e
- favorecer o desenvolvimento das instituições museológicas através da capacitação de seu pessoal e da assessoria museológica.

Essas ações estão regidas por uma concepção museológica embasada na realidade da América Latina.

Algumas estatísticas

Nas últimas décadas, a quantidade de instituições museológicas vem crescendo como uma necessidade de preservar o meio ambiente e o patrimônio cultural. Nas décadas de 1980 e 1990, houve um crescimento no setor de mais de 200%, como se pode observar no gráfico 1.

Desde 1997, o Ilam vem fazendo sondagens nos diversos países com o propósito de conhecer a quantidade e variedade de instituições museológicas existentes na região; portanto, foram consultadas várias fontes institucionais e privadas, e conseguiu-se conformar o primeiro (e único até o momento) Diretório Latino-americano de Museus e Parques, composto por 20 países (de língua espanhola e portuguesa), que se encontra em formato eletrônico no site do Ilam: www.ilam.org.

Segundo as estatísticas de 2004 do Instituto, existem algo mais do que 6 mil instituições museológicas,

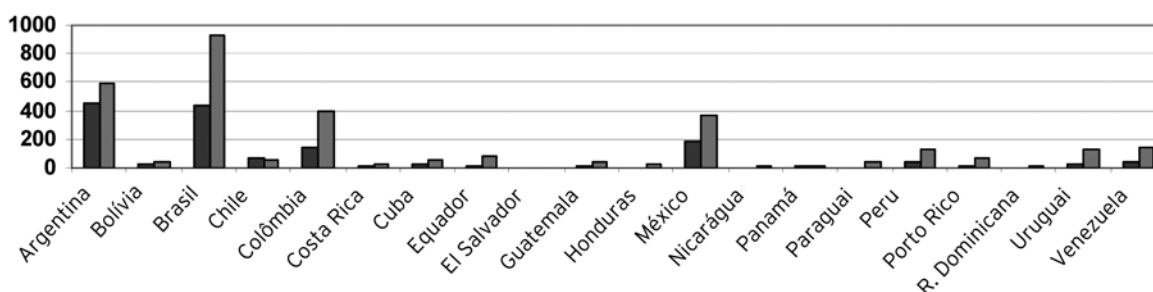
que preservam uma boa parte do patrimônio cultural e natural.

País	Museus e Parques
Argentina	1.005
Bolívia	81
Brasil	1.691
Chile	171
Colômbia	448
Costa Rica	104
Cuba	79
Equador	135
El Salvador	24
Guatemala	78
Honduras	64
México	992
Nicarágua	45
Panamá	47
Paraguai	89
Peru	223
Porto Rico	90
R. Dominicana	44
Uruguai	202
Venezuela	443
Total	6.057

Três situações que incidem negativamente

Na América Latina, existem três situações que se mantêm constantes, afetando diretamente a qualidade

Gráfico 1



Fonte: De la Torre e Monreal, *Museus: um Investimento para o Desenvolvimento*, ICOM, Paris, 1982
 ILAM, Diretório Eletrônico de Museus e Parques, Estatísticas 2001

das instituições museológicas e a possibilidade de um desenvolvimento e crescimento sustentado:

- a falta de pessoal especializado ou devidamente capacitado;
- a falta de divulgação e intercâmbio de experiência;
- a falta de políticas nacionais (ou institucionais) para a criação e sustentabilidade de museus.

Nos museus latino-americanos, a ausência de pessoal especializado, ou devidamente capacitado para a execução das funções museológicas (tanto na área técnica quanto na administrativa), faz com que as pessoas que trabalham em museus precisem assumir diversas tarefas e funções. A isso devemos acrescentar que esse trabalho não está devidamente reconhecido, e os salários são baixos em comparação com setores equivalentes. Apesar dessa situação, o nível de compromisso institucional do pessoal dos museus é em geral muito alto. Em muitos casos, surpreendem suas iniciativa, criatividade e inventiva para tirar o proveito máximo dos escassos recursos disponíveis.

Tal situação fica agravada devido à falta de comunicação e intercâmbio de experiências. As instituições museológicas latino-americanas são uma unidade na diversidade; porém, apesar de enfrentar os mesmos problemas, nossos museus continuam atuando como ilhas, e tanto suas propostas de desenvolvimento de recursos quanto as produções teórico-metodológicas dos nossos museólogos na maioria dos casos não são compartilhadas. Essa falta de comunicação provoca a criação de esforços paralelos e a reinvenção de fórmulas já experimentadas, o que impede que seu intercâmbio encurte distâncias e favoreça um desenvolvimento sólido de instituições com metas em comum.

Se a criação de museus na América Latina não ajuda necessariamente a prever mecanismos para uma sustentabilidade futura, certamente também não é exercida a responsabilidade de fechar definitivamente um museu quando ele não consegue desenvolver eficientemente seu trabalho. Nenhuma instância governamental, organização ou empresa está disposta a fechar um museu; não é “politicamente correto”

fazer isso já que o dano causado à imagem institucional ou pessoal é muito elevado. Conseqüentemente, quando não se lhes permite definir até se transformarem em verdadeiros museus fantasmas, suas portas são fechadas temporariamente com um aviso enigmático dizendo que eles estão “em processo de reestruturação” ou “reforma”.

Os mais afetados pela prática irresponsável de abertura sem contar com as condições necessárias para sua sobrevivência são sem dúvida os museus pequenos e médios, criados a partir da demanda de um setor da comunidade ou de um grupo de vizinhos, para preservar um imóvel histórico ou com a finalidade de acolher uma determinada coleção. Uma vez passada a inauguração, as fotos e os brindes, o entusiasmo inicial dura pouco quando se começa a enfrentar a realidade cotidiana.

Esses museus, de feitiços tradicionais, tendo às vezes somente uma pessoa encarregada, sobrevivem adormecidos no seio de suas comunidades, acolhendo uma atabalhoada coleção de objetos históricos e naturais, exibidos sem contextos – alheios totalmente à diversidade e dinâmica do patrimônio cultural e natural que os rodeia.

Ainda que se trate de uma situação extrema, não deixa de ser bastante freqüente. Dentre os museus que puderam contar com um sério respaldo institucional para sua criação, abertura e sustentabilidade, na maioria das vezes esta sustentabilidade se limita ao pagamento de uma quantidade mínima de pessoal (nunca suficiente), gastos fixos e manutenção da infra-estrutura e das áreas verdes. O restante, que não é nada mais nada menos que os recursos necessários para desenvolver o seu trabalho de maneira eficiente, raramente basta ou sequer é levado em conta.

Na América Latina, então, quem se incumbe da sustentabilidade dos museus?

Uma característica notável deste continente é a disparidade entre os recursos disponíveis (que os museus recebem) e os que seriam necessários para manter o setor em padrões de qualidade de categoria internacional.

Dentre as 6 mil instituições em pauta, mais de 80% são museus medianos e pequenos, que não

contam com as condições e recursos necessários para realizar eficientemente seu trabalho. E não acreditamos que essa situação vá se modificar. Portanto, o museu gerar parte da sua sustentabilidade, hoje em dia, não é apenas uma necessidade mas também uma demanda por parte das instituições das quais eles dependem e, assim, das comunidades a que eles atendem.

Os novos cenários

Diante da realidade disposta pelas três situações anteriormente descritas, devemos nos perguntar se o museu na América Latina pode executar suas funções museológicas com eficiência e atender às demandas atuais do público e da comunidade.

Considero não ser possível a ocorrência de mudanças radicais a médio prazo, sendo portanto imprescindível buscar caminhos alternativos, e para tanto os museus devem estar informados e precisam saber o que se passa ao seu redor, para que possam aproveitar tais situações.

A existência de novos cenários na região está mudando a forma tradicional de gestão dos museus, abrindo, por sua vez, novas possibilidades e criando novas necessidades. Nós, os museus, devemos fazer uso inteligente desses novos cenários, mantendo-nos atualizados e ficando alertas para as mudanças que produzem em nível regional, nacional e local, dentre as quais podemos citar:

Contração do Estado e redução do orçamento para a Cultura:

Os museus latino-americanos são instituições de instâncias governamentais, em sua maioria, o que os torna particularmente sensíveis aos vaivéns das políticas socioeconômicas e culturais dos Estados, enfrentando situações difíceis devido a fatores estruturais vinculados às reformas políticas e econômicas empreendidas pelos países da região desde a década de 1980.

Em primeiro lugar, a busca do equilíbrio fiscal se plasmou através da redução orçamentária em todas as áreas, onde um dos setores mais afetados pelo ajuste fiscal foi o cultural. Os severos cortes efetuados no

orçamento de áreas consideradas não essenciais (museus, sítios históricos etc.) forçaram as instituições a buscar formas alternativas de financiamento. Apesar de isso ser uma séria “ameaça”, passou a ser também uma “oportunidade” enquanto permitia uma abertura administrativa para a gestão. Uma série de tendências paralelas se observou nos museus latino-americanos como resposta a essa situação.

Em alguns casos, museus estatais distintos se fundiram numa só entidade. Noutros, o crescimento de museus de caráter misto (respaldados tanto por capitais privados quanto pelo Estado) e privados. Estes soem ser de dois tipos: os museus formados por colecionadores privados e os museus empresariais (das mais variadas qualidades, do ponto de vista museológico), tendo estes passado por um crescimento muito importante nos últimos anos.

Outra tendência que se observa é a incursão dos museus na área comercial, através da venda de produtos e serviços. Quando se reduziram os orçamentos estatais, alguns países adotaram legislações que deixam os museus estatais (e aqueles circunscritos a governos locais) gerarem recursos próprios por meio de mecanismos comerciais e também outorgam às empresas benefícios fiscais para que elas doem para os museus, ou os apoiem, permitindo a criação de Associações de Amigos para respaldar a captação de recursos e facilitar a administração. E esta última característica tem gerado o surgimento de instituições de caráter misto (instituições públicas + instituições de caráter privado), abrindo-se assim uma grande possibilidade para a gestão autônoma.

Descentralização do Estado e fortalecimento de governos locais:

Passados os desafios orçamentários, o segundo grande tema dentro da reforma estrutural é o da descentralização. Depois de décadas, séculos de atividade centrada na capital nacional ou, no caso dos países maiores, em alguma capital regional, não se consegue a descentralização da noite para o dia. Muitos esforços estão sendo feitos nesse sentido, mas os avanços têm sido muito lentos e desiguais, salvo algumas exceções.

Os governos locais estão assumindo maior importância no âmbito dos museus. Os conceitos culturais, por exemplo, já não dependem do governo central mas sim das prefeituras. Essa tendência se manifesta até nos países menores; em muitos casos, os museus têm cobrado uma importância política maior para suas localidades a partir da reafirmação das identidades particulares.

As conseqüências são muito importantes para o desenvolvimento de um apoio sustentado e permanente às instituições patrimoniais por parte dos governos locais. Em quase todos os nossos países, o processo vem prosseguindo, com maior ou menor êxito. Um exemplo bastante bem-sucedido pode-se apreciar no México mediante a política de descentralização do Instituto Nacional de Antropologia e História (Inah) e museus comunitários, museus regionais e sítios arqueológicos sob seu encargo.

Mas não é em todos os países que os governos locais contam com políticas culturais claras para definir a inserção dos museus. Apesar disso, é sua responsabilidade estar a par da situação e conhecer os instrumentos legais, para poder realizar um *lobby* eficiente que possibilite reconhecimento e apoio oficial ao museu, ou pelo menos uma “pressão” para se conseguir o orçamento necessário.

Integração do aspecto cultural e ambiental em projetos de desenvolvimento:

Outro cenário importante se relaciona principalmente com a demanda, por parte dos organismos de financiamento, para integrar o aspecto cultural/ambiental em projetos de desenvolvimento local. Uma conseqüência disso é que várias instituições patrimoniais (entre as quais os museus) têm sido convidadas a participar ou integrar projetos de desenvolvimento. Tal integração também abriu a possibilidade de que as próprias instituições apresentem projetos para organismos internacionais, demarcando essas

propostas como parte do desenvolvimento comunitário e regional.

Muitos desses projetos visam implementar ações de turismo cultural e ambiental. Os esforços feitos nesse sentido conseguiram que as instituições patrimoniais envolvessem a comunidade em atividades conjuntas, abrindo por sua vez novas possibilidades e oportunidades para ambos.

A demanda do turismo cultural e ambiental

A demanda do turismo internacional e nacional permite que o museu se converta numa “porta de entrada” para a diversidade natural e cultural do território que compreende, ampliando e diversificando sua oferta para além das paredes do museu – e isso é justamente o que o turista visitante exige.

Os turistas se dirigem preferencialmente a museus representativos da história, da cultura e das tradições do país anfitrião no afã de conhecer aquilo que lhes pareça ser as maiores novidades ou os elementos mais particulares, que é o caso das instituições de caráter regional ou local, onde é mais direta a relação com as comunidades.²

Um dos principais problemas do turismo cultural é a falta de inventários dos recursos patrimoniais e/ou de produtos culturais; e na sua eventual existência, são escassas a promoção e a comercialização.

O museu regional/local se encontra atualmente em situação de privilégio, no que tange a possibilidade de criar produtos culturais, respondendo assim à demanda do turismo cultural e ambiental. De fato, a maior parte dos projetos bem-sucedidos provém da oferta ao setor turístico. Neles, evidenciam-se claramente os benefícios de uma aliança entre o museu e sua comunidade.

A oferta de serviços e produtos culturais, resultado dessa aliança, produz no turista um impacto

2 Em: “Proposta do Icom para uma Carta de Princípios sobre Museus e Turismo Cultural”. Essa proposta foi elaborada pelos participantes na oficina “Museus, Patrimônio e Turismo Cultural” organizada pelo Icom, com a colaboração dos comitês nacionais peruano e boliviano, em Trujillo (Peru) e La Paz (Bolívia), de 21 a 27 de maio de 2000.

maior e uma vivência de experiências significativas, possibilitando-lhe também a compreensão da comunidade visitada e dos recursos patrimoniais que ela preserva, fomentando assim o respeito pela diversidade cultural.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

Desde o ano de 1995, tem sido feito um esforço para motivar a incorporação de museus na internet e ensinar aos profissionais os possíveis benefícios desse poderoso mas caótico mecanismo de informação. Ainda hoje os museus latino-americanos continuam ignorando ou permanecem confusos quanto a possibilidades e problemáticas que aí se oferecem.

Quase dez anos depois, a “Web museologia”³ continua sendo uma incipiente metodologia de trabalho. Mas, sem sombra de dúvidas, as TIC estão afetando consideravelmente a forma de trabalho “isolada” dos museus ao propiciarem as ferramentas básicas para obtenção e intercâmbio de informação na internet.

As instituições patrimoniais (e seus profissionais) apresentam uma participação desigual conforme os países, refletindo-se claramente na sua capacidade tecnológica de propiciar informação digital dos recursos que preservam e da capacidade de comunicação dos profissionais através da internet. Dentro dos países existe uma grande diferença entre a informação proveniente da capital ou de cidades do interior.

Os museus geralmente têm acesso limitado à internet. Apesar de ter aumentado enormemente nos últimos anos, esse acesso se limita principalmente ao uso do correio eletrônico e à divulgação de suas atividades. Em termos gerais, podemos dizer que é pouco freqüente o uso “institucional” da comunicação eletrônica.

No quadro a seguir, podemos observar claramente a situação atual das instituições museológicas

da América Latina com relação ao uso institucional que fazem da internet. A totalidade dos *links* feitos com páginas contendo informações sobre museus por terceiros (ou seja, não pelo próprio museu) é de 40%. Os *sites* criados e manejados por museus na internet contam 5%.

País	Museus e Parques	Links	Sites
Argentina	1,005	495	34
Bolívia	81	24	2
Brasil	1,691	342	87
Chile	171	116	25
Colômbia	448	112	23
Costa Rica	104	69	9
Cuba	79	11	1
Equador	135	47	6
El Salvador	24	7	2
Guatemala	78	35	2
Honduras	64	20	2
México	992	669	56
Nicarágua	45	27	-
Panamá	49	24	2
Paraguai	89	7	1
Peru	223	102	11
Porto Rico	90	29	3
R. Dominicana	44	11	6
Uruguai	202	48	4
Venezuela	443	269	24
Total	6.057	2.464	300

Fonte: Ilam – Estatísticas 2004.

Na América Latina, vem-se fazendo um esforço para reunir e apresentar informação sobre as instituições

3 Os “Web museológicos” apresentam, por sua vez, diversos desenhos, graus de complexidade e aprofundamento da informação. Piacente, em 1996, como parte da sua dissertação de mestrado, introduz a seguinte caracterização dos museus virtuais: folhetos virtuais, museus no mundo virtual e os museus verdadeiramente interativos que guardam alguma relação com o museu físico mas que também incorporam elementos novos possíveis somente no âmbito digital e atividades interativas com o público. Maria Piacente, 1996, Surfs Up: Museums and the World Wide Web, Trabalho de pesquisa de mestrado, Programa de Estudos Museológicos da Universidade de Toronto, apresentado em: Theater (1998).

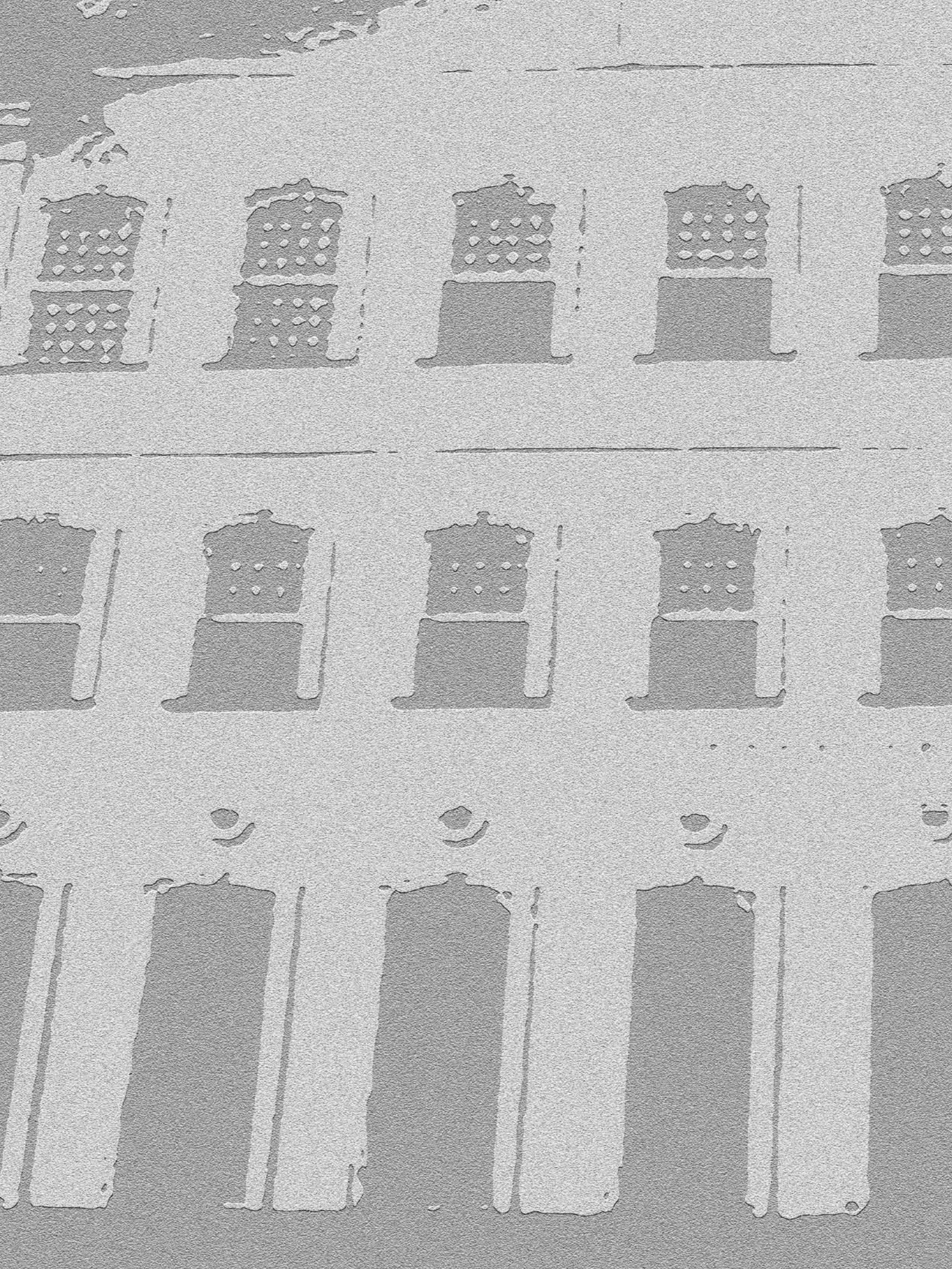
museológicas. A criação de redes em nível nacional tornou-se fundamental como eficiente estratégia de trabalho com os museus e entre eles. Logo de início, a necessidade imprescindível é o acesso de todos os museus às tecnologias de informação e comunicação, e muito especialmente a capacitação sobre seu uso e potencialidades.

Para um museu e seu pessoal, é imprescindível lançar mão das possibilidades oferecidas pelas TIC, não apenas para utilizá-las como ferramentas novas e poderosas que tornam nosso trabalho cotidiano mais eficiente como também sob a forma de um apoio ao nosso crescimento profissional e institucional.

A título de reflexão sobre este Fórum

Não é por acaso que neste Fórum Nacional de Museus se discutem as situações que colocamos e se procurem respostas para elas. Sem dúvida, na busca por essas respostas também se devem levar em conta os “novos cenários” e as oportunidades que há no Brasil e na região. Sobretudo, é necessária uma atitude aberta e crítica, conforme as demandas atuais que seus museus devem atender.

Encontrar as respostas certas e levá-las à prática vai ser, sem dúvida, um caminho longo e árduo, mas, diferente de muitos países da região, considero que o Brasil está percorrendo o caminho correto.



**Programa
Minicursos
Resultado dos GTs
1º Enemu
Moções e recomendações
Relatório dos observadores
Lista dos participantes**



1



2



3



4



5

1. Ministro Gilberto Gil recebe a Ordem do Mérito Museológico da presidente do Cofem, Sr.ª.Telma Lasmar.
- 2 e 5. Estudantes de Museologia no IºEnemu
3. Mesa de abertura do Enemu.
4. Ministro Gilberto Gil com os estudantes do curso de museologia.

Programa

Fórum Nacional de Museus (FNM)

Fórum bienal, de abrangência nacional, com o objetivo de refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus e o Sistema Brasileiro de Museus.

Resultados esperados

Avaliação de ações já realizadas e indicação de diretrizes museológicas para os próximos dois anos. Estímulo para a implantação de redes e sistemas de museus locais, regionais ou temáticos.

Realização

Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan.

Apoio

Cofem, UFBA, ABM, UniRio e Icom-BR, Telos, Programa Monumenta, Associação de Amigos do Museu Histórico Nacional.

Parcerias

Caixa Econômica Federal, BNDES, Petrobras, Governo do Estado da Bahia e Prefeitura Municipal de Salvador.

Local

Centro de Convenções da Bahia, 4º piso:
Av. Simon Bolívar, s/nº Praia da Armação – Salvador/ BA.

Período

13 a 17 de dezembro de 2004.

Público-alvo

Secretários estaduais e municipais de Cultura, agentes culturais, profissionais de museus, museólogos, historiadores, antropólogos, artistas, arqueólogos, sociólogos, educadores, estudantes e interessados no tema.

Grupos de Trabalho (GTs)

I - Museus de Arte

Coordenação: Analdo Baraçal (RJ), Heitor Reis (BA) e Denise Grinspum (SP).

II - Museus de História

Coordenação: Francisco Régis Lopes Ramos (CE), Mônica da Costa (RJ) e Ruth Beatriz Caldeira (RJ).

III - Museus Militares

Coordenação: Edina Laura Nogueira da Gama (RJ) e Nóris Mara Pacheco M. Leal (RS).

IV - Museus Universitários e de Ciências

Coordenação: Maria das Graças Ribeiro (MG) e Lúcia Hussak Van Velthem (PA).

V - Museus Etnográficos e Arqueológicos

Coordenação: Maria Angela dos Santos Mascelani (RJ) e Raul Lodi (RJ).

VI - Museus Comunitários e Ecomuseus

Coordenação: Patrícia Maria Berg Trindade de Oliveira (RS) e Maria Célia Teixeira Moura Santos (BA).

VII - Museus da Imagem e do Som e de Novas Tecnologias

Coordenação: Immaculada Lopez (SP) e Carlos Magalhães (SP).

Minicursos

I - Projeto museológico (Rose Moreira Miranda e Mário Chagas).

II - Comunicação e educação em museus (Denise Studart e Luciana Sepúlveda).

III - Documentação museográfica (Rosana Nascimento e Judite Primo).

IV - Conservação: relação entre acervos e espaços edificados (Ivan Coelho Sá e Claudia Storino).

V - Acervos arqueológicos (Cristina Bruno).

VI - Pesquisa em museus (Cícero A. F. de Almeida).

1º Encontro Nacional de Estudantes de Museologia (Enemu)

PROGRAMAÇÃO

13/12 – Segunda-feira

17h-19h30

Sessão de Abertura – Salão Nobre da Reitoria da UFBA

Painel

Os rumos da Política Nacional de Museus

José do Nascimento Júnior (Brasil)

A contemporaneidade da Política Nacional de Museus: um olhar de além-mar

Mário Moutinho (Portugal)

19h30

Coquetel

14/12 – Terça-feira

9h

Credenciamento – Centro de Convenções da Bahia – Hall G - 4º Piso

10h-12h

Minicursos

12h

Intervalo

14h-14h30

Os objetivos dos grupos de trabalho e o Sistema Brasileiro de Museus
Reunião preparatória para as atividades dos GTs

14h30-17h

Reunião dos GTs
1º Enemu

17h30-19h

Palestra I - Política Portuguesa de Museus
Manoel Bairrão Oleiro – diretor do Instituto Português de Museus

19h30

Solenidade de entrega da ordem do Mérito Museológico do Conselho Federal de Museologia

15/12 – Quarta-feira**9h30-12h**

Minicursos

12h

Intervalo

14h-17h

Reunião dos GTs
1º Enemu

17h30-19h

Palestra II – A Rede Portuguesa de Museus
Clara Camacho – coordenadora da Rede Portuguesa de Museus

16/12 – Quinta-feira**9h30-12h**

Minicursos

12h-14h

Intervalo

14h-17h

Reunião dos GTs
1º Enemu

17h30-19h

Palestra III – Os museus da América Latina
Georgina De Carli – presidenta do Instituto Latino-americano de Museus

17/12 – Sexta -feira

9h-12h

Sessão plenária

Apresentação dos resultados dos GTs e do 1º Enemu

12h-14h

Intervalo

14h-17h

Sessão plenária

Discussão e sistematização das diretrizes do Sistema Brasileiro de Museus

17h-19h

Solenidade de encerramento

21h

Confraternização

Minicursos

A idéia de incluir minicursos na estrutura do I Fórum Nacional de Museus levou em consideração uma antiga demanda por parte da comunidade museológica no país, especialmente no contexto de enorme carência referente aos cursos de formação, seja em nível de graduação ou mesmo especialização. A idéia foi proporcionar aos participantes a oportunidade de escolha entre seis temas distintos, de acordo com o interesse e a atuação profissional, oferecidos em horário compatível com as demais atividades do fórum. Para ministrá-los foram convidados especialistas que atuam em museus e/ou instituições de ensino ligadas à Museologia. Ao todo, foram registradas 321 inscrições nos minicursos. As avaliações por parte tanto dos pareceristas convidados quanto dos próprios participantes foi extremamente positiva, apontando o modelo como bem-sucedido, devendo, por esta razão, estar também presente na estrutura do II Fórum Nacional de Museus.

1 - Minicurso Projeto Museológico

Ministrantes: Rose Moreira Miranda e Mário de Souza Chagas

O Minicurso de Projeto Museológico estava voltado para fornecer orientações gerais sobre a elaboração e implantação do Plano Museológico, peça fundamental para a gestão de um museu. Além de abordar inicialmente os conceitos de museu e de Museologia, e o próprio conceito de Plano Museológico, o minicurso ressaltou sua metodologia e suas fases fundamentais, que incluem a identificação da missão institucional, das finalidades, dos valores, das metas, das funções, do público potencial e dos parceiros institucionais, entre outros. Foi ressaltada a importância da utilização de instrumentos permanentes de avaliação e o diálogo entre o Plano Museológico e a Política Nacional de Museus. Foram tratados ainda os modelos de documentos reguladores, tais como ata de fundação, decreto de criação, estatuto, regimento interno, além dos códigos de ética do Conselho Federal de Museologia e do Conselho Internacional de Museus.

2 - Minicurso Comunicação e Educação em Museus

Ministrantes: Denise Studart e Luciana Sepúlveda

A partir da constatação de que o museu é considerado um espaço de educação não formal, pois promove situações de construção de conhecimento, de adesão a valores, de reflexão e interação social, o Minicurso foi estruturado a partir de temas tais como a natureza da dimensão educativa do museu, sua aproximação com a educação escolar, as ações educativas organizadas em diversos museus, os problemas recorrentes etc. Também foram discutidas as referências teóricas e as experiências atuais no campo da ação cultural e educativa nos museus. Além desses temas, o minicurso salientou a importância da formulação de diagnósticos do potencial pedagógico de um museu, a concepção, e avaliação de programas educativos.

3 - Minicurso Documentação Museográfica

Ministrantes: Rosana Nascimento e Judite Primo

A estrutura do minicurso foi planejada visando oferecer um panorama da questão da documentação em museus, abordando conceitos gerais, documentação para implantação de museus (decreto de criação, regimento interno e atas), documentação de aquisição de acervo permanente (compra, doação, legado, permuta, coleta), documentação de aquisição temporária (empréstimo e depósito), procedimentos e instrumentos (sistema de numeração, marcação, inventário, ficha de identificação, ficha de localização com planta baixa), elaboração de diagnóstico, documentação legal etc. Foram também abordados e apresentados modelos de documentação básica para museus, como decreto e ata de criação de museus, Regimento Interno, Inventário, Fichas de Identificação e de localização, entre outros.

4 - Minicurso Conservação: relação entre acervos e espaços edificados

Ministrantes: Ivan Coelho Sá e Claudia Storino

O tema foi abordado destacando-se as seguintes partes: conservação de acervos (com destaque para materiais, tipologias, formas de armazenamento, manuseio, embalagem e transporte e os acervos em exposição), além das questões diretamente ligadas às causas da degradação, às normas técnicas e processos de conservação e às ações de conservação preventiva e rotinas de inspeção. Em relação à conservação arquitetônica, foi tratado o conceito de entorno, além das partes do edifício, seus materiais, as principais causas de degradação, normas técnicas e atividades de prevenção em arquitetura.

5 - Minicurso Acervos Arqueológicos: princípios e problemas museológicos

Ministrante: Maria Cristina Oliveira Bruno

Este Minicurso abordou as reciprocidades entre Museologia e Arqueologia, a partir de um olhar orientado para o tratamento da herança patrimonial delineada pelos vestígios arqueológicos, com ênfase para a problematização das questões brasileiras nesse contexto. O tema foi enunciado com o desvelamento da historicidade da musealização da Arqueologia, destacando a importância das expedições, das pesquisas realizadas em todos os continentes, da constituição dos museus científicos e especializados e do surgimento de novos modelos museológicos que entrelaçam os bens arqueológicos com outras referências patrimoniais. Da mesma forma, foram tratadas as particularidades do desenvolvimento científico em Arqueologia brasileira e a constituição de instituições museais.

6 - Minicurso Pesquisa em Museus

Ministrante: Cícero Antônio F. de Almeida

O Minicurso “Pesquisa em Museus” teve como enfoque central o exame do “lugar” da pesquisa nos museus, ao lado de suas outras funções básicas, como comunicação e a preservação. Foi ressaltado que os museus desempenharam em sua origem papéis ligados diretamente ao ensino e à pesquisa. Também foram tratadas as várias modalidades contemporâneas de pesquisa desenvolvidas em museus, estruturas e metodologias de pesquisa, funções e finalidades dos museus e o campo teórico da museologia contemporânea.

Resultado dos Grupos de Trabalho

Museus de arte

Coordenação:

Anaildo Baraçal – museólogo e professor da UniRio (RJ)

Heitor Reis – diretor do Museu de Arte Moderna da Bahia (BA)

Denise Grinspum – diretora do Museu Lasar Segall (SP)

Aspectos gerais

- Definição de quadros mínimos de pessoal das áreas técnicas e de apoio para as instituições museológicas.
- Levantamento de inventários e tombamento.
- Informatização de acervos inventariados.
- Continuidade de editais para a área de museus, ampliando os eixos para atender a diferentes demandas.
- Criação e fortalecimento de centros de cooperação técnica regional para conservação, restauração, documentação, investigação, comunicação e ações sociais em arte.
- Guias técnicos e cursos de capacitação profissional.
- Cadastramento de profissionais e empresas da área museológica.
- Publicações – conselho editorial para criação de boletins.
- Residências para capacitação profissional em regime de intercâmbio.

Preservação / Conservação preventiva

- Procedimentos normativos supervisionados por técnicos especializados nos acervos.
- Unidades (minilaboratórios) mínimas para higienização e conservação de acervos nas instituições.
- Segurança contra roubo, incêndio, inundações e goteiras.
- Planos especiais de seguros coletivos para acervos, com revisão do IRB.
- Manutenção de instalação predial.
- Reservas técnicas.
- Climatização de espaço expositivo.
- Consultorias técnicas.

Restauração

- Criação de núcleos regionais ou estabelecimento de parcerias com instituições especializadas para diagnósticos, consultoria técnica e prestação de serviços técnicos de restauro.
- Capacitação continuada do pessoal do quadro de restauradores.

Investigação / Documentação

- Estruturação de bancos de dados.
- Sistemas informatizados.
- Vocabulário controlado.
- Documentação visual.
- Compartilhamento de redes temáticas.
- Acondicionamento, guarda e manuseio de documentação textual e fotográfica.

Incentivo à pesquisa

- Acordos interministeriais para desenvolvimento de pesquisas.
- Perfil dos públicos de museus.

Acessibilidade à pesquisa

- Incentivo a extroversão de pesquisas.

Fontes bibliográficas

- Política editorial para disponibilizar informação sobre conteúdos museológicos.

Comunicação / Exposições

- Incentivo a recursos para elaboração de instrumentos de mediação.

Longa duração

- Incentivo a elaboração e atualização.

Temporárias

- Planos especiais de seguros garantidos pelo governo federal para mostras itinerantes de acervos brasileiros.
- Compartilhamento de programações plurianuais com vistas a itinerâncias.

Educação

- Incentivo à cooperação com Ministério de Educação, secretarias municipais e estaduais para o desenvolvimento de programas museu-escola, que visam à elaboração de materiais didáticos, áudio-guias, atendimento de estudantes e capacitação de professores para a preparação de visitas.
- Incentivo à criação de programas para públicos nãoescolares: idosos, famílias, portadores de necessidades especiais, grupos étnicos, entre outros.
- Estabelecimento de programas de educação para o corpo de funcionários.
- Contemplação de fomentos para área de educação e ação cultural em editais.

Ação cultural, seminários, oficinas e salões

- Apoio a ações pertinentes à natureza e especificidade dos museus de arte, enfatizando o estímulo a processos criativos.
- Democratização de processos seletivos para participação em mostras coletivas e individuais.

Portais, páginas web

- Equipar todos os museus com recursos de informática e comunicação em rede.

Função social

Acessibilidade física

- Assegurar a implantação de projetos para o acesso e uso a edificações museológicas de públicos com necessidades especiais.

Inclusão social

- Desenvolvimento de projetos e ações de natureza artística dirigidas a comunidades socialmente menos favorecidas.

Integração com a comunidade

- Promoção de programas com artistas, críticos, historiadores da arte.

Circulação de acervos

Recomendação

- Que a aplicação dos resultados dos grupos de trabalho seja acompanhada e avaliada pelos integrantes por meio de reuniões periódicas dos coordenadores com o Demu.

Moções

- Os participantes expressam a sua manifestação de apoio ao sistema nacional de museus, com a expectativa de efetivo desenvolvimento do setor e de sua contribuição para a sociedade, assim como a esperança do aprofundamento das práticas democráticas e mais amplas possíveis nos debates e tomadas de decisão.
- A compreensão do papel da ação museal como agente de contribuição para o desenvolvimento da sociedade por meio das experiências das duas memórias sociais depende da implementação de recursos, de diversas naturezas e fontes, para que, no âmbito do fórum, seja assegurado o maior volume de aportes.

Museus de história

Coordenação:

Francisco Regis Lopes Ramos – diretor do Museu do Ceará (CE)

Mônica da Costa – museóloga da 6ªSR/Iphan (RJ)

Ruth Beatriz Caldeira – coordenadora técnica do Museu Histórico Nacional (RJ)

Identificação geral do grupo – Quem somos

Trata-se, na maioria, de museus de pequeno e médio porte, sendo:

- 2 museus estaduais;
- 2 museus municipais;
- 4 sistemas estaduais de museus;
- 3 fundações;
- 1 diretoria de museus;
- 6 museus federais;
- 2 museus de incentivo privado.

Quem somos e o que temos na área da preservação?

Entendendo como ações de preservação todas as ações realizadas com relação à conservação preventiva e restauração, verificamos que quase todas as instituições presentes adotam procedimentos básicos, os necessários em qualquer instituição museológica.

Ações mais profundas com intervenção de laboratórios específicos em restauração foram identificadas nas seguintes instituições:

- Museu Histórico Nacional;
- Museu Casa de Rui Barbosa;
- Museu Histórico Abílio Barreto (Belo Horizonte);
- Museu ao Ar Livre de Orleans;
- Fundação Catarinense de Cultura;
- Diretoria de Museus/Ipac (Bahia);
- Arquivo do Estado de São Paulo;
- Pinacoteca do Estado de São Paulo (promove oficinas preventivas para capacitação na área da restauração, conservação, armazenamento e acondicionamento adequados);
- Museu Eugênio Teixeira Leal/Memorial do Banco Econômico (momentaneamente desativado).

Obs.: a Oficina de Restauração, Conservação de Bens Móveis da Fundação Cultural do Piauí/Museu do Piauí – Casa de Odilon Nunes, possui mão-de-obra treinada, sem local para trabalho.

Quem somos e o que temos na área da pesquisa?

Não identificamos uma política sistematizada e consistente de pesquisa nas instituições museológicas presentes. Apenas ações básicas de identificação de acervos estão presentes nas atividades diárias de todas as instituições. Foram identificadas ações sistemáticas e permanentes apenas na Fundação Casa de Rui Barbosa (RJ), no Memorial dos Emigrantes (SP), no Museu Histórico Abílio Barreto (BH) e no Museu Histórico Nacional (RJ) por meio do Centro de Referência Luso-brasileiro.

Quem somos e o que temos na área da comunicação?

O GT – Museus Históricos classificou como “comunicação” as ações voltadas para o público nas seguintes áreas:

- exposição;
- ações educativas;
- publicações;
- comunicação virtual.

Comunicação via exposição

De longa duração – a maioria das instituições presentes tem esse tipo de exposição. Obs: em alguns casos, essas exposições são uma “mostra” do acervo da instituição sem que tenha havido um projeto museológico/museográfico específico.

Temporárias – a maioria das instituições desenvolve esse tipo de exposição.

Itinerantes – nas seguintes instituições:

- Museu de Valores do Banco Central: 1;
- Museu Eugênio Teixeira Leal/Memorial do Banco Econômico: 1;
- Museu Histórico Nacional: 5;
- Museu Casa de Rui Barbosa: 1;
- Sistema Estadual de Museus de São Paulo: diversas unidades;
- Diretoria de Museus do Estado da Bahia.

Obs.: duas instituições, por questões legais, não podem disponibilizar seus acervos (Casa da Hera e Museu Eugênio Teixeira Leal).

Extra Muros – nas seguintes instituições:

- Museu Histórico Nacional;
- Museu Histórico Abílio Barreto.

Ações Educativas

Devido a carências de diversas naturezas, as ações são realizadas a partir do esforço pessoal de seus responsáveis, sendo que a maioria das instituições realiza trabalhos com agentes multiplicadores.

Publicações

A maioria possui uma publicação para divulgação institucional (fôlder) e registramos uma produção científico-acadêmica nos museus:

- Museu Casa de Rui Barbosa;
- Museu Histórico Nacional;
- Museu Histórico Abílio Barreto.

Comunicação virtual

Identificamos páginas na internet das seguintes instituições:

- Museu Casa de Rui Barbosa;
- Museu Histórico Nacional;
- Memorial Atílio Fontana;
- Museu de Valores do Banco Central;
- Secretaria de Cultura de São Paulo (alguns museus têm página própria);
- Museu Eugênio Teixeira Leal/Memorial do Banco Econômico;
- todos os Museus da Fundação Catarinense de Cultura;
- Museu ao Ar Livre de Orleans.

O que queremos?

- Estabelecimento imediato de plano de carreira e urgente realização de concurso público para profissionais de cultura de níveis médio e superior, no âmbito federal, recomendando que o mesmo ocorra nos governos estadual e municipal;
- compromisso efetivo do governo para aumentar a dotação orçamentária para os museus, com o objetivo de permitir a real execução dos planos e projetos propostos;
- estabelecimento de políticas de capacitação, qualificação e atualização permanente nas áreas de preservação, conservação, restauração, educação, comunicação e pesquisa;
- ampliação e manutenção das parcerias com as instituições governamentais de incentivo financeiro à cultura, entre outros BNDES, Caixa Econômica Federal e Petrobras, bem como facilitar o acesso a programas tais como Monumenta e afins;
- estabelecimento de uma rede de informação para facilitar a cooperação e o intercâmbio entre as unidades museológicas brasileiras;
- ampla divulgação nos diversos meios de comunicação para maior visibilidade aos museus brasileiros;
- política editorial para publicação de bibliografias especializadas;
- estabelecimento de normas técnicas que possibilitem um mínimo de uniformização entre as unidades componentes do sistema;

- estabelecimento de parcerias com instituições de ensino para formação de profissionais de nível médio que possam prestar auxílio nas diversas instituições/unidades museológicas;
- adaptação dos espaços, equipamentos e atendimentos adequados para inclusão de portadores de necessidades especiais;
- encaminhamento de proposta ao MEC de inclusão da disciplina Patrimônio Cultural, Natural e Imaterial no currículo dos cursos de Pedagogia e Magistério, visando à aplicação dos conhecimentos em disciplinas correlatas lecionadas no ensino fundamental, médio e superior.

Museus militares

Coordenação:

Edina Laura Nogueira da Gama – Capitã-de-Fragata e chefe do Departamento de Museus Navais (RJ)

Nóris Mara Pacheco Martins Leal – Tenente do Exército e historiadora especialista em museologia (RS)

Antes de apresentar os resultados do GT Museus Militares, gostaríamos de agradecer ao Ministério da Cultura, na pessoa do mais antigo presente, José do Nascimento Júnior, diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais, a oportunidade de nos fazermos ouvir. Pela primeira vez, as instituições culturais militares se viram juntas, discutindo suas carências, e tentando resolvê-las distante da premissa de apenas lamentar, buscando soluções para os problemas que afligem não apenas MB, EB, Aeronáutica, PM e outros segmentos de caráter cultural militar, diferenciadamente. Não estamos mais solitários em nossas angústias. Começamos a nos conhecer, a nos integrar e, num contexto maior, a fazer parte desse universo museal que, tão grande e criativo como o nosso país, hoje também quer reunir as soluções já pensadas em alguma esquina. Dessa forma, o GT levantou questões pertinentes ao Sistema Brasileiro de Museus (Decreto 5.264).

Preservação

Procurou-se estabelecer uma diretriz de caráter geral, qual seja, provimento de recursos humanos e materiais, capazes de atender às necessidades mais prementes à área de museus militares, na tentativa de:

- aumentar os recursos alocados para editais;
- recuperar bens imóveis que aloquem acervos museológicos militares;
- prover cursos de capacitação nas áreas de gestão museal, documentação, ação educativa e conservação;
- desenvolver projetos de climatização e segurança dos espaços museológicos militares;
- efetuar o levantamento dos acervos militares;
- criar uma nomenclatura/linguagem unificada e controlada dos acervos militares (tesauros militar);
- desenvolver um programa de informática para o gerenciamento das informações pertinentes aos acervos militares;
- modernizar os equipamentos dos museus militares.

Pesquisa

- Produzir livros-revistas catálogos sobre acervos militares;
- desenvolver pesquisas aprofundadas sobre os acervos militares e seus contextos.

Comunicação

- Desenvolver ações educativas;
- produzir um guia de museus militares;

- integrar equipes interdisciplinares no planejamento e montagem de exposições;
- desenvolver pesquisa de público;
- divulgar as instituições com acervos militares;
- organização do 1º Fórum de Museus Militares.

Museus universitários e de ciências

Coordenação:

Maria das Graças Ribeiro – presidente do Fórum Permanente de Museus Universitários e professora da UFMG (MG)

Lúcia Hussak Van Velthem – museóloga do Museu Goeldi (PA)

Como participante do Fórum Nacional de Museus realizado em Salvador (BA), de 13 a 17 de dezembro de 2004, promovido pelo Ministério da Cultura, por meio do Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan, o Grupo de Trabalho sobre museus universitários e de ciências constou de 40 integrantes, das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, representando os Estados do Amazonas, Pará, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Goiás, Distrito Federal, Santa Catarina, Paraná, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso.

Discutindo a Política Nacional de Museus, bem como o recém-criado Sistema Brasileiro de Museus, o grupo reconheceu o momento histórico vivido pelos museus e centros de ciência e cultura de nosso país como um tempo de abertura, de estímulo ao diálogo, ao planejamento de ações conjuntas e à implementação de propostas mais audaciosas e abrangentes, a curto, médio e longo prazos.

A necessidade de falar, de ser ouvido, de expor e de buscar soluções para os problemas que angustiavam todo o grupo foram manifestadas desde os primeiros contatos e nortearam, metodologicamente, a opção pela divisão de trabalho em subgrupos, o que facilitou o debate e a participação de todos.

Algumas reflexões

- O importante papel das universidades na geração e sistematização de conhecimento, na formação de recursos humanos; na inclusão e transformação social; no desenvolvimento científico e tecnológico e na disponibilização dos produtos e serviços gerados, a toda a sociedade.
- O papel dos museus universitários como mediadores entre a universidade e a sociedade, o seu caráter educativo (formal e informal), como geradores e difusores de conhecimento.
- Sobre a credibilidade dos museus universitários e de ciências na difusão do conhecimento científico e tecnológico.
- Alcance dos museus na democratização do conhecimento científico e tecnológico, em linguagem adequada para os seus diferentes públicos.
- Sobre as exposições permanentes e temporárias desses museus e sua interatividade com os diferentes públicos, de forma atraente e lúdica, permitindo apreender a riqueza do patrimônio científico.
- Papel dos museus universitários e de ciências na preservação da memória, pela valorização dos acervos como instrumentos para a pesquisa e a comunicação expositiva.
- Sobre a abrangência dos museus universitários e de ciências, ao englobarem diferentes áreas do conhecimento e abrigarem múltiplos processos de formação.
- Sobre a potencialidade desses museus de manterem um diálogo aberto com o público e estimulá-lo na busca de novos conhecimentos.

- Sobre as potencialidades desses museus na integração da comunidade, na inclusão socioeducacional e das pessoas com deficiências.
- Sobre o caráter interdisciplinar dos museus universitários e de ciências, em sua origem e função, bem como na integração pesquisa/ensino/extensão.
- Potencialidades dos museus como geradores de recursos para sua auto-sustentação.
- Sobre a capacidade dos museus universitários de ministrar disciplinas curriculares e extracurriculares, de graduação, pós-graduação e cursos de extensão.
- Sobre a natureza e importância das pesquisas desenvolvidas nos museus, bem como de seus projetos expográficos relacionados às práticas museológicas, à comunicação, à educação e ao estudo de público.

Alguns debates

- Necessidade de preservação do patrimônio (material e imaterial), em condições técnica e cientificamente adequadas.
- Qualidade das pesquisas desenvolvidas nos diferentes museus universitários e de ciências, bem como as formas de divulgação científicas adotadas.
- Importância da comunicação interna e externa desses museus, tipos de público e formas de atendimento e/ou interação com a comunidade.
- Função social dos museus na educação formal e informal, na popularização da ciência, na aproximação universidade/instituto de pesquisa/sociedade e sua contribuição para a formação da cidadania.

Alguns desafios

- Falta de uma política de museus nas universidades, nos centros tecnológicos e institutos de pesquisa.
- Baixa representatividade dos museus nas instâncias de decisão das universidades às quais estão vinculados.
- Fragilidade das relações entre museus e a administração da universidade ou da instituição onde o museu está inserido.
- Ausência de dotação orçamentária e escassez de recursos para a manutenção da estrutura física, do desenvolvimento da pesquisa e da ação educativa dos museus.
- Insuficiência do quadro de pessoal e deficiências em sua capacitação.
- Problemas disciplinares e administrativos por carência de pessoal: museólogo, bibliotecário, arquivista, conservador, técnicos de laboratório, educadores e pesquisadores.
- Falta de reconhecimento acadêmico das pesquisas realizadas nos museus universitários.
- Entraves de ordem jurídica e acadêmica, ausência de estatuto e regimento interno nos museus universitários.
- Falta de intercâmbio entre diferentes setores do próprio museu.
- Falta de projeto e de pessoal qualificado para comunicação com o público.
- Falta de espaços apropriados para a guarda das coleções e o seu acondicionamento.
- Falta de políticas para gerenciamento e conservação de coleções e acervos.
- Climatização inadequada nas reservas técnicas.
- Falta de espaços expositivos adequados, sob o ponto de vista da conservação.
- Falta de integração entre pesquisa, acervo, coleções e divulgação científica.
- Deficiências na articulação do museu com outras unidades acadêmicas, com graduação, pós-graduação, extensão e coordenações de pesquisa.

Algumas soluções

À universidade:

- incluir os museus no estatuto e regimento interno, garantindo sua representatividade nas diversas instâncias administrativas, ampliando sua autonomia político-administrativa;
- criar política específica para museus, centros de ciência e de memória, dotando-os de recursos humanos e materiais para garantir o efetivo cumprimento de sua missão;
- promover maior visibilidade dos museus, por meio da valorização da sua função social, relacionada a ensino, pesquisa e extensão universitária;
- promover o intercâmbios entre MEC, MinC, MS, MCT e Crub, visando reduzir esforços e otimizar as ações dos museus;
- incluir, nas instâncias de avaliação de produtividade acadêmica, as atividades desenvolvidas nos museus;
- criar política universitária de reconhecimento, valorização e preservação patrimonial;
- contribuir para a manutenção de políticas de formação continuada de profissionais de museus;
- reformular o quadro técnico de funcionários das universidades federais, de forma a atender às necessidades dos museus ou incorporando profissionais que já trabalham nesses espaços;
- valorizar os acervos museais, como instrumentos de pesquisa e educação patrimonial;
- registrar os acervos dos museus universitários como bens públicos, sob a sua guarda.

Ao museu:

- elaborar o organograma, mantendo-o atualizado e operante;
- criar um conselho científico interdisciplinar, com a participação das pró-reitorias acadêmicas e departamentos envolvidos em suas atividades e projetos;
- estabelecer redes locais, regionais, nacionais e internacionais entre museus e centros de ciências, como forma de manter o diálogo e a troca de experiências;
- implementar processos curatoriais participativos, tanto no âmbito do museu como de outras instituições congêneres;
- manter a avaliação interna e externa como política permanente;
- promover exposições temporárias e atividades de difusão científica, principalmente relacionadas à área de atuação do museu;
- promover práticas de inclusão social e outros processos de afirmação da cidadania;
- promover ações estratégicas que possibilitem o acesso físico, social, cognitivo a diferentes públicos;
- incentivar a participação do público universitário – professores, funcionários e estudantes – nas atividades do museu;
- buscar nos museus universitários articulação entre pesquisa e ensino, a partir de seu patrimônio museal;
- desenvolver sua interface com diferentes segmentos da sociedade, atuando como mediador entre a produção científica acadêmica e a sociedade;
- buscar convênios e parcerias visando ampliar seu orçamento e sua força de trabalho;
- ter sempre presente a função de entretenimento que o museu deve oferecer aos seus diferentes públicos;
- ampliar suas ações educativas e de comunicação voltadas para a preservação patrimonial;
- buscar parcerias com os espaços de mídia das universidades às quais se encontram inseridos;
- criar linhas editoriais nas editoras universitárias para publicação de catálogos de suas coleções e exposições;
- exercitar a interdisciplinaridade/multidisciplinaridade dentro e fora do museu.

Ficou claro, nos debates do GT sobre museus universitários e de ciências, o amadurecimento dos profissionais e a clareza sobre o que desejam e como alcançá-lo. Segundo suas próprias palavras, “temos acervo, público e projetos; falta-nos recursos para executá-los”.

Museus etnográficos e arqueológicos

Coordenação:

Maria Ângela dos Santos Mascelani – diretora do Museu Casa do Pontal (RJ)

Raul Lodi – antropólogo e museólogo do Centro Nacional de Cultura Popular (RJ)

Os museus etnográficos e arqueológicos assumem vocação histórica no tocante à memória, à preservação de testemunhos diversos de povos e culturas. É ainda de sua natureza ampla o trabalho de coleta, pesquisa, documentação e ações de socializar, comunicar e co-participar de projetos que atendem às questões do direito cultural, da alteridade, do direito a diferença, da auto-estima e da cidadania.

Pelas suas peculiaridades, esses museus são detentores de acervos que passam e tocam transversalmente nos demais formatos de museus: museus comunitários, ecomuseus, museus a céu aberto, e espaços que têm fala museal, como feiras, mercados, paisagens urbanas, oficinas de artesãos e artistas populares, entre outros.

Estão ainda profundamente integrados às políticas patrimoniais, em especial às do patrimônio imaterial, compreendendo não apenas os testemunhos mas os processos arqueológicos e etnográficos, apontando para potencialidades de ações em comunidades e demais representações da sociedade civil organizada.

O Grupo de Trabalho sobre Museus Etnográficos e Arqueológicos, entendendo os museus como *locus* privilegiado na representação de diferentes segmentos étnicos formadores da nacionalidade (culturas extintas, indígenas, afro-descendentes, relativas à arte e às culturas populares, à memória dos imigrantes etc.), propõe, no contexto do Fórum Nacional de Museus, os tópicos abaixo relacionados.

1. Encaminhar moção ao governo federal visando sensibilizá-lo quanto às necessidades da área da cultura, em especial as de Patrimônio Cultural, para inserção dessas questões nas demais ações planejadas pelo governo, como a dos projetos de desenvolvimento que impliquem impacto cultural.
2. Desenvolver ações de forma incisiva e imediata para fortalecimento do Iphan e dos demais órgãos patrimoniais em esfera estadual e municipal, criando uma rede que fortaleça as políticas e as práticas públicas da preservação do patrimônio cultural.
3. Desenvolver campanhas e projetos nacionais de educação patrimonial no bojo de um grande projeto de comunicação social sobre as diferentes dimensões do patrimônio, para sensibilizar a comunidade nacional e os governantes, visando captar parcerias e fomentar a ação civil.
4. Reforçar como ponto de ação da política nacional de museus a necessidade de aprimoramento da qualificação dos profissionais de museus, integrando os diversos elementos imprescindíveis à atuação interdisciplinar para a preservação da cultura brasileira, tais como museólogos, arqueólogos, arquitetos, conservadores, restauradores, comunicadores, antropólogos, educadores etc.
5. Reforçar a necessidade do desenvolvimento de documentação, informatização e criação de instrumentos gerenciais para avaliação de critérios e práticas de intervenção, de forma a incrementar a gestão do patrimônio cultural brasileiro e aprimorar a integração entre as políticas ministeriais.
6. Solicitar a criação de um grupo temático de caráter permanente para questões de acervos e museus arqueológicos, contemplando em especial a questão das pesquisas empresariais, considerando a natureza expansionista da criação de coleções arqueológicas que demanda uma dinâmica própria e procedimentos museológicos.

7. Criar linha de crédito específica para atendimento de acervos e museus arqueológicos, que destine recursos e regule o uso da verba pública no âmbito de projetos empresariais.
8. Promover projeto nacional de identificação e diagnóstico da situação de acervos e museus arqueológicos, em relação às suas funções de pesquisa, salvaguarda e comunicação.
9. Promover diagnóstico dos museus e acervos etnográficos que se encontram em situação de risco, degradação e desinformação, para identificar ações de salvaguarda, documentação e comunicação.
10. Realizar diagnósticos para promover discussões e definir a política nacional de acervos e museus de arqueologia, de forma a possibilitar que a responsabilidade comum sobre a preservação desse patrimônio possa ser desenvolvida por meio de mecanismos de gestão compartilhada (CF/88 – Lei 3.924/91).
11. Ampliar o Currículo Escolar (ensino fundamental e médio) para a inclusão da disciplina Educação Patrimonial, que contemple necessariamente a questão antropológica e suas vertentes de etnografia e arqueologia.
12. Capacitar professores na área de educação patrimonial a partir de projetos que incluam o aporte de instituições como museus, centros culturais e universidades, sendo de responsabilidade das redes de ensino municipal, estadual e federal.
13. Ampliar cursos superiores de museologia nas instituições federais de ensino superior (Ifes).
14. Fomentar a contratação permanente de pessoal qualificado (museólogos, arqueólogos, etnólogos, conservadores etc.) para instituições museológicas, assim como usar esse critério de diversidade no lançamento de editais de financiamento de projetos.
15. Definir ações de incentivo à criação de cursos de formação universitária e pós-graduação em museologia e arqueologia, onde estejam necessariamente incluídas as questões relativas ao patrimônio arqueológico, presentes na maioria dos municípios brasileiros.
16. Criar grupo de trabalho para definir e propor a implementação da divisão de atribuições dos diversos atores de preservação em relação às atividades de Estado.
17. Fomentar ações para instrumentalizar e operacionalizar os museus no tocante a questões relativas ao patrimônio imaterial.
18. Promover a definição de parâmetros e critérios para a informatização e documentação digital, viabilizando a formação de redes virtuais nacionais e internacionais que fomentem a difusão dos inventários de coleções e do conhecimento produzido.
19. Desenvolver uma ação induzida para proteger e musealizar os patrimônios arqueológico e etnográfico do Centro-Oeste e da Amazônia, historicamente desassistidos pelas políticas públicas.
20. Desenvolver um programa nacional que leve o conhecimento especializado de museu às secretarias de estado para atendimento das demandas comunitárias de criação de espaços museais de diferentes representações étnicas e sociais.
21. Propor o tombamento da coleção arqueológica atualmente sob a guarda do Banco Santos e o seu encaminhamento para uma instituição pública especializada.
22. Promover levantamento e diagnóstico da demanda por conservadores-restauradores, com base na diversidade dos acervos.
23. Promover campanhas nacionais visando:
 - a) valorizar e divulgar os acervos arqueológicos e etnográficos como elementos constituintes da memória e identidade do povo brasileiro;
 - b) orientar o cidadão a combater o tráfico de bens culturais.
24. Desenvolver e implementar políticas de acervos consoantes às diversas missões institucionais, às diretrizes regionais e nacionais, observando a legislação da matéria.
25. Criar em Brasília o Museu Nacional de Arqueologia para registrar a memória e reafirmar a identidade brasileira.

Museus comunitários e ecomuseus

Coordenação:

Patrícia Maria Berg Trindade – departamento dos trabalhadores da limpeza urbana da prefeitura de Porto Alegre (RS)

Maria Célia Teixeira Moura Santos – museóloga e doutora em educação pela UFBA (BA)

Tomando-se por base as quatro linhas programáticas estabelecidas – pesquisa, preservação, comunicação e função social –, e tentando responder às perguntas: Quem somos? O que temos? O que queremos?

Chegou-se a um consenso determinado pelos seguintes indicadores:

Quem somos?

- interação;
- participação;
- determinação;
- iniciativa;
- decisão;
- compartilhamento;
- pertencimento (no sentido da inserção dos indivíduos no museu);
- museu em processo.

O que temos?

- o ser humano inserido em seu espaço vivido;
- manifestações culturais que se constituem em patrimônio material e imaterial;
- relações e trocas sociais e institucionais;
- poderes políticos e econômicos em âmbito micro e macro;
- necessidade de convivência material, espiritual e cultural com dignidade e respeito.

O que queremos?

- Contribuir para a construção de um processo museal dialógico e dialético, proveniente da relação do ser humano com o meio nas suas dimensões de tempo e espaço, trabalhando com os acervos institucionais (que se constituiriam nos bancos de dados) e operacionais (provenientes da dinâmica da vida, das práticas culturais, carregadas de significados);
- exercer o direito à memória por parte de todos os segmentos da sociedade, aplicando ações de pesquisa, preservação (incluindo inventário, registro, catalogação e acondicionamento adequado dos bens) e comunicação, buscando a construção de uma nova prática social;
- articular-nos institucionalmente, visando à formação de parcerias e respeitando a autonomia de trabalho com sustentabilidade (incluindo organização/constituição de estatuto jurídico; regimento, decreto etc. e as diferentes estratégias de captação de recursos);
- formar profissionais em diferentes patamares, em especial no que concerne às técnicas de elaboração de projetos e captação de recursos;
- interagir com outros museus e instituições sociais;
- produzir conhecimento;
- sistematizar e divulgar nossos trabalhos.

As concepções e diretrizes discutidas e apresentadas pelo grupo não são exclusivas do Museu Comunitário/Ecomuseu e podem ser contempladas em todas as tipologias de museus, partindo do princípio de que as ações museológicas são o resultado das nossas concepções de museu e museologia no processo de interação com a sociedade.

Um dos fatores mais enriquecedores do nosso processo de reflexão durante esses três dias foi a troca de experiências entre diferentes práticas museológicas, o que, para nós, é um indicador de amadurecimento profissional e de crescimento do nosso campo de atuação. Nesse sentido enfatizamos o desejo e a necessidade de se criar uma rede efetiva de interação entre diferentes processos museais, independentemente das tipologias de museus.

Solicitamos, ainda, a incorporação do Ministério da Cultura como parceiro no Fórum Latino-americano de Museus Comunitários/Ecomuseus, a realizar-se na Nicarágua, em 2005, para viabilizar a participação dos Museus Comunitários/Ecomuseus existentes no Brasil.

Museus da imagem e do som e de novas tecnologias

Coordenação:

Imaculada Lopez – representante do Museu da Pessoa (SP)

Carlos Magalhães – diretor da Cinemateca Brasileira (SP)

Instituições/projetos participantes

1. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/RJ)
2. Cinemateca Brasileira (São Paulo/SP)
3. Ipac (Salvador/BA)
4. Memorial Teatro Castro Alves (Salvador/BA)
5. Memorial dos Governadores (Salvador/BA)
6. MIS (Belém/PA)
7. MIS (Florianópolis/SC)
8. MIS (Fortaleza/CE)
9. MIS (Goiânia/GO)
10. Museu Criminal da Polícia Federal (Brasília/DF)
11. Museu Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro/RJ)
12. Museu da Pessoa (São Paulo/SP)
13. Museu da República (Rio de Janeiro/RJ)
14. Museu Virtual da Música Popular Brasileira (Salvador/BA)
15. Serviço Federal de Processamento de Dados (Porto Alegre/RS)
16. Universidade de Brasília (Brasília/DF)

Desafios comuns

- Contar com estrutura e ferramentas tecnológicas adequadas para preservar, organizar e difundir acervos, em espaços físicos e na internet.
- Contar com parâmetros e equipes preparadas para diagnosticar, recuperar, conservar, acondicionar e catalogar acervos audiovisuais.
- Encontrar caminhos e parcerias para “dar vida” – tornar público, atraente e com sentido social – acervos audiovisuais e virtuais.

- Manter articulação, troca de informações e experiências com outras instituições que trabalham com o mesmo tipo de acervo.

Propostas do grupo ao Sistema Brasileiro de Museus

- Fazer circular experiências de como disponibilizar e promover uso (educativo, cultural e comunitário) de acervos audiovisuais e virtuais.
- Disponibilizar (ou investir em desenvolvimento em *software* livre) ferramentas tecnológicas para o trabalho integrado dos museus, garantindo a capacitação da equipe e a manutenção evolutiva das ferramentas. Exemplos: Sistema Simba (Museu Nacional de Belas Artes) ou Sistema Matriz (Rede Portuguesa de Museus).
- Fomentar pelos museus o uso compartilhado de estruturas públicas tecnológicas (servidores e serviços de hospedagem etc.) já existentes.
- Incentivar política de musealização dos acervos dos museus da imagem e do som.
- Definir política de armazenamento de materiais com suporte de nitrato e acetato. Opção 1: parceria com cinemateca brasileira; opção 2: criação de espaços regionais.
- Dar continuidade e ampliar as políticas e editais de apoio e incentivo a formação, preservação e difusão de acervos audiovisuais e virtuais, contemplando as diferentes instituições com acervos desse tipo.
- Afirmar a importância da criação do Instituto Brasileiro de Museus, com dotação orçamentária própria.
- Garantir alternativas para agilizar a destinação de recursos às instituições.
- Apoiar a articulação permanente e ampliada do Grupo de Trabalho de Instituições com Acervos Audiovisuais e Virtuais.
- Promover encontro dessas instituições em 2005.
- Criar ambiente virtual para animação constante do Fórum Nacional de Museus. (Parceria com Fórum Permanente de Museus de Arte.)
- Promover seminário nacional sobre museus virtuais para aprofundamento deste conceito e encontro de iniciativas.
- Fomentar redes transversais e intersetoriais de patrimônio e memória. (Exemplo: Brasil Memória em Rede, lançada pelo Museu da Pessoa.)

1º Encontro Nacional de Estudantes de Museologia (Enemu)

O 1º Enemu representou um momento até então inédito na Museologia, reunindo alunos das três graduações existentes no Brasil. Além das apresentações de trabalhos de pesquisa realizados pelos alunos, e de palestras, que reuniram diversos profissionais da área, o encontro foi um momento de reflexão em relação à atual conjuntura do campo da Museologia no país. Ao final, reunidos em assembléia, os participantes do 1º Enemu encaminharam suas reflexões e propostas, tanto no que diz respeito à realidade de atuação profissional quanto propostas de aprimoramento da formação em Museologia, entre outras. A seguir, a íntegra do documento final do 1º Enemu:

Com relação à **conjuntura do campo museológico** nos posicionamos a favor de que:

1. é necessário o fortalecimento da Política Nacional de Museus e da Associação Brasileira de Museologia;
2. é urgente a implementação de planos de cargos e salários na área da Cultura, assim como a abertura de concursos públicos para Museólogos;
3. é necessária a atuação efetiva do Museólogo em seu campo de trabalho, bem como a valorização do profissional dentro das próprias instituições museológicas, entendendo que o Museólogo não atua apenas dentro do museu;
4. no que cabe à profissão, é necessário o reforço na fiscalização pelos Conselhos Regionais de Museologia (Corems) nas instituições museológicas;
5. seja alterada a Lei 7.287, de 18 de dezembro de 1984, regulamentada pelo Decreto 91.755, de 15 de outubro de 1985, no sentido de só permitir o registro profissional de Museólogo aos graduados em Museologia no Brasil e no exterior.

Com relação aos **cursos de graduação em museologia** definimos as seguintes propostas:

1. abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação em áreas específicas da Museologia (*lato sensu e strictu sensu*);
2. registro dos estudantes de Museologia nos Conselhos Federal e Regionais, com vistas à fiscalização dos estágios;
3. estudo comparativo das graduações, com reavaliação curricular e participação dos estudantes;
4. maior intercâmbio entre os cursos de graduação em Museologia;
5. criação de vagas e convênios para bolsas de estágio e iniciação científica, com processo seletivo garantindo vagas aos estudantes a partir do 3º semestre/período;
6. melhoramentos na estrutura funcional das faculdades:
 - a) laboratórios equipados;
 - b) verbas para exposições curriculares;
 - c) material bibliográfico atualizado;
7. inclusão da Licenciatura em Museologia nos cursos de graduação já existentes;
8. estabelecimento de convênios com museus para utilizá-los como laboratórios de graduação;

Com relação à **organização estudantil** definimos que:

1. será formada a Rede Nacional de Estudantes de Museologia, sendo eleitos para Coordenação de sua estruturação os alunos Lílian Rejane Barbosa Souza e Ana Lúcia Bérghamo, da Febave, Rafael Muniz de Moura e Morgana Encelle, da UniRio, Antônio Varjão Matos e Júlio César Chaves, da UFBA; com os compromissos imediatos de:
 - a) aplicar as resoluções do I Encontro Nacional de Estudantes de Museologia;
 - b) elaborar o Boletim Informativo de Atividades;
 - c) criar um Fórum Virtual;
2. será realizado o II Encontro Nacional de Estudantes de Museologia, em 2005, na cidade do Rio de Janeiro, com eleição dos seguintes coordenadores: Rafael Muniz de Moura, Maria Paula Gonçalves Cruvinel, Amanda Marques e Aline Rocha;
3. sejam fortalecidas as instâncias representativas dos alunos (Diretórios Acadêmicos);
4. sejam ampliadas a atuação e participação dos estudantes de Museologia junto aos órgãos competentes da área;

Ainda como um dos desdobramentos do documento elaborado no 1º Enemu – Encontro Nacional de Estudantes de Museologia, apresentamos a seguinte moção:

Os estudantes de Museologia presentes no 1º Enemu – Encontro Nacional de Estudantes de Museologia, solicitam ao Ministério da Cultura, através do Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu/Iphan), a indicação de gratuidade para os discentes de Museologia na entrada das Instituições participantes do Sistema Brasileiro de Museus, principalmente nos Museus que estão sob a gestão deste Ministério.

Moções e recomendações

Em seção plenária realizada no dia 17 de dezembro de 2003, sob a coordenação do Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan, os participantes apresentaram moções e recomendações, de acordo com a programação prevista pelo fórum, que foram debatidas e votadas. Os textos finais aprovados pela seção plenária estão abaixo transcritos.

Moções

Que no próximo Fórum sejam lembrados e agregados diferentes povos indígenas como novos parceiros do campo museal, tais como Tikuna, Kadiweu, Galibi Maworno, Palekeir, Karipuna, Bacairi, Kaiagange, Guarani. Em cidades como Benjamin Constant, Dourados, Oiapoque, esses povos têm se empenhado na criação e manutenção de museus. Para eles, os museus revestem-se de um caráter especial, pois constituem verdadeiras arenas políticas que lhes permitem estabelecer relações mais igualitárias com o mundo dos brancos. Por esse motivo, merecem todo o nosso empenho e respeito. Neste sentido, solicito ainda que este Fórum aprove moção de apoio ao Museu dos Povos Indígenas do Oiapoque – Koahi para sua imediata inauguração e efetivação.

Os participantes expressam manifestação de apoio ao Sistema Brasileiro de Museus, com a expectativa de efetivo desenvolvimento do setor e de sua contribuição para a sociedade, assim como a esperança de aprofundamento das práticas democráticas nos debates e tomadas de decisões.

A compreensão do papel da ação museal como agente de contribuição para o desenvolvimento da sociedade por meio das experiências das suas memórias sociais depende da implementação de recursos de diversas naturezas e fontes, pelo que, no âmbito deste Fórum, desejamos seja assegurado o maior volume de aportes.

Solicitação à abertura e guarda dos arquivos documentais referentes aos períodos de ditaduras no Brasil em instituições museológicas, arquivos e bibliotecas.¹

Contra a situação de abandono a que está relegado o Sistema Estadual de Museus/RN – ao qual estão associados cinco museus universitários –, ameaçando a preservação do patrimônio cultural e científico ali alocados.

¹ O Decreto 5.584, de 18 de novembro de 2005, regulamentou o acesso aos arquivos do período da ditadura, determinando que “os documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI), que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), deverão ser recolhidos ao Arquivo Nacional, até 31 de dezembro de 2005, observados os termos do § 2º do art. 7º da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991” (art. 1º). O art. 10, determina que os documentos em questão sejam disponibilizados para o acesso público. (N.E.)

O Fórum Nacional de Museus, acatando sugestão apresentada pelo Fórum de Museus de Pernambuco, apóia a criação do Instituto Brasileiro de Museus.

Apoio ao Ministério da Cultura para o aumento na participação no orçamento da União (1%).

A assembléia do Fórum de Museus solicita/recomenda que o governo federal inclua os setores da cultura nas atividades de planejamento dos projetos de desenvolvimento (UHE, linhas de transmissão, rodovias, gasodutos), de forma a destinar percentual da verba para proteção preventiva dos bens culturais impactados, assim como a musealização das coleções produzidas.

Tendo em vista a grande expressividade da coleção arqueológica atualmente sob a guarda do Banco Santos, vimos propor o tombamento federal, assim como seu encaminhamento para guarda em uma instituição pública especializada, visto a falência dessa instituição e a necessidade de atendimento da Lei 3.924/61.²

Recomendações

Que a aplicação dos resultados dos grupos de trabalho seja acompanhada e avaliada pelos integrantes através de reuniões periódicas dos coordenadores com o Demu.

Pedido de atenção, em caráter de urgência, ao programa Monumenta/Iphan para o conjunto arquitetônico da primeira rede ferroviária do RN, agregada posteriormente à rede ferroviária federal, espaço que detém a segunda rotunda no Brasil ainda preservada.

Apoio do Fórum à preservação do Museu do Homem do Norte.

Incentivo por parte doo Demu/Iphan a Fundaj/MEC para que, com apoio do Cefet, realize o 9º Fórum Nordestino de Museus em 2005.

Cuidado especial da parte do Iphan com os prédios históricos deteriorados (não escorados) que, constantemente, tornam-se um risco de vida a tantos quanto passam obrigatoriamente nos espaços desses imóveis . Dois exemplos, dentre vários:

- 1. conjunto de três imóveis na Ladeira da Montanha (começo do lado esquerdo);*
- 2. casarão da Rua do Genipapeiro, bairro da Saúde (com placa de perigo numa via de circulação obrigatória dos moradores).*

² O Iphan criou uma Comissão de Trabalho em 2004, que apresentou sugestões para a guarda e preservação definitiva do acervo arqueológico do Banco Santos, que ainda permanece sob a guarda da Justiça Federal de São Paulo. Lembramos que em se tratando de bens arqueológicos, eles encontram-se protegidos por lei específica. (N.E.)

Relatórios dos observadores

Myrian Sepúlveda dos Santos

Mestre pelo IUPERJ (1989), doutora em Sociologia pela New School for Social Research (1994). Professora-adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A museologia no Brasil adapta-se aos novos tempos, abandona seu papel de fortalecimento da identidade nacional e abre mão do patrocínio quase exclusivo que recebia das esferas governamentais. Ao se depararem com a multiplicidade e diversidade da sociedade brasileira, os museus enfrentam uma nova realidade: atrair o público a partir de demandas estabelecidas por esse mesmo público. Preservação do passado, ensino de tradições e valores e vocação cívica tornam-se atividades de cunho mais democrático, e, por isso mesmo, abertas à contínua transformação e negociação de seus significados. Desafiados pelas novas mudanças, os profissionais de museus voltam-se para a museologia em busca de novas diretrizes.

Como não há resposta pronta em um processo democrático, os diversos fóruns municipais, estaduais e nacionais realizados na área da museologia têm cumprido, de forma exemplar – pois suscitando o diálogo, a comunicação e a troca de experiências –, o papel de apontar novos caminhos para todos aqueles comprometidos com a tarefa de enriquecer o presente com os ensinamentos do passado.

O Fórum Nacional de Museus se insere nesse contexto. Em conformidade à proposta do Ministério da Cultura de revitalizar os museus brasileiros e o patrimônio histórico do país, o fórum traçou como seus principais objetivos a avaliação de ações já realizadas pelos museus e a indicação de diretrizes museológicas para os próximos dois anos. Foi bem enfatizada também a importância da implantação de redes e sistemas de museus, locais, regionais ou temáticos, que possam implementar as diretrizes aprovadas – e, entre elas, destaca-se a criação do Sistema Nacional de Museus – e desenvolver e revitalizar as instituições museológicas, inserindo-as em uma política mais ampla de inclusão social e fortalecimento da cidadania.

Esse relatório tem o intuito de propiciar a seus organizadores uma descrição densa dos eventos ocorridos ao longo da semana do evento, apontando pontos positivos e negativos de sua organização, e sugerindo mudanças que possam potencializar a realização do próximo fórum.

Inicialmente, três observações gerais relativas à organização são pertinentes. Em primeiro lugar, o fórum estabeleceu como um de seus objetivos alcançar uma abrangência nacional, objetivo conquistado com sucesso, uma vez que recebeu representantes de 27 estados. A segunda observação diz respeito ao caráter interdisciplinar do evento. A programação voltou-se para um público amplo – profissionais de museus, museólogos, historiadores, antropólogos, artistas, arqueólogos, sociólogos, educadores, estudantes, autoridades governamentais e agentes culturais – e, mais uma vez, os organizadores foram bem-sucedidos: tanto os grupos de trabalho como os minicursos foram constituídos por profissionais oriundos de ampla gama interdisciplinar, todos bastante interessados na programação oferecida.

Em terceiro lugar, gostaria de destacar a importância da iniciativa tomada de fortalecer o Encontro Nacional de Estudantes de Museologia, ocorrido simultaneamente ao evento. Embora os horários de alguns eventos pudes-

sem ter sido melhor planejados para que não se sobrepusessem, o suporte fornecido ao Enemu merece louvor. Ficou evidente a motivação, muitas vezes apaixonada, presente entre os estudantes; a troca de experiências com profissionais da área de museologia; o amadurecimento em termos da responsabilidade e compromisso com a profissão; e, principalmente, demonstrações de crescimento político traduzidas pela defesa de propostas consistentes, que apontaram a importância de promover a valorização e preservação do patrimônio cultural brasileiro, considerado um dispositivo de inclusão social e de cidadania.

Esse relatório será apresentado em quatro etapas:

1. descrição geral do fórum;
2. identificação de aspectos que podem potencializar os resultados a serem obtidos no próximo Fórum (edição bienal);
3. identificação de temas e pautas para o próximo fórum;
4. conclusão.

1. Descrição geral do fórum

Abertura

No primeiro dia à noite, houve uma bem organizada abertura, com a mesa Atualidade das Políticas Públicas para os Museus, seguida de coquetel. O evento foi constituído por palestras proferidas por representantes de diversas instituições, governamentais e não-governamentais. Gostaria de destacar a palestra de José do Nascimento Júnior, diretor do Sistema Nacional de Museus, Os rumos da Política Nacional de Museus, que apontou, com muita clareza, a intenção de que o fórum participasse ativamente na construção de uma política nacional de museus.

Minicursos – Museu: Preservação, Comunicação, Educação e Pesquisa

O fórum proporcionou oportunidade para que os participantes se inscrevessem em seis minicursos na parte da manhã: Projeto, Comunicação e Educação, Documentação, Conservação, Pesquisa e Acervos Arqueológicos. Os cursos tinham função formadora e pedagógica, a partir da definição de museu como sendo o lugar de preservação, comunicação, educação e pesquisa, e apresentavam um roteiro previamente definido. A avidez de conhecimento e a heterogeneidade do público sinalizam a importância dos cursos, mas também o despreparo de grande parte daqueles que trabalham em museus – o que nos leva a propor alternativas de ensino que vão além dos limites estabelecidos pelos fóruns.

Os temas foram adequados, e os participantes pareceram satisfeitos. Do total de inscritos (321), observou-se uma procura maior pelo curso sobre projeto museológico, ministrado pelos professores Mario Chagas e Rose Moreira Miranda. No primeiro dia, o percentual de participantes que procurou pelo curso foi de 36,4%, e no terceiro, 28,3%, não sendo o percentual maior porque o curso trabalhou com sua capacidade máxima – 91 participantes. Como esse curso propicia um aprendizado novo e essencial para muitos profissionais de museus que procuram modernizar o funcionamento de suas instituições, pela realização de projetos bem estruturados, com finalidade, valores, metas, função e público-alvo definidos *a priori*, seria importante aumentar o número de vagas e expandir as formas de divulgação de seu conteúdo.

O segundo curso mais procurado foi o de Comunicação e Educação, ministrados pelas professoras Denise Studart e Luciana Sepúlveda. Tal como o de Projetos, houve uma demanda muito grande inicial (25%), sendo que a frequência (19,6%) não foi maior no final pelo limite do número de vagas. Considerando que a tarefa de modernizar os museus passa pela abertura desses ao público, torna-se evidente a razão da procura por esse minicurso.

Os minicursos Documentação (13,7%), Conservação (15%) e Pesquisa (14,6%), ministrados, respectivamente, por Rosana Nascimento e Judite Primo; Ivan Coelho Sá e Claudia Storino; e Cícero A. F. de Almeida, que

se referem a atividades internas dos museus, tiveram um público estável e fiel. O interesse por eles foi grande, e observou-se a demanda de conhecimentos mais específicos. O minicurso de menor procura foi o de Acervos Arqueológicos (8,7%), que destoou dos demais por apresentar um tema muito específico e um público menor.

Os cursos, ministrados em três dias, contaram, com algumas exceções, com dois professores, responsáveis por oferecer o conhecimento básico em cada temática escolhida. Os professores foram extremamente elogiados, apresentaram total controle não só em relação ao conteúdo como à forma didática de apresentação. Talvez, por esse motivo, não tenha havido necessidade de dois professores por curso, pois enquanto um dava o curso o outro assistia, e vice-versa.

Em relação aos participantes, foi observada uma heterogeneidade grande, com diferentes níveis de conhecimento e demandas diferenciadas. Ainda assim, foi observada uma participação ávida por conhecimento, tanto de conteúdo como de fontes bibliográficas, para que as temáticas fossem aprofundadas posteriormente.

Grupos de Trabalho – Quem somos? O que temos? O que queremos?

Os GTs são o calcanhar de Aquiles do fórum, pois toda a nova linha de atuação traçada pelo Ministério da Cultura para os museus depende de compreensão, anuência, motivação, participação e colaboração dos diversos profissionais de museus. Cabe a eles formar a base de apoio, capaz de tornar realidade linhas de ação planejadas e propostas pelos idealizadores do novo projeto de política pública voltada para os museus brasileiros.

Foram organizados sete grupos de trabalho na parte da tarde, cada um deles relativo a uma área específica da museologia e coordenado por profissionais reconhecidos por sua atuação. O objetivo dos GTs foi o de, a partir de experiências diversas, trazidas pelos diversos componentes dos grupos (quem somos? o que temos?), compatibilizar as expectativas levantadas às novas diretrizes implementadas pelo Ministério da Cultura (o que queremos?). Nesse sentido, os GTs representaram uma iniciativa bem-sucedida, que merece não só ter continuidade como ser ampliada nos próximos fóruns.

A classificação dos museus adotada pelos GTs não satisfez diversos participantes. Observou-se que GTs mais homogêneos, como o GT Museus Militares ou o GT Museus de História, obtiveram melhores resultados. A proposta inicial de GTs e coordenadores foi a seguinte:

1. museus de arte (Anaildo Baraçal e Denise Grinspum);
2. museus de história (Francisco Régis Lopes Ramos, Mônica da Costa e Ruth Beatriz Caldeira);
3. museus militares (Edina Laura Nogueira da Gama e Nórís Mara Pacheco Martins Leal);
4. museus universitários e de ciências (Maria das Graças Ribeiro e Lúcia Hussak Van Velthem);
5. museus etnográficos e arqueológicos (Maria Ângela Mascelani e Raul Lody);
6. museus comunitários e ecomuseus (Patrícia Maria Berg Trindade de Oliveira e Maria Celia Teixeira Moura Santos);
7. museus da imagem e do som e museus de novas tecnologias (Immaculada Lopez e Carlos Magalhães).

Alguns coordenadores não puderam comparecer ao evento ou não puderam participar dos três dias, sendo substituídos por outros profissionais igualmente competentes, sem prejuízo para os GTs. O conjunto de coordenadores expressou a diversidade cultural, social e econômica do país, pois trouxe experiências diversas, de administração, gestão e funcionamento de museus localizados em diferentes regiões. A escolha de coordenadores com inserções em diferentes estados foi muito profícua, uma vez que eles conseguiram sintetizar com maior eficácia as experiências relatadas pelos participantes e consolidar com sucesso os aspectos mais importantes da nova linguagem da política nacional de museus.

Sobre os participantes, apesar de haver um número significativo em cada GT, representando museus de diferentes regiões, observou-se que muitos presentes estavam entrando em contato com os museus ainda sem nenhum treinamento específico e sem poder para propor mudanças nos seus museus; alguns procuravam o fórum

como meio de melhor se inserirem em seus respectivos meios de trabalho. Exceto pelos coordenadores dos GTs, poucos eram os participantes que ocupavam cargos de direção ou eram responsáveis por tarefas especializadas.

Ocupação dos participantes	Números	Percentual
Estudantes	143	42,6 %
Museólogos	62	18,5%
Não informado	68	20,3%
Professores	25	7,5%
Diversos	37	11,1%
Total	336	100%

Momentos de catarse: um dos grandes problemas dos GTs foi a ocorrência de inúmeras reclamações sobre infra-estrutura, que são gerais a todas as instituições, como falta de verbas, instalações inadequadas e deficiência na formação profissional, que, algumas vezes, atrapalharam a discussão, tornando-se quase uma manifestação de catarse para seus membros, que viam confirmadas suas lamentações nos depoimentos seguintes.

Palestras – A quem servem os museus?

A realização de palestras ao final do dia, de certa forma, consolidando o dia de trabalho, foi uma opção extremamente feliz. As palestras foram bastante concorridas e propiciavam, pelo exemplo de políticas públicas bem-sucedidas em outros países, motivação para que houvesse uma participação mais intensa no fórum. Gostaria de fazer referência a três palestras, ocorridas logo após os GTs:

1. Política Portuguesa de Museus, por Manoel Bairrão Oleiro;
2. a Rede Portuguesa de Museus, por Clara Camacho;
3. os Museus da América Latina, por Georgina De Carli.

As palestras sobre a modernização recente dos museus portugueses foram fundamentais, pois mostraram como algumas ações centralizadas podem ser cruciais no desenvolvimento de políticas e práticas da gestão museológica. Os museus, por meio de apoio e suporte de uma administração central – daí a importância do Instituto Português de Museus, da Rede Portuguesa de Museus e do Instituto Latino-Americano de Museus –, têm melhores condições de superar deficiências de infra-estrutura.

Entretanto, questões cruciais para a proposta de inclusão social não estiveram presentes nessas palestras, que partiram do princípio de que a simples modernização seria capaz de efetuar o papel democratizador dos museus na sociedade. Os palestrantes pouco falaram sobre o público-alvo de seus museus. Também estiveram ausentes do debate os critérios de inclusão dos museus na rede, o que possibilita o recebimento do apoio centralizado.

Embora o atraso, o funcionamento deficiente das instituições, a falta de transparência, a manutenção de poderes locais sejam fatores antidemocráticos, não podemos concluir que a democracia seja resultado apenas de uma inovação administrativa e técnica. Afinal, a quem servem os museus? Esse deveria ser o ponto de partida para debates sobre cidadania, turismo inclusivo, educação, informatização, museus-comunidade, preservação cultural e ambiental, e assim por diante.

Fechamento

A organização do último dia do fórum também teve um bom resultado. Em que pese a dificuldade de alguns grupos de trabalharem com os programas eletrônicos oferecidos – o que pode ser facilmente solucionado pela solicitação formal de que os coordenadores dos GTs se preparem para tal tarefa –, os GTs apresentaram para o

conjunto dos participante a consolidação dos três dias de trabalho, apontando diagnósticos e propostas a serem desenvolvidas, tal como previsto.

A tarefa de consolidação dessas propostas em novas diretrizes não foi realizada à tarde, como proposto, o que se compreende tal a diversidade e complexidade das propostas.

Embora seja muito difícil a consolidação das apresentações, gostaria de destacar que praticamente todas trouxeram à tona elementos capazes de dinamizar as áreas de preservação, comunicação e pesquisa, com ênfase nas propostas de manutenção e ampliação de trocas de experiência e parcerias entre museus. Propostas inovadoras ressaltaram a necessidade de circular experiências, disponibilizar *softwares*, fomentar o uso compartilhado de estruturas públicas tecnológicas já existentes. O apoio ao lançamento de novos editais foi praticamente comum a todos os grupos.

2. Identificação de aspectos que podem potencializar os resultados a serem obtidos no próximo fórum (edição bienal)

Cumprimento da programação

O primeiro ponto positivo a ser destacado em relação ao Fórum Nacional de Museus refere-se ao fato de que seus organizadores apresentaram ao seu público, por comunicados impressos e eletrônicos, uma programação bem organizada e adequada ao evento, distribuída ao longo de cinco dias. Essa programação foi praticamente toda fielmente cumprida, satisfazendo desse modo às expectativas que gerou.

Recepção e integração dos participantes do fórum a partir das palestras de abertura e coquetel

A abertura do evento, ocorrida no salão nobre da Reitoria da Universidade Federal da Bahia, foi muito bem-sucedida na proposição de receber os participantes do Fórum e integrá-los, em torno de um coquetel oferecido após as palestras.

Minicursos

Embora os cursos tenham tido pleno êxito, sendo grande o interesse dos participantes e muito bom o aproveitamento final, algumas mudanças poderão levar a um aproveitamento maior.

- divulgação, com antecedência, da ementa ou mesmo do programa mais detalhado de cada curso;
- preparação de apostilas que consolidem o conteúdo básico de cada temática, indicando fonte bibliográfica relativa ao tema, que possam ser adquiridas pelos participantes antes, durante e após o evento;
- preparação de apostilas que consolidem tópicos mais desenvolvidos de cada temática, indicando fonte bibliográfica relativa ao tema, que possam ser adquiridas pelos participantes antes, durante e após o evento;
- manutenção de apenas um professor por classe;
- desdobramento dos minicursos em dois outros relativos a dois níveis de ensino: básico e avançado (há a possibilidade de desdobrar alguns dos cursos por temas especializados, por exemplo, o de conservação pode oferecer aulas sobre a conservação de documentos, pinturas, objetos de argila etc.);
- ampliação das vagas dos minicursos Projetos e Comunicação e Educação;
- fim do minicurso Acervos Arqueológicos;
- expansão da experiência de minicursos para além dos limites do Fórum Nacional de Museus, procurando não só ampliar o número de vagas das Faculdade de Museologia, mas criando estruturas móveis de ensino, redes de comunicação para o aprofundamento de temáticas específicas, cursos técnicos, principalmente na área de conservação, e convênios com instituições capazes de propiciar ensino de especialização.

Grupos de Trabalho

Os GTs foram muito bem-sucedidos no cumprimento de seus objetivos. Entretanto, como representam a possibilidade de implementação das novas diretrizes traçadas pelo governo, a partir de uma ampla base de apoio,

todo cuidado é pouco na sua organização. Entre as sugestões a serem consideradas, gostaria de ressaltar a importância das duas primeiras, relativas à ampliação da participação e à reformulação da classificação dos museus:

- incentivo à participação de profissionais de museus por meio de bolsas a serem distribuídas com critérios bem definidos e divulgados, procurando atrair também profissionais com papéis de maior responsabilidade na administração dos museus;
- revisão geral da classificação adotada pelos GTs (desdobrar alguns como o GT Museus Universitários e de Ciências, criar outros que possam responder à tendência de fortalecimento de novas iniciativas, como preservação de sítios históricos, sistemas culturais e ecológicos e patrimônios culturais defendidos por novos movimentos sociais, que atendam às necessidades de museus afro-brasileiros, museus de imigrantes, museus voltados para o fortalecimento de áreas geográficas, como Rio São Francisco e Pantanal, e assim por diante);
- formação de grupos menores e mais homogêneos;
- manutenção da opção por mais de um coordenador por GT;
- maior diversificação na composição dos coordenadores, que deverão ser escolhidos a partir de sua inserção em diferentes estados nacionais.

Palestras

Após um dia intenso de trabalho, em cursos e grupos de trabalho, as palestras cumpriram o papel de motivar, estimular o debate e consolidar posições, a partir do relato de experiências realizadas em outros países.

A experiência da criação do Instituto Português de Museus foi bem explorada, experiência relevante porque realizada recentemente e com grandes resultados para o conjunto de museus de Portugal, podendo servir de exemplo a ser seguido pelo Brasil. Outros países, entretanto, podem dar exemplos e alternativas na reestruturação da organização da rede de museus brasileiras, e as palestras poderiam ter sido mais diversificadas.

Paralelamente aos exemplos trazidos pelo Instituto Português de Museus, pela Rede Portuguesa de Museus e pelo Instituto Latino-Americano de Museus, teria sido importante uma apresentação sistemática de eixos de atuação capazes de catalisar o desenvolvimento da museologia no Brasil, no sentido apontado pelas novas diretrizes da Política Nacional de Museus. Em suma, houve, e há, necessidade da apresentação de linhas de ação práticas e objetivas, que possam dar alguma resposta a questões gerais como falta de verbas, inadequação de instalações e deficiência na capacitação profissional.

A sugestão para o próximo Fórum é que, ao lado de experiências bem-sucedidas na área museal de outros países, as autoridades governamentais responsáveis por estimular apresentem suas propostas e alternativas de forma sistematizada, uma vez que as novas diretrizes, exceto pela abertura de novos editais, ainda se apresentam como orientações muito genéricas.

- trazer de forma sistematizada propostas formuladas pelo Sistema Nacional de Museus que apontem para resoluções capazes de minimizar problemas inerentes às práticas da museologia no Brasil, tais como falta de verbas para a cultura, baixos salários, isolamento, e formação profissional deficiente, deixando claro os limites dessas ações;
- diversificar ao apresentar à platéia experiências bem-sucedidas, ainda que de menor extensão, em países que contam com problemas sociais e econômicos similares ao do Brasil, como Índia, México e África do Sul.

Fechamento

- Manter a organização do dia em apresentação dos resultados dos GTs;
- transformar a tarefa de sistematização de diretrizes (SNM) em palestra de fechamento e agradecimento;
- manter a solenidade de encerramento e de confraternização.

No que tange às propostas de ações centralizadas, divulgadas como eixos centrais pela Política Nacional de Museus, e listadas abaixo, sugerimos que sejam cuidadosamente apresentadas, bem como seus desdobramentos, no próximo fórum:

1. inventário geral do acervo;
3. padronização de instrumentos para estudo e gestão de coleções;
4. informatização do acervo;
5. produção e divulgação de normas e procedimentos nos diversos domínios da prática museológica;
6. confecção de apostilas especializadas;
7. divulgação centralizada, por mídia impressa e eletrônica, das práticas desenvolvidas por cada museu.

3. Identificação de temas e pautas para o próximo fórum

Os museus vêm sendo tratados pela sociedade brasileira como instituições muito específicas, de competência técnica, com tarefas e responsabilidades especializadas. Este Fórum Nacional de Museus trouxe como subtítulo “os caminhos da democracia”, desafiando essa corrente, transformando práticas seculares e trazendo novas propostas. Essa é uma iniciativa que deve ser mantida, ou seja, a de entrelaçar a questão da preservação do patrimônio a políticas nacionais de desenvolvimento.

Considerando, portanto, a necessidade de modernizar as instituições museológicas e adequá-las às necessidades do país, são muitas as sugestões que podem ser feitas para temas e pautas para o próximo fórum. Vejamos algumas:

- preservação da memória como instrumento de cidadania;
- mudar é preciso: novas matrizes, novos projetos, novas propostas;
- museus e o reconhecimento da diversidade patrimonial;
- museus e cidadania: esgarçando as fronteiras entre o público e o privado;
- museologia, comunidades carentes e patrimônio.

4. Conclusão

A partir da década de 1970, a sociedade de bem-estar social, consolidada em diversos países da Europa, que garantia diversos direitos aos trabalhadores do primeiro mundo – como previdência, ensino público e gratuito e assistência médico-hospitalar –, direitos duramente conquistados a partir do confronto entre operários e capitalistas, começa a entrar em crise. Diversas são as análises que associam essa crise ao surgimento de novas tecnologias de comunicação e informação que implicam mudanças radicais nas formas produtivas. A esteira de produção passa por automatização acelerada, redução drástica do número de operários e diversificação do produto final. O regime capitalista americano, mais liberal e competitivo, passa a liderar o ritmo da economia mundial. O sistema vertical de empresas, que incluía gigantes como IBM e General Motors, capazes de ser responsáveis por todo o circuito da produção, e por um grande número de trabalhadores, também entra em crise, dando lugar àquelas empresas mais dinâmicas, como a Microsoft, que apresentam um sistema de organização horizontal, ou seja, sistemas de parcerias, terceirização de serviços e fluidez na produção. Também se credita às novas tecnologias a capacidade de produzir mercadorias mais diversificadas e sensíveis às demandas do consumidor, cujo poder de escolha passa a ser detectado por *surveys* sofisticados.

Paralelamente às mudanças na economia, observa-se o enfraquecimento dos Estados nacionais, que se retiram da economia, deixando-a por conta da livre competição do mercado, e transferem as responsabilidades sociais para o mercado. Previdência, saúde e educação passam a ser privatizadas. Nos países alocados na periferia do sistema capitalista, o Estado também assumia um papel fundamental na economia, sendo as principais empresas aquelas subsidiadas pelo Estado. Sem condições de competir nos moldes impostos pelas novas empresas, pois submisso às demandas de eleitores, as iniciativas empresariais públicas também entram em crise.

Os Estados nacionais também tiveram um enorme peso na organização e no suporte de práticas culturais em todo o mundo. Embora nos Estados Unidos o investimento privado tenha tido sempre grande importância na criação e manutenção de museus, em países europeus e latino-americanos o peso do investimento público sempre foi grande, principalmente quando se tratava de patrimônio cultural.

Os museus desenvolveram um papel importante no fortalecimento das identidades nacionais e, provavelmente, são as últimas grandes instituições da cultura a receberem um investimento público direto. A tendência, entretanto, é a de que os museus se sustentem cada vez mais a partir do financiamento privado. Em primeiro lugar, devido à tendência geral de privatização e de descompromisso do Estado com a manutenção de instituições públicas de educação e cultura; e, em segundo lugar, devido ao fortalecimento de movimentos culturais diversos que tornam a identidade nacional bem mais plural e diversificada, atendendo a interesses minoritários e de grupos sociais específicos.

Há, portanto, um debate acirrado no momento atual sobre a relação Estado e sociedade. O governo brasileiro procura uma alternativa aos dois pólos do debate, que colocam em oposição a interferência do Estado e a luta pelo reconhecimento da diversidade cultural. Procurando uma via inovadora, políticas centralizadas têm sido realizadas visando fortalecer o Estado – afastando a corrupção, o empreguismo e a não-transparência na distribuição de verbas –, sem que a perspectiva do pluralismo seja abandonada. A competitividade pura e simples só leva à democracia quando há uma homogeneidade entre os que competem, e, como a nação brasileira é atravessada por desigualdades sociais e econômicas, os governantes compreendem bem a necessidade da intervenção governamental para a defesa dos direitos da maioria.

Há algum tempo, os grandes museus brasileiros vêm percebendo a retração do Estado e têm investido, cada vez mais, em políticas de captação de recursos e no atendimento das demandas do público de forma mais imediata. Mas no seu conjunto, a maioria dos museus ainda não se adaptou às mudanças, uma vez que foram criados e têm sido mantidos por instâncias governamentais. A grande demanda destes museus é ainda voltada para o Estado, como grande mantenedor.

Conforme observado, diversas demandas surgidas nos GTs trouxeram questões mais amplas – baixos salários, falta de verbas para área cultural, ausência de planos de carreira para museólogos – que, inegavelmente, interferem na consecução dos objetivos propostos, mas que não serão necessariamente solucionadas com o investimento direto do Estado.

Nesse sentido, a atuação do Fórum Nacional de Museus foi fundamental na medida em que democratizou, por exemplo, a informação sobre os meios de obtenção de verbas através dos novos editais, que selecionam projetos de acordo com a importância social e a capacidade de cada instituição na consecução dos objetivos propostos. Os critérios de eficiência são priorizados, sem que se abandone o papel social que pode ser incentivado pelo Estado.

Além disso, entre as diretrizes da política nacional de museus, eixos de atuação bem claros foram consolidados, mostrando a intenção de democratizar o acesso aos bens culturais, por uma ação centralizada, capaz de interferir de forma positiva na formação e captação de recursos humanos, na informatização e no gerenciamento de acervos culturais.

Por tudo isso, a conclusão final é a de que o Fórum Nacional de Museus deu um passo importante para a concretização de um processo que será capaz de modernizar os museus, afastando os fantasmas tanto do autoritarismo do passado como do mercado excludente do presente. É uma experiência louvável. Além disso, a maior parte dos seus aspectos organizacionais, como tempo, duração e estrutura geral, podem e devem ser mantidos, sendo que algumas sugestões foram feitas apenas com o intuito de aprimorar os resultados obtidos.

Magaly Cabral

Museóloga e mestre em educação pela PUC-RJ

Podemos afirmar que cumpriu os seus objetivos o Fórum Nacional de Museus – imaginação museal: os caminhos da democracia, promovido pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura (Demu/Iphan/MinC), em Salvador/Bahia, de 13 a 17 de dezembro de 2004.

O fórum tinha por objetivos refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus e o Sistema Brasileiro de Museus, esperando ter como resultados a avaliação de ações já realizadas e a indicação de diretrizes museológicas para os próximos dois anos, além de estimular a implantação de redes e sistemas de museus locais, regionais ou temáticos.

O formato do fórum foi muito interessante, com a realização dos minicursos, dos grupos de trabalho e das palestras.

Com os demais observadores convidados (Miriam Sepúlveda, Marcio Rangel e Tereza Scheiner), dividimos os minicursos e os grupos de trabalho para observação. Estabelecemos dois para cada um de nós. Ao final do primeiro dia, percebemos que entrar e sair dos locais causava um certo mal-estar e, ao mesmo tempo, não acompanhávamos plenamente os trabalhos. Colocando o problema para o professor Mário Chagas, ele autorizou-nos a acompanhar apenas um.

1. Minicursos

Proporcionar os minicursos, na parte da manhã, foi de grande valia, pois percebeu-se a necessidade de informações e/ou atualização por parte de diversos participantes. Acompanhei dois minicursos: o de Comunicação e Educação em Museus (ministrado por Denise Studart e Luciana Sepúlveda) e o de Acervos Arqueológicos (ministrado por Cristina Bruno). No segundo e terceiro dias, fixei-me no minicurso de Comunicação e Educação em Museus, pois além de ter interesse particular no assunto, desejava ver como funcionaria o minicurso a partir da atuação de um segundo ministrante, que não pudera estar presente na véspera.

Na minha opinião, talvez o ideal seja que o minicurso seja ministrado por apenas um profissional, pelo menos foi o que pude perceber ao comparar com o ministrado por Cristina Bruno. Embora tenha conversado com Denise Studart sobre o assunto e ela tenha me informado que sugeriu convidar Luciana Sepúlveda para dividir com ela o minicurso e ambas prepararam a agenda anteriormente, pareceu-me que o minicurso sofreu algum prejuízo, muitas vezes Luciana Sepúlveda comentando “Denise já se referiu a isso”. Acabam ocorrendo algumas repetições, embora Denise Studart tenha se dedicado a conceitos mais gerais, e Luciana, especificamente, à relação Museu/Escola.

Chamou-me a atenção que a apresentação dos participantes no minicurso de Comunicação e Educação se desse no último dia (como me pareceu ter sido feito, exceto se perdi tal apresentação no primeiro dia por estar no outro minicurso), com pouco tempo, além da necessidade de se ter uma noção, logo de saída, de quem são esses participantes. A proposta de que cada um se apresentasse, ao final, falando de pontos fortes e pontos fracos de seu museu, após o desenvolvimento do tema por Luciana Sepúlveda, seria interessante se houvesse tempo e se o número de participantes fosse menor.

Com relação ao minicurso sobre Acervos Arqueológicos, cabe ressaltar que foi importante a distribuição da agenda para os três dias realizada por Cristina Bruno, assim como a cópia das pranchas-guia (com os tópicos importantes) utilizadas ao longo do minicurso.

2. Grupos de trabalho

Com relação aos grupos de trabalho, foi muito produtiva, não só para os coordenadores, como também para os participantes, a orientação dada no auditório, para todos, sobre o que se esperava dos GTs ao final, e a colocação das três questões que orientaram as discussões: quem somos? o que temos? o que queremos?

Acompanhei os Grupos de Trabalho “Museus de Arte”, coordenado por Denise Grinspum e Analdo Baraçal, e o de “Museus Comunitários e Ecomuseus”, coordenado por Patrícia Maria Berg Trindade de Oliveira e Maria Célia Teixeira Moura Santos. Nos segundo e terceiro dias, fixei-me neste último, pois interessava-me especificamente acompanhar a discussão sobre museologia e museus comunitários/ecomuseus. O terceiro dia, especificamente, apresentou uma discussão acalorada, pois surgiu a afirmação de que tais museus prescindiam da figura do profissional museólogo ou do profissional com capacitação na área da museologia. A discussão foi muito oportuna, pois ao final ficou claro que é necessária a competência formal da museologia, que antecede qualquer categoria de museu. E, ainda, que não se faz trabalho com comunidade(s) somente em museus comunitários e ecomuseus.

Como se pôde verificar pelos Relatórios dos Grupos de Trabalho, apresentados no último dia, os objetivos do fórum foram alcançados. Todos os GTs propuseram a implantação de redes temáticas, todos se mostraram interessados na criação de sistemas de museus e todos manifestaram o desejo de realização de encontros, no próximo ano, pelos temas dos GTs. Ainda comum a todos os GTs foi apontar a existência de quadro mínimo de pessoal nos museus e a necessidade urgente de contratações.

3. Palestras

Quanto às palestras, todas bastante interessantes, gostaria de ressaltar as realizadas sobre o Instituto Português de Museus e a Rede Portuguesa de Museus, que além de bem proferidas apontaram claramente para a importância dos caminhos que vêm sendo trilhados e apostados pelo Demu.

4. Conclusões

Apesar de vários seminários e encontros acontecerem em diversas regiões sobre diversas temáticas relacionadas aos museus do país, considero que a realização de um Fórum Nacional de Museus seja de fundamental importância para os profissionais do país. É um grande momento de troca entre os diversos profissionais das diversas áreas e das diversas tipologias de museus. Indico que o próximo fórum, que pretende ser bienal, mantenha o mesmo formato, talvez incluindo novos GTs, conforme indicado na plenária do último dia.

Não percebi que a presença de observadores tenha incomodado os professores ministrantes dos minicursos, assim como os coordenadores de grupos de trabalho. Trata-se de uma inovação e de uma abertura que reflete o sub-título do fórum: a imaginação museal – os caminhos da democracia. A sugestão que faço é no sentido de que cada minicurso/grupo de trabalho possa contar com um observador do início ao fim, caso o próximo fórum venha a adotar esse formato.

Cabe ainda registrar e louvar a abertura de espaço para o 1º Encontro Nacional de Estudantes de Museologia, proporcionando a eles a oportunidade de, além de participarem das palestras e minicursos, contarem com um espaço próprio para a troca de experiências. Entretanto, gostaria de registrar que me chamou a atenção o fato de os estudantes, durante a apresentação dos resultados dos GTs, no último dia, não estarem em peso no auditório. Como futuros profissionais, deveriam estar presentes para desde já se familiarizarem com os problemas e as necessidades e reivindicações dos profissionais que atuam nos museus.

São necessários dois registros: o fórum apoiar a Associação Brasileira de Museologia, que recém passou por problemas e busca se reorganizar, assim como o Conselho Federal de Museologia, que teve a oportunidade de realizar a solenidade de entrega da Ordem do Mérito Museológico, outorgando-a, merecidamente, ao Exmo. Sr. Ministro da Cultura, que muito vem fazendo por merecê-la, assim como às duas Escolas de Museologia brasileiras mais antigas.

As assinaturas de convênios com a Universidade Lusófona de Portugal – que já vem há anos recebendo profissionais brasileiros da Museologia para ministrarem cursos, publicando artigos e textos desses e de outros profissionais e formando alunos brasileiros – e com a Associação de Amigos do futuro Museu Nacional Afro-Brasileiro, durante a citada solenidade, também a revestiram e o fórum de um significado especial.

O fórum revestiu-se ainda de grande significado com o lançamento da *Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, sonho acalentado na área há muito tempo, desde que os Cadernos Museológicos deixaram de existir.

Como última observação, e voltada para um dos objetivos do fórum, o de refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus, e como coordenadora do Eixo 2 (Democratização e Acesso aos Bens Culturais) da PNM, recomendaria o envio dos documentos para todos os Coordenadores dos Eixos e a solicitação de uma agilização no término dos trabalhos para que a PNM venha a ser uma realidade definitiva.

Tereza Scheiner

Museóloga, geógrafa, mestre e doutora em Comunicação e Cultura; professora adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio); coordenadora do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS); membro do Conselho Executivo do Icom

1. Observação transversal do fórum

Ambiente altamente positivo, com trocas de idéias e de experiências intersegmentares (profissionais x profissionais, profissionais x alunos, brasileiros x estrangeiros etc.) e uma interessante variedade de atividades.

Atividades plenárias

Destacaram-se as conferências realizadas por especialistas estrangeiros, deixando claro para os participantes o objetivo maior do fórum: a discussão sobre a implantação de um Sistema Nacional de Museus no Brasil, a partir da experiência portuguesa. Nesse sentido, louvamos a competência dos colegas portugueses e a maneira agradável como apresentaram suas falas, deixando claras as ricas experiências relatadas.

Mas sentimos falta de conferencistas brasileiros, especialmente aqueles profissionais vinculados às experiências nacionais de planejamento, implantação e coordenação do Programa Nacional de Museus, do Sistema Nacional de Museus e dos primeiros Sistemas Estaduais de Museus – experiências que remontam à década de 1980 e que influíram muito positivamente na formulação das diretrizes e políticas da museologia nacional. Teria sido útil o debate entre os palestrantes portugueses e os profissionais brasileiros que propuseram, há mais de 20 anos, a criação de um sistema nacional de credenciamento para museus, a criação de um sistema nacional de museus e a implantação de um sistema nacional de capacitação para museus. O debate plenário sobre as realidades da implantação e coordenação de sistemas estaduais de museus teria também sido da maior relevância. A presença exclusiva de profissionais estrangeiros como conferencistas deu aos mais jovens a impressão equivocada de que tais assuntos são inéditos na museologia brasileira; e de que toda experiência no campo deve ser observada a partir de referenciais externos.

Muito positiva a criação da Medalha do Mérito Museológico e oportuna a sua concessão no âmbito do I Fórum Nacional, em cerimônia enriquecida pela presença do ministro da Cultura, onde foi ressaltada a importância dos cursos de formação em museologia.

Desejaríamos apontar, aqui, alguns “cochilos” do cerimonial. O primeiro refere-se à composição das mesas para os momentos mais formais do fórum: nas mesas em que estiveram presentes as autoridades representativas da museologia no país, foi notada a ausência de representante do Conselho Internacional de Museus (Icom), maior entidade mundial no campo da museologia e cuja trajetória vem sendo, desde sua criação, influenciada

por museólogos brasileiros. A ausência fez-se mais nítida por ter o Icom participado da organização do evento, conforme se entendia pela presença da logomarca da entidade, colocada no painel gráfico que decorava o auditório; e também por estar presente ao evento um membro do conselho executivo do Icom, no momento a pessoa mais graduada da organização, na América do Sul. Na próxima edição do fórum, seria interessante atender aos códigos hierárquicos nacionais e internacionais da museologia, como o fazem os demais países – principalmente considerando-se a presença de profissionais estrangeiros, membros do Icom; e o interesse expresso pelo Demu em participar mais ativamente das atividades daquela organização.

Também sentimos falta de espaços definidos, no auditório, para os docentes de museologia e os diretores de museus. Considerando-se que são os responsáveis pela formação profissional dos museólogos, seriam merecedores de um local de destaque, onde pudessem ser facilmente identificados pelos colegas estrangeiros e autoridades participantes do evento. Neste sentido, recomendamos que, na próxima edição do fórum, sejam alocados lugares específicos, nas primeiras fileiras do auditório, para professores de museologia e diretores dos principais museus vinculados ao Iphan. Na hierarquia museológica, em todo o mundo, professores de museologia e diretores de museus merecem o mesmo lugar de destaque dos especialistas estrangeiros.

Compreendemos que os organizadores do fórum possam ter desejado enfatizar a informalidade e a espontaneidade nas relações entre os sujeitos presentes. Mas, no momento em que o evento incluiu sessões formais (inclusive com a presença do ministro) e que alguns representantes brasileiros e convidados estrangeiros foram tratados como autoridades, o mais correto teria sido adotar o partido formal como tom geral do evento, destacando e valorizando, aos olhos do mundo, as competências nacionais.

Minicursos

Consideramos muito positiva a experiência dos minicursos, que deve ser mantida e até enfatizada na próxima edição do fórum. Os profissionais convidados mostraram-se bons conhecedores dos temas que lhes haviam sido atribuídos, tendo realizado as explanações de maneira clara e segura. Em alguns casos, foram distribuídos textos complementares sobre os temas abordados. Nos cursos que contaram com dois profissionais, percebemos a integração entre eles, o que enriqueceu a relação com os orientandos.

Observamos, entretanto, que de modo geral os temas foram abordados de maneira genérica, numa tentativa de abarcar o máximo possível de informações acerca de um determinado assunto. Essa forma de abordagem, ainda que aparentemente mais eficaz, provoca certa dispersão de conteúdos. Nesse sentido, revelaram-se mais eficazes os cursos ministrados pelos professores Rosana Nascimento e Ivan Coelho de Sá, que enfatizaram aspectos técnicos bem definidos.

De modo geral, os participantes avaliaram de maneira positiva a experiência, tendo-se manifestado favoravelmente com relação à continuidade dos cursos. Observamos ainda que todos os cursos puderam contar com infraestrutura adequada de espaço e de equipamentos (projetores, computadores e similares), o que muito contribuiu para o sucesso da iniciativa.

Quanto ao tempo destinado aos minicursos, foi geral a solicitação de maior carga horária, ficando o tempo disponível muito “apertado” para as explicações e os conseqüentes debates. Nessas iniciativas, é fundamental dar tempo aos participantes para que relatem suas experiências pessoais e os problemas com que se deparam em seus locais de trabalho. A discussão que se estabelece constitui importante troca para todos.

Considerando o exposto, e tendo em vista as necessidades de atualização técnica dos profissionais brasileiros, recomendamos:

- evitar a abordagem epistemológica (teoria museológica), difícil de realizar-se no curto prazo e nas condições gerais de cursos dessa natureza;
- enfatizar os temas e abordagens prático-metodológicos (museologia aplicada), os quais muito certamente atingirão de maneira mais adequada as expectativas e necessidades dos profissionais inscritos;

- preceder a escolha de temas para os cursos do próximo fórum de consultas aos Sistemas Estaduais de Museus, para identificação das necessidades mais prementes de informação/atualização por parte dos profissionais das diferentes regiões do país;
- definir um partido temático para os minicursos, evitando-se abordar todas as questões museológicas num só evento (este, aliás, tem sido o grande erro de abordagem da maior parte dos eventos de museologia organizados no país). Cada minicurso será, assim, desenvolvido como desdobramento e/ou detalhamento do tema tratado naquele ano;
- aumentar o tempo de duração dos minicursos para 20h cada um, podendo, dessa forma, incluir uma abordagem mais detalhada dos temas e questões abordados – e permitindo, ainda, a concessão de certificados de extensão que possam ser oficialmente integrados ao *curriculum vitae* dos participantes (tais certificados poderão ser emitidos pelo Demu, em parceria com a UniRio, a UFBA e/ou a Fevale);
- privilegiar na metodologia de ensino o debate entre os profissionais participantes, ficando os coordenadores dos cursos como orientadores temáticos e deflagradores de trocas de idéias e de experiências (metodologia participativa) – fortalecendo entre os participantes o sentimento de que a atualização profissional se dá pelo intercâmbio de competências;
- incluir nos programas dos minicursos a metodologia de laboratório (*workshop*), permitindo que os participantes possam efetivamente realizar tarefas práticas, orientados pelos profissionais coordenadores.

Dependendo do local onde vier a realizar-se o próximo fórum e das necessidades de informação identificadas, os minicursos poderão também ser oferecidos em duas modalidades:

- a) básico (noções básicas de prática museológica. Ex.: organização de reservas técnicas em pequenos museus);
 - b) avançado (detalhamento de aspectos práticos dentro de uma determinada função. Ex: conservação preventiva de fotografias em ambientes não climatizados).
- b) Os cursos básicos poderão ser oferecidos aos profissionais que não possuem graduação em museologia; e os avançados, a museólogos que desejarem atualizar e/ou aprofundar seus conhecimentos.

Grupos de trabalho (GTs)

Devido à superposição de atividades do fórum, não foi possível acompanhar de maneira adequada as reuniões dos GTs. Consideramos um complicador o fato de esperar-se que todos os profissionais inscritos participassem dos GTs enquanto outras atividades (formais e informais) se desenvolviam. O desejo de participar amplamente e a pouca disponibilidade de tempo para debates criou tensões desnecessárias.

2. Problemas encontrados

Dados os resultados positivos do evento, diríamos que não foram identificados problemas, mas alguns “desfoques” organizacionais, que, seguramente, poderão ser sanados na próxima edição do fórum. Considerando nossa experiência em organização e coordenação de eventos, tanto no Brasil como no exterior, e tendo em vista o caráter nacional do fórum, faremos nossas observações tomando como base, para as sugestões apresentadas, o modelo das conferências gerais do Conselho Internacional de Museus – o mais amplo fórum mundial no campo da museologia.

Localização do evento

Consideramos um acerto político a idéia de realizar o 1º Fórum Nacional de Museus no Estado da Bahia, justa homenagem ao ministro da Cultura e ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelos profissionais baianos no campo da museologia e do patrimônio.

Entretanto, consideramos pouco adequado o local escolhido para sediar o evento, longe do centro histórico de Salvador e dos principais museus e centros de cultura da cidade – e sem infra-estrutura adequada de restaurantes

e hotéis. Ainda que se tenha podido contar com a possibilidade de uso de múltiplas salas para os minicursos e com dois auditórios para os encontros plenários, a falta de proximidade entre esses espaços dispersou os participantes, que perderam tempo valioso deslocando-se de um espaço para outro, dentro do próprio evento. O gigantismo do espaço forçou ainda a convivência do 1º Fórum com eventos de outra natureza, realizados em espaços que se localizavam no meio dos espaços destinados ao fórum, causando alguns percalços. Acrescente-se a precariedade do restaurante localizado no centro de convenções, o que forçou os participantes do evento a almoçar em outros restaurantes, de difícil acesso – tornando inevitável o gasto inesperado com táxis.

O evento teria sido melhor acolhido na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, que já tem sediado, com sucesso, inúmeros eventos museológicos, nacionais e internacionais, com a possibilidade de uso simultâneo de auditórios e salas para trabalho, facilidade de acesso de todos os pontos da cidade e proximidade de restaurantes de diferentes naturezas e faixas de preços.

Quanto ao hotel em que foram acomodados os participantes, ainda que próximo ao centro de convenções, revelou-se inadequado quanto as instalações, serviços e disponibilidade de condução, sendo necessário recorrer a táxis quando não se desejava atravessar a pé as vias de tráfego intenso, cobertas de terra e mato, sob o Sol quente do mês de dezembro.

Sugerimos que, na próxima edição do fórum, a equipe responsável pela organização do evento visite pessoalmente os locais prováveis, optando, se possível, por um espaço com boas condições para sediar o evento e servido por boa infra-estrutura de transportes, acomodação e restaurantes. Outra opção, caso as anteriores não estejam disponíveis, será contar com um ônibus em tempo integral para os participantes. Sugerimos ainda que sejam oferecidas pelo menos duas alternativas oficiais de hotéis para acomodação dos participantes, com diferentes faixas de preço (três e quatro estrelas) e localização aproximada, facilitando, assim, a interação entre profissionais e estudantes.

Sala de apoio para os observadores

Ainda que os organizadores do evento tenham disponibilizado, para os observadores e professores de minicursos, a sala de apoio da organização, na verdade não foi possível contar com um espaço próprio para trabalho dos observadores. Sugerimos que o próximo fórum viabilize uma sala para os observadores, munida de mesa de reuniões, número de cadeiras suficiente para todos os observadores convidados, água, café e – principalmente – computador, impressora e, pelo menos, uma linha telefônica.

Definição de tempos e espaços de participação

Um dos complicadores do evento foi a superposição de espaços de participação, não tendo ficado nítidos, para os participantes, os tempos e espaços destinados à reunião de grupos específicos e à discussão de temas relevantes para a maioria. Deve-se ter em conta que, num fórum nacional, a presença de representantes de variados grupos de interesse provoca o desejo de abordar questões pendentes do campo, sejam de natureza acadêmica ou política. Foi o que ocorreu com os professores das Escolas de Museologia, que buscaram reunir-se para discussão de questões em comum, não tendo obtido o êxito desejado (em que pesem os esforços dos organizadores em viabilizar tais reuniões) devido à falta de espaço físico adequado e de tempo livre para as reuniões.

A flexibilização dos horários do programa, com a abertura de tempos livres ao longo dos dias do evento, permitirá a livre associação de atores de diferentes categorias, garantindo a reunião de representantes de grupos já existentes, bem como a formação espontânea de novos grupos associativos.

Sugerimos que a próxima edição do fórum contemple a possibilidade de reunião formal e/ou informal de grupos tais como:

- membros das entidades representativas da categoria (Icom, Cofem, Corem, ABM, associações locais de museus);
- professores das escolas de museologia;

- professores de outros cursos de museologia e áreas afins;
- dirigentes de museus;
- representantes das associações de amigos de museus;
- outros profissionais (como representantes de agências financiadoras de projetos), sendo alocados tempos e espaços específicos para tais grupos.

Também sentimos falta de um espaço para manifestações espontâneas, uma ágora onde qualquer participante pudesse apresentar seus trabalhos e idéias. Isto é o que verdadeiramente caracteriza um fórum – a possibilidade aberta de participação total, de troca espontânea de experiências, a existência de um espaço onde os mais diferentes sujeitos (professores, alunos, museólogos, profissionais de áreas afins, técnicos de nível médio que trabalham em museus e outros representantes da sociedade civil) possam fazer-se presentes, utilizando suas linguagens e seus tempos individuais. Assim sendo, sugerimos, para a próxima edição do fórum, a criação de um mercado de idéias, uma praça de debates para intervenções livres, de 10 a 15 minutos, para cada participante.

Sugerimos também a redefinição dos tempos e espaços para os debates plenários, com menor alocação de tempo a cada palestrante. A experiência tem demonstrado que 60 minutos constituem tempo suficiente para uma boa conferência, sendo 40 minutos para a palestra e 20 minutos para debate. Tais conferências não devem ser jamais realizadas ao final do dia, quando os participantes já estão cansados e com o nível de atenção prejudicado. Um formato adequado seria concentrar as apresentações plenárias nas duas primeiras manhãs do evento (6 horas no total), dando espaço para quatro conferências (cerimônia de abertura e uma conferência na primeira manhã; três conferências na segunda manhã) – número mais que suficiente num evento do gênero.

Sugerimos, ainda, que os minicursos e *workshops* sejam realizados em horários bem destacados daqueles marcados para as plenárias do fórum, permitindo, assim, que todos os participantes possam estar presentes aos demais debates e reuniões. Um evento com duração de cinco dias completos (segunda a sexta-feira) permitirá a melhor distribuição de tempo para todas as atividades necessárias.

Quanto aos grupos de trabalho, consideramos um equívoco a participação dos mesmos profissionais em minicursos e em GTs: salvo casos individualizados, em geral aqueles que necessitam atualizar-se em questões básicas da museologia não se encontram adequadamente preparados para a tomada de decisões. Assim sendo, os GTs, quando existirem, poderão realizar-se nos mesmos dias e horários dos minicursos, devendo os participantes do evento escolher se desejam atualizar seus conhecimentos ou participar desses grupos.

Melhor definição da parte cultural e social do programa

Um encontro de profissionais da magnitude do Fórum Nacional de Museus deverá contar necessariamente com um sólido programa cultural e social que complemente o programa acadêmico. Tendo em vista tratar-se de um fórum de museus, o programa cultural deverá incluir visitas organizadas aos principais museus e centros culturais da cidade que acolher o evento e ainda a participação em eventos culturais. Visitas a museus devem ser consideradas como parte formal do programa acadêmico, já que oferecem aos participantes uma oportunidade preciosa para observar experiências *in loco* e intercambiar idéias sobre questões específicas do exercício profissional. Atividades sociais permitem o conagraçamento entre os participantes, criando uma atmosfera propícia à tomada de decisões.

Assim sendo, os organizadores do próximo fórum deverão negociar, com os dirigentes de museus da cidade em que o evento vier a realizar-se, horários especiais de abertura e acolhimento dos participantes, solicitando atividades especiais – tais como visitas técnicas guiadas por especialistas. O programa deverá ser articulado para conter no máximo seis horas de atividades acadêmicas “fechadas”, devendo as horas restantes ser utilizadas em atividades de campo e encontros sociais. Consideramos atividades sociais sintonizadas com os objetivos de um Fórum Nacional de Museus espetáculos de música ou teatro; inauguração de exposições; visitas guiadas a feiras e/ou mercados de artesanato local; passeios em áreas naturais e/ou históricas preservadas; almoços, coquetéis e jantares de conagraçamento; visitas a centros de folclore e música popular.

Uma alternativa simpática será realizar eventuais *workshops* e discussões de grupo dentro de museus selecionados e cujo trabalho esteja diretamente vinculado aos subtemas do fórum. Deverá ainda ser deixada pelo menos uma tarde livre, durante a semana do evento, possibilitando aos participantes interfaces personalizadas. A possibilidade de uma excursão pós-evento deverá também ser estudada.

3. Identificação de temas e pautas para o próximo fórum

Tendo em vista a histórica dissociação, no cenário brasileiro, entre a museologia do discurso e a “museologia da ação”, propomos que seja abordado o tema abaixo:

Mitos e realidades da prática museológica no Brasil

Subtemas:

- 1) Investigação/Documentação
- 2) Conservação
- 3) Comunicação
- 4) Educação
- 5) Modelos de gestão

Propomos ainda que os minicursos abordem preferencialmente questões técnicas (básicas e especializadas) vinculadas ao tema da documentação, passo inicial para a consolidação de qualquer museu institucionalizado: não é possível conservar, comunicar, educar e administrar em museus que não têm seu patrimônio estudado e documentado. Propomos também que sejam examinadas as interfaces com a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Ciência da Informação e as disciplinas científicas vinculadas a alguns dos grandes acervos nacionais (Paleontologia, Arqueologia, Antropologia, Etnografia, Botânica, Zoologia), bem como com as metodologias de documentação informatizada. O tema para os minicursos seria, então: Museus e documentação – das fichas manuais à *web*. (incluindo a discussão sobre terminologia básica e o desenho de vocabulários controlados interdisciplinares, os quais – quem sabe – terminariam de vez com bobagens do tipo “acervos museológicos”, “acervos arquivísticos” etc.).

4. Etnografia do fórum (redes de relações)

O fórum propiciou uma interessante dinâmica inter-relacional, da qual participaram ativamente especialistas nacionais e estrangeiros, profissionais de museus sem formação e/ou especialização no campo, pesquisadores das áreas de ciências humanas e sociais e estudantes de museologia e áreas afins.

Tendo em vista as especificidades já mencionadas, quanto aos tempos e espaços de participação, foi enfatizada a rede informal de relacionamento, fato que normalmente enriquece qualquer evento do gênero e que, nesse caso, contribuiu para o estreitamento de relações prévias ao evento e para o estabelecimento de novas relações, multidirecionais.

Na falta de uma ágora propiciada pelos organizadores, a grande ágora do evento ficou sob a responsabilidade dos alunos de museologia da UniRio e da UFBA, que organizaram e coordenaram o 1º Encontro Nacional de Estudantes de Museologia (Enemu), numa iniciativa competente, interessante, saudável e muito bem-sucedida. Chamou-nos especialmente a atenção, no âmbito do 1º Enemu, a qualidade dos resultados de pesquisa apresentados pelos alunos, comprovando que se encontra em formação uma nova geração de museólogos/pesquisadores, caracterizada pela busca de extrema precisão nos resultados dos trabalhos que desenvolvem.

Fica como sugestão aos organizadores do 2º Enemu convidar os coordenadores das pesquisas a apresentar-se com os alunos. E aos organizadores do 2º Fórum, reiteramos a recomendação de abrir-se um espaço de participação para que profissionais de distintos “calibres” exponham de modo informal o seu trabalho.

Finalmente, não poderia deixar de ser notado e elogiado o belo exemplo de comportamento ético dado pelos alunos do 1º Enemu, ao agradecer seus professores (não as instituições, mas as pessoas responsáveis pela formação

que recebem) com medalhas de mérito, em singelo e caloroso agradecimento à dedicação dos mestres – o que indica que talvez, agora, já tenhamos condições de assumir, de modo mais amadurecido, a verdadeira memória da nossa museologia.

Marcio Ferreira Rangel

Museólogo e mestre em memória social e documento pela UniRio-RJ

Ao ser convidado pela coordenação do Fórum Nacional de Museus para ser um observador, um de meus primeiros desejos foi realizar uma etnografia do evento. Lembrei-me de Latour, que em seu livro *Vida de Laboratório*,¹ se propõe a analisar um grupo de pesquisadores de um laboratório norte-americano. Como etnógrafo, ele observaria o comportamento desse grupo no seu local de trabalho. Eles seriam analisados da mesma forma como tribos africanas o eram. Eles foram avisados da pesquisa, mas não se importaram com a presença do etnógrafo, até acharam engraçado.

No fórum, todos os participantes também foram avisados da presença de observadores, sendo que, na maioria dos casos, foi uma situação incômoda. Passamos a ser vistos como fiscais, censuradores e críticos. Diferentemente de Latour, não éramos estranhos no ninho, pelo contrário: estávamos juntos com nossos pares, não estávamos observando o outro, mas a nós mesmos. Diante dessa constatação, percebi que minha análise não teria a isenção necessária para o trabalho que pretendia. Sendo assim, a observação que realizei do evento está impregnada dos meus desejos, valores e crenças. Após esta breve explicação, que achei pertinente, descrevo minhas observações.

1. Minicursos

Foram realizados seis minicursos no fórum: Projeto Museológico; Comunicação e Educação em Museus; Documentação; Conservação; Acervos Museológicos; e Pesquisa em Museus. Dos seis, participei de três: Projeto Museológico; Comunicação e Educação em Museus; e Acervos Museológicos, detendo-me mais tempo no primeiro. De todos os minicursos, o que teve maior procura foi o de Projeto Museológico. Ao observar os participantes e ouvir suas perguntas, ficou evidente que o interesse pelo tema está quase totalmente vinculado aos editais de financiamento que sofreram um grande incremento neste último ano. As pessoas queriam se instrumentalizar para produzir bons projetos. Uma das frases utilizadas por um dos inscritos resume bem este espírito: “Estamos aqui para aprender o caminho das pedras”.

Nos minicursos de Comunicação e Educação em Museus e de Acervos Museológicos participei apenas nos dois primeiros dias. No de Educação, o tema inicial era de pouco interesse e com poucas referências nacionais, enfatizando realidades muito diferentes do Brasil. No minicurso de Acervos, o foco foi a arqueologia, enfatizando sua musealização e narrando a sua trajetória desde o século XVI ao século XX. Os objetos arqueológicos foram os mais evidenciados.

Havia uma grande expectativa entre os participantes em relação aos minicursos. Eles foram vistos como uma das melhores formas de suprir deficiências. Para um melhor aproveitamento, deveriam ser produzidas apostilas com seu conteúdo, as referências bibliográficas, os *sites* de pesquisa e exemplos de projetos, pesquisas, fichas de documentação etc. Sem dúvida, essas apostilas se tornariam um precioso material.

Utilizar como metodologia dois professores ministrando o minicurso foi válido e interessante. Tornou-os menos cansativos e possibilitou maior troca de experiências profissionais diferentes, enriquecendo a aula. Para que isso continue ocorrendo, evitando repetições, é necessário existir uma preparação prévia.

¹ Latour, Bruno e Woolgar, S. *A Vida de Laboratório; a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

Essas atividades ocorreram no horário da manhã, e, de maneira geral, a frequência se manteve até o último dia, demonstrando o interesse dos participantes e o sucesso dos minicursos. Talvez o tempo pudesse ser aumentado em um próximo evento.

2. Grupos de trabalho (GTs)

Foram organizados sete GTs no fórum: Museus de Arte; Museus de História; Museus Militares; Museus Universitários; Museus Etnográficos e Arqueológicos; Museus Comunitários e Ecomuseus; e Museus da Imagem e Som e de Novas Tecnologias. Esses grupos possuíam coordenadores, orientados pela coordenação do Fórum para trabalhar as seguintes questões: o que somos?; o que temos?; e o que queremos? Tais questões estavam relacionadas a preservação, investigação, comunicação e função social. Sem dúvida, a mais utilizada foi a terceira (o que queremos?). Houve muitas reclamações e reivindicações. Os grupos em que detive maior atenção foram os de história, os dos universitários e o de ciências.

O primeiro dia foi comprometido com a abertura do Enemu, que atrasou o início das atividades, não sendo possível aos grupos desenvolver seus programas. No decorrer dos outros dias, foi possível perceber uma cobrança em relação ao MinC para a solução de problemas que não estavam em sua alçada: museus militares e universitários que cobravam a solução do problema de quadro funcional em suas instituições e um maior aporte de verbas em suas instituições por meio de editais com orçamentos maiores. É interessante perceber que muitos desses museus estão vinculados a outros ministérios, mas o ônus da solução de seus problemas recai sobre o MinC.

Observei a baixa capacidade de articulação dos profissionais e das instituições que participavam dos grupos. Poderia ter sido sugerido a troca/permuta de materiais de profissionais que possuíssem larga experiência em uma determinada atividade (documentação, restauração, atividades educativas) para auxiliar e orientar trabalhos em um outro museu, utilização comum de laboratórios etc. Os museus apresentariam seus pontos fortes e, posteriormente, suas necessidades. Ao estabelecerem um trabalho em rede, poderiam economizar recursos financeiros e humanos.

Esses grupos mereceriam um acompanhamento pós-fórum, para que fosse possível seu amadurecimento e, conseqüentemente, para se obter melhores resultados posteriores. Apesar dos problemas apontados, tenho a certeza que a existência dessa atividade foi de suma importância, foi o ponto de partida para a organização e estruturação do campo museológico brasileiro.

3. Palestras

Foram realizadas três palestras: Política Portuguesa de Museus (Manoel Bairrão Oleiro); A Rede Portuguesa de Museus (Clara Camacho) e Os museus da América Latina (Georgina de Carli).

Em sua palestra, o professor Manoel Bairrão evidencia uma realidade muito semelhante a que estamos vivendo no Brasil. Em Portugal os museus não eram uma preocupação na política cultural do país, tornando assim de suma importância o desenvolvimento de uma política museológica baseada nos seguintes eixos:

1. requalificação dos espaços museológicos e valorização da apresentação das coleções;
2. inventário, estudo e gestão das coleções;
3. divulgação das coleções (catálogos, guias, publicações, exposições, criação de *sites* dos museus etc.);
4. produção e divulgação de normas e procedimentos nos diversos domínios da prática museológica, tendo em vista a difusão de padrões de qualidade;
5. salvaguarda e divulgação do patrimônio cultural móvel;
6. qualificação dos museus;
7. internacionalização dos museus.

Ainda para a consolidação dessa política, foram criados os seguintes grupos de trabalho permanentes, com temas específicos:

1. normas de inventário/documentação;
2. museografia/projetos de exposições;
3. embalagem e desembalagem de bens culturais;
4. projetos.

Em agosto de 2004, foi aprovada, por unanimidade, a Lei de Museus, preparada pelo Instituto Português do Patrimônio, com a colaboração de museólogos e diversos profissionais da área de museus.

A palestra da professora Clara Camacho funcionou como um complemento da palestra anterior. Ela apresentou a Rede Portuguesa de Museus, que se baseia em três eixos programáticos:

1. informação;
2. formação;
3. qualificação.

Além dos três eixos, foram criados mais dois com o aprofundamento e desenvolvimento da rede:

1. credenciamento;
2. articulação e cooperação.

Segundo a professora, apesar dos avanços obtidos, as relações entre os museus portugueses ainda são escassas.

A apresentação da professora Georgina de Carli não trouxe nenhuma novidade e apresentou dados defasados em relação ao Brasil.

Por ter participado da Jornada Brasil-Espanha, foi possível perceber, com muita clareza, que as palestras proferidas pelos portugueses eram, de alguma forma, um complemento ou uma continuação da discussão ocorrida na jornada. Foi possível montar um quadro das semelhanças e diferenças entre a realidade museológica brasileira e a realidade museológica ibérica.

4. Reunião dos professores das escolas de graduação em museologia

A decisão de realizar essa reunião surgiu durante o fórum, pois, pela primeira vez, reunia-se, em um mesmo evento, um número significativo de professores de diferentes escolas. Estavam representadas as seguintes escolas:

Escola de Museologia do Rio de Janeiro

Avelina Addor, Mário Chagas, Tereza Scheiner, Regina Bibiane, Cícero de Almeida, Marcio Rangel (professor doutorando, não faz parte do quadro efetivo).

Escola de Museologia da Bahia

Rosana Nascimento, Maria das Graças Teixeira, Suely Cerávolo.

Escola de Museologia de Santa Catarina (Fundação Barriga Verde)

Ângela Paiva, Fernando Romero.

Além dessas escolas, participaram da reunião o Curso de Especialização de São Paulo, representados por Cristina Bruno e Marcelo Araújo; três professores da Cefet de Pernambuco (Marcos, Paulo Roberto e Márcio) que estão organizando uma graduação em museologia em seu estado; Marilene Rubin, da Fundação Joaquim Nabuco; e Mario Motinho e Judith Primo, da Universidade Lusófona de Portugal.

A reunião teve como pauta os seguintes tópicos:

1. apresentação dos cursos;
2. possibilidade de programas/projetos em conjunto;
3. papel das escolas no Sistema Brasileiro de Museus;
4. criação de novos cursos;
5. perfil dos profissionais egressos das escolas.

Apesar de a reunião não fazer parte do programa do fórum, e ter ocorrido de forma paralela, sua realização foi de suma importância. Foi apresentada a necessidade de integração entre os cursos, de se investir na pós-graduação *stricto sensu* como uma maneira de se alavancar o campo museológico, de criação de revistas específicas para a área.

Foi sugerido pela professora Suely Cerávolo, da Escola de Museologia da Bahia, a realização de um encontro para a discussão do perfil profissional que interessa à realidade cultural brasileira. No fim da reunião, cada representante ficou responsável pela redação de um documento: Bahia – Sueli; Rio – Tereza Scheiner; São Paulo – Marcelo Araújo; Santa Catarina – Ângela; e Pernambuco – Paulo Roberto. Por último, o professor Mario Chagas pediu o apoio e adesão de todos os presentes para a criação do Instituto Brasileiro de Museus.

5. Enemu

O primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Museologia contou com uma participação significativa dos alunos da Bahia e do Rio, estados onde estão localizadas as principais escolas de museologia do Brasil. Além de Rio e Bahia, fez-se presente a Escola de Santa Catarina, com dois alunos.

A palestra do diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais, José Nascimento Junior, foi de grande impacto e estímulo para os estudantes e profissionais presentes. Existia um clima de euforia e de crença no futuro da museologia.

Lista dos participantes

Adair Pimenta da Fonseca,
Ademar Chagas da Cruz
Adolfo Samyn Nobre de Oliveira
Agostinho Barroso de Oliveira
Aiala Gonçalves dos Anjos do Nascimento
Airton Ribeiro de Carvalho Filho
Alba Tereza Boente Chaves
Albino Barbosa de Oliveira Jr.
Alexandro de Jesus Santos
Aline Costa Simões Cadaxo
Aline Pereira da Silva
Aline Rocha de Souza
Aline Silva Jabar
Almir Cunha
Almir Souza Vieira Júnior
Álvaro Guimarães dos Santos
Amanda Patrícia dos Santos Marques
Ana Cláudia de Araújo Santos
Ana Cláudia Santos Garrido
Ana Claudia Vasconcellos Magalhães
Ana Cristina Audebert
Ana Cristina Dias Coelho
Ana Karina Rocha de Oliveira
Ana Lourdes de Aguiar Costa
Ana Lúcia Bergamo
Ana Lúcia Piedade dos Santos
Ana Lúcia Silva de Souza
Ana Luisa de Mello Nascimento
Ana Maria Lopes Figueiredo
Ana Paula Soares Pacheco
Ana Silvia Ribeiro Liberato de Mattos
Ana Tereza Marinho Milhomem
Ana Zalcbegas
Anaildo Baraçal

Andre Nonato Pereira Esteves
Andréa de Britto
Andréa Maia Monteiro Gonçalves
Ângela Abdala
Ângela Andrade Ferreira
Angela Loureiro Petitinga
Angela Paiva
Anne Caroline da Cunha Vieira
Antolinda Baia Borges
Antonia Barros Pinheiro
Antonia Maria Lordelo Rodrigues
Antonina Dias Matos
Antonio dos Santos Junior
Antônio Ferreira Sobrinho
Antonio Luciano Gandini
Antônio Manuel de Araújo Rafael Frio
Antonio Marcos de Oliveira Passos
Antonio Santos da Silva
Antonio Varjao Matos
Aparecida Laurya Gonçalves Rosa
Archimedes Ribas Amazonas
Átila Tolentino
Auriel de Almeida Martins
Avelina Addor
Barbara Cristina Vasconcelos
Bruno Cavaltante Scotelaro de Souza
Bruno Oliveira Aroni
Caliane Giselle Bessa Lima
Camila de Souza Cardoso
Camila Nagem Marques
Camila T. Bessa Lima
Camilla Pascoal Póvoa
Carla Dias Lima Dalcom
Carla Maria Costa da Silva

Carlos Alberto Barreto Campelo de Melo
 Carlos Alberto Vieira da Silva
 Carlos Beltrão do Vale
 Carlos Mendel de Magalhães
 Carolina Lage Borges
 Caroline dos Reis Lodi
 Caroline Ramos Lourega de Menezes
 Celeste Santos da Silva Teles
 Cibele de Mattos Mendes
 Cícero Antonio F. de Almeida
 Cintia Kury Souto
 Clara Camacho
 Clarissa Cunha Felix
 Clarissa Rohenkohl E. Santos
 Cláudia Mara Alfaro Boettcher
 Cláudia Noronha
 Cláudia Porcellis Aristimunha
 Claudia Regina de Sousa Nolasco Ortega
 Claudia Storino
 Cláudio Nelson
 Cristiano Silva Cardoso
 Daisy Maria Luz
 Daniel Belion
 Daniela Moreira de Jesus
 Darci Autatenorio
 Denise Grinspum
 Denise Magda Correa Thomasi
 Denise Studart
 Deolinda Conceição Taveira Moreira
 Diego Lemos Ribeiro
 Dilamar Cândida Martins
 Dilserôse Côrtes Costa
 Dimitri Ganzelevitch
 Diogenisa Maria Teixeira d'Oliva
 Diogo Corrêa Maia
 Dirlene de Oliveira Silva
 Dolores Tavares
 Dorothy Regner di Tota
 Edi Mendes Guimarães
 Edina Laura Gama
 Edjane Cristina Rodrigues da Silva
 Edméia Araújo dos Reis
 Edna Luisa de Melo Taveira
 Eduardo de Araújo Fróes
 Elane Santos Gonçalves
 Elena Camp Fioretti
 Eliene Dourado Bina
 Elizabeth Bittencourt Paiva Pougy
 Eloina Maria dos Santos Santos
 Eloisa Ramos Sousa
 Elza Castro
 Eneida Rocha
 Érika Winge
 Esem Pereira Cerqueira
 Evelina Grunberg
 Fabio Jose do Lago
 Fabíola Estrêla Dias
 Fátima Bevilaqua
 Fellipe Camilo Bicho
 Fernanda N. Magalhães Pinto
 Fernanda Sicsú Lacerda
 Fernando Romero
 Flávia Limoeiro Figueiredo
 Flávia Mello
 Francisca Maria Ribeiro de Andrade
 Francisco do Vale Pereira
 Francisco Régis Lopes Ramos
 Franciza Lima Toledo
 Genebaldo Pinto Ribeiro
 Georgina de Carli
 Gilberto César Barbosa de Oliveira
 Giovanni Pereira Barbosa
 Girlene Chagas Bulhões
 Gisele Ribeiro Guimarães
 Gleice de Souza Amorim
 Grace de Santana Moreira
 Gregory Magalhães Costa
 Griselda Pinheiro Kluppel
 Gustavo Miguel Quadros Vasconcelos Farias
 Gylmar Chaves
 Heitor Reis
 Helder Carlos Araujo Costa
 Helena Freire de Carvalho
 Henrique de Vasconcelos Cruz Ribeiro
 Honorato Ayres Feitosa
 Humberto Bastos Barroso
 Humberto Silva Magalhães Júnior
 Igor Fernando Rodrigues da Costa

Ildefonso Pereira de Souza
Ilma Silva Vilasboas
Immaculada Lopez
Iraci Oliveira dos Santos
Irlan Maria Santos
Isabel Cristina Rocha
Isabel Victor
Isabela Maria Verleun
Isabela Marques Leite de Souza
Isaque Procópio Santos Júnior
Ismênia da Silva Suzuk
Ivan Coelho de Sá
Ivany da Silva Menezes
Jacina Angelica Flores Silva
Jacqueline Souza
Jadson Rios da Silva
Jaimile Conceição da Silva
Jairo Carvalho de Moraes
Janete Rodrigues Santos
Jessé de Andrade Sena
Jéssica da Costa Dantas
Joana Angélica Flores Silva
Jomanuela Nascimento Santos
Jorge Douglas Reis de Almeida
Jorge Roque da Cruz Bandeira
José Alexandre Felizola Diniz
José Carlos Capinan
José do Nascimento Jr.
José Mauro
Josenilton Alves Rodrigues
Josimar Pereira
Joyce Barreto de Sá Abbade
Jozélio de Santana Reis
Judite Primo
Julia Nolasco Leitão de Moraes
Juliana Monteiro
Júlio César Neto Dantas
Julio César Chaves
Jurema da Costa Seckler
Laércio Xavier da Silva
Laudessi Torquato Soares
Leticia Sulzbacher Fanfa Nunes
Lígia Ketzer Fagundes
Lilia Nascimento Medeiros
Lilian Rejane Barbosa Souza
Lourdes Rossetto
Luana Bilhar da Silva Gonçalves de Lima
Lúcia Hussak Van Velthem
Lúcia Valdirene Costa de Santa Barbara
Luciana Abdala
Luciana Maria Abadalla Ferron
Luciana Menezes de Carvalho
Luciana Oliveira Messeder
Luciana Palmeira da Silva
Luciana Sepúlveda
Luciene Pereira da Veiga
Luis Alberto Garcia de Zúniga
Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro
Luiz Antônio Cruz Souza
Luiz Fernando Almeida
Luzia Gomes Ferreira
Luzia Matos Ventura
Luzinete Assis de Jesus
Maciel Henrique Carneiro da Silva
Magaly de Oliveira Cabral Santos
Manuel Bairrão Oleiro
Marcelle Pereira
Marcia Cristina Rosato
Márcia Maria Freitas E Silva
Marcio Rangel
Marcos Moraes Valença
Maria Angela dos Santos Mascelani
Maria Angélica Meira
Maria Célia Teixeira Moura Santos
Maria Clara Alves de Jesus
Maria Cleonice de Souza Vergne
Maria Conceicao P. Dantas
Maria Cristina Bruno
Maria Cristina da Silva
Maria Cristina Pons da Silva
Maria da Conceição Lopes Moreira
Maria das Graças Farias Pinto
Maria das Graças Ribeiro
Maria das Graças Souza Teixeira
Maria de Fátima dos Santos
Maria de Fátima dos Santos Chianca
Maria de Lourdes Horta
Maria Dora de Oliveira Medeiros Lima

Maria Emília Valente Neves
 Maria Estela Belmino de Almeida
 Maria Eugênia dos Santos Teixeira Saturni
 Maria Gabriella Pestana de Aguiar Pantiagoso
 Maria Izabel Mariano da Rocha Duarte
 Maria Jose Araujo de Vasconcelos
 Maria Jose Demelo Cunha
 Maria Letícia Mazzucchi Ferreira
 Maria Lucia Franco Pardi
 Maria Luiza Clapis Pacheco Chaves
 Maria Luzia Meneses Vieira
 Maria Nirailde Lima Barbosa da Águeda
 Maria Paula Gonçalves Cruvinel
 Maria Regina Batista e Silva
 Maria Ruth Salóes Rossas
 Maria Sônia Lima Bohner
 Maria Tereza Souza Cruz
 Mariana Estellita Lins
 Mariana Oliveira Barbosa
 Marilene Cerqueira
 Marilene Rubim Gonçalves Dias Leal
 Marina Assunção Gois Rodrigues
 Marinaide Linhares Santana
 Mário Chagas
 Mário Moutinho
 Mario Sergio Sobral Costa
 Maristela Alcântara Gomes
 Marli Barreto dos Santos Bomfim
 Martin Grossmann
 Mary Rodrigues do Rio
 Maximiliano de Souza
 Mércia Rocha da Silveira
 Miguel Fridman Garcia
 Milena Rocha Nadier Barbosa
 Milena Santos Rego
 Mirna Conceição Brito Dantas
 Mônica Costa
 Monique Batista Magaldi
 Morgana Eneile Tavares de Almeida
 Myrian Sepulveda dos Santos
 Naima
 Nauara Pereira Morales
 Nelson Moreira dos Santos Filho
 Nelson Sanjad
 Noemia Maria Fonseca
 Noris Mara Pacheco Martins Leal
 Odalice Miranda Priosti
 Odilon Sérgio Santos de Jesus
 Omar Costa Musto
 Osvaldina Silva Cêzar
 Otilia Margarida Carvalho
 Patrícia Brígida Pimentel
 Patrícia Danza Greco
 Patrícia Maria Berg Trindade de Oliveira
 Patrícia Miquilini Gomes
 Patrícia Reis
 Patricia Veronica Pereira Santos
 Paula Cristina da Costa Perez Tavares Dias
 Paulo César Lucena de Sousa
 Paulo Herkenhoff
 Paulo José Nascimento Lima
 Paulo Marcos Paiva de Oliveira
 Paulo Roberto Lopes da Silva
 Pedro Paulo Cantalice Estigarribia
 Priscila Maria de Jesus
 Rafael Muniz de Moura
 Rafael Raddi
 Raimundo Cova Figueiredo
 Raimundo Vidal de Oliveira
 Raquel Barbosa da Silva
 Raquel de Andrade Machado
 Raul Lody
 Rauster Amorim Alfawo
 Regina Abreu
 Regina de Souza Vasconcellos
 Regina Elisia de Miranda Lago Bibiani
 Renata Assiz dos Santos
 Renata Rosa Alencar
 Reuben Bello Costa
 Ricardo da Rocha Vieira
 Ricardo Luís Amorim Santos
 Ricardo Vieira Alves de Castro
 Rita de Cássia de Mattos
 Rita de Cássia Maia da Silva
 Rita de Cassia Oliveira Pedreira
 Rita Maria Andrade Silva
 Rita Virgínia Rodrigues do Rio
 Roberta Alvez C. Mazzei

Roberto Luiz Sawitzki
Rodrigo F. M. Faleiro
Rodrigo Santos
Rogério Santos Sé Chaves
Rosana Nascimento
Rosângela Karine Pinto Esteves
Rose Moreira Miranda
Rui Chécchia Stolzemberg
Ruth Beatriz Caldeira
Ruth Vieira
Sabrina Ribeiro Guimarães
Sandra Barreto Leandro
Sandra Mara Roman
Sandra Regina Ressurreição de Jesus
Sandro Ramalho Loula da Rocha
Sarah Maggitti Silva
Selma Austriclano de Sousa
Sidelia Santos Teixeira
Sílvia Alice Antibas
Silvilene de Barros Ribeiro Morais
Simone Flores Monteiro
Simone Monteiro
Solange do Alívio Piores d'Ávila
Sônia Maria Ivo Tavares
Suely Moraes Cerávolo
Sul Brasil Pinto Rodrigues
Suzana Moura de Souza
Suzete Fausto de Souza Brito
Sylvia Maria Menezes Athayde
Taís Valente dos Santos
Tânia Mendonça
Tatiana Alves de Almeida

Telma Lasmar
Tereza Carolina Frota de Abreu
Tereza de Jesus Ferraz de Oliveira
Terezinha Alves de Oliva
Thaís Cardoso Martins
Thaís Cortaz Cavalcanti
Thaís Gualberto de Almeida
Thaís Paula Rangel Leite
Thalita Paula Rangel Leite
Thamires dos Santos Paiva
Thiago da Rosa Garcia
Tiago Cardoso Ramos
Valdemar de Assis Lima
Valéria Cruz de Jesus Trindade
Valéria Jeanne da Trindade Ferreira
Valéria Regina Abdalla
Valeska Conti
Valquíria Rigonatti
Vanessa Adalgiza Pimenta de Carvalho
Vanessa Dorneles Machado
Vânia Evangelista da Silva
Vera Alencar
Vera Tostes
Victor Pinheiro Louvisi
Waldicéia Almeida Oliveira
Walter Vieira Priosti
Wani Fernandes Pereira
Wilcken Gregson Silva Cardoso
Wildineia Marques Ribeiro
Wilson Marcelino Miranda
Wivian Diniz
Yara Mattos

Equipe de Produção

Edição

Cícero Antônio F. de Almeida

Mário de Souza Chagas

Newton Fabiano Soares (estagiário)

Copidesque

Ana Cristina Bittencourt

Revisão

Vinícius Loureiro Renaud

Projeto gráfico e diagramação

Tiago Rodrigues [Letra & Imagem]

Produção editorial



letraeimagem@letraeimagem.com.br

F 692 Fórum Nacional de Museus (2004: Salvador, BA)

A imaginação museal: os caminhos da democracia: relatório. / Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. – Brasília, DF: MinC/IPHAN/DEMU, 2004.

96 p., il.

1. Museus. 2. Fórum (Debates). I. Departamento de Museus e Centros Culturais. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. III. Título.

CDD 069
CDU 069